

MESTRADO EM AGRICULTURA BIOLÓGICA

Valkiria Spring

Agroecologia e cooperação na Comunidade dos Países de Língua
Portuguesa

Orientadora: Maria Isabel Ribeiro Dinis

Coorientadora: Joana Filipa Dias Vilao Rocha Dias

Tutora: Sara Alexandra Rocha Ramos

MESTRADO EM AGRICULTURA BIOLÓGICA

Valkiria Spring

Agroecologia e cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior Agrária de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em AGRICULTURA BIOLÓGICA.

Orientadora: Maria Isabel Ribeiro Dinis

Coorientadora: Joana Filipa Dias Vilao Rocha Dias

Tutora: Sara Alexandra Rocha Ramos

Coimbra, 2022

Resumo

Há semelhanças e diferenças políticas, climáticas, geográficas e históricas entre os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), porém, quando se trata de segurança alimentar, pode-se afirmar que todos possuem uma agenda em comum a ser defendida: a necessidade de fortalecer a produção sustentável de alimentos em seus territórios. Quando se fala na produção sustentável de alimentos, usa-se como referência a Agroecologia – ciência desenvolvida para responder à necessidade de construção de sistemas alimentares sustentáveis na esfera social, econômica e ambiental. O estágio realizado com a ACTUAR é resultado de esforços multilaterais para responder a esta demanda, que se materializa através de um projeto apoiado pela FAO para o desenvolvimento de capacidades de um centro de competências para a Agricultura Familiar sustentável na CPLP. O trabalho realizado gira em torno do reconhecimento da Agricultura Familiar enquanto núcleo, em todos os países, capaz de efetivar o princípio de soberania alimentar, e, enquanto tal, merecedora de especial atenção e políticas/iniciativas direcionadas para o seu fortalecimento. Neste quadro, a Agroecologia é reconhecida enquanto ciência, movimento social e prática que melhor se adequa para auxiliar a Agricultura Familiar a alcançar elevados níveis de sustentabilidade. Desta forma, busca-se, através deste projeto, implementar ações para os temas descritos e proporcionar um exemplo de boas práticas para o desenvolvimento de Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Ao longo de sua implementação, o projeto possibilitou a capacitação de profissionais para a implementação de sistemas agroecológicos, um canal de aproximação entre atores de todos os países da comunidade e um salto para a consolidação da Rede de Agroecologia da CPLP, que conecta estes atores para que possam promover o avanço da Agroecologia através de trocas de experiências e cooperação.

Palavras-chave: Agroecologia, CPLP, Soberania alimentar, Cooperação, Sociedade civil

Abstract

There are similarities and differences when it comes to political, climatic, geographical, and historical aspects within the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP), however, when focusing on food security, it can be asserted that they all have a common agenda to be promoted: the need to strengthen sustainable food production in their territories. When it comes to sustainable food production, agroecology becomes the major reference – a science developed to respond to the need to build sustainable food systems in the social, economic, and environmental spheres. The internship with ACTUAR is the result of multi-agency efforts to meet this demand, which materializes through a FAO-supported project for the development of a Training Center for Sustainable Family Farming for the CPLP. The work carried out revolves around the recognition of family farming as a common good, in all countries, capable of implementing the principle of food sovereignty, and, as such, deserving of special attention and policies/initiatives aimed at strengthening it. In this context, Agroecology is recognized as a science, social movement and practice that can best assist family farming in achieving high levels of sustainability. In these lines, this project seeks to implement actions for the matters described and provide an example of good practices for the development of Sustainable Food Systems.

Throughout its implementation, the project enabled the training of professionals for the implementation of agroecological systems, the creation of a channel of interrelations between actors from all countries of the Community and a stride forward to the consolidation of the CPLP Agroecology Network, which connects these actors with the goal of promoting the advancement of Agroecology through exchanges of experiences and cooperation.

Keywords: Agroecology, CPLP, Food sovereignty, Cooperation, Civil society

Índice

Resumo	2
Abstract	1
Índice	1
Agradecimentos	3
Índice de Acrônimos	4
Introdução	5
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa	5
2. CPLP e a Segurança Alimentar e Nutricional	8
2.1. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP	9
3. A proposta convencional: Revolução Verde na CPLP e a marginalização da produção familiar	11
3.1 A “Nova” Revolução Verde na África	13
3.2 Resultados da produção convencional	15
4. A proposta agroecológica: rumo à sustentabilidade dos sistemas agrícolas	21
5. O papel dos sistemas agrícolas tradicionais e da tecnologia social	26
5.2 Sistemas agrícolas tradicionais	26
5.1 Tecnologias Sociais	27
Capítulo II – A ACTUAR	30
Capítulo III – Descrição Das Atividades De Estágio	31
1. Contextualização	31
2. Atividades e Produtos Desenvolvidos	33
2.1 <i>Hub</i> ConectAgroecologia	34
2.2 Desenvolvimento de grupos temáticos	37
2.3 Formação de Formadores em Agroecologia	38
2.4 Formação de Formadores em Agroecologia: segunda edição	44
2.5 Estudo Agroecologia na CPLP	45
2.5 Webinários	46
2.5.1 Webinário 1 – Inauguração das Atividades do CCAFS	47
2.5.2 Webinário 2 – Agroecologia na CPLP: Estado da Arte e Perspectivas, Sessão 1	47
2.5.3 Webinário 3 – Agroecologia na CPLP: Estado da Arte e Perspectivas, Sessão 2	49
2.5.4 Webinário 4 – Construção de parcerias para o fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável na CPLP	49

2.6	Newsletters/Informativos	51
2.7	Plano de comunicação e visibilidade do CCAFS	52
2.8	Vídeo promocional da Agroecologia e CCAFS	52
Capítulo IV – Conclusão e Considerações Finais		53
Referências Bibliográficas		56
Anexos		59
Anexo B – Informativo 1		60
Anexo C – Informativo 2		62
Anexo D – Informativo 3		67
Anexo E – Oferta formativa do CCAFS		82
Anexo F – Plano de comunicação e visibilidade do CCAFS		83

Agradecimentos

Na gênese da ideia e materialização da possibilidade de realizar o mestrado, tive o apoio de minha mãe, Denise e de minha avó, Emília, que investiram tudo o que tínhamos para que eu pudesse alcançar novos horizontes – ao seu amor incondicional, confiança e fé em mim, minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Profa. Isabel Dinis, agradeço a solicitude e lições valiosas ao longo da trajetória do relatório de estágio e principalmente por ter sido esta luz em meu caminho desde que cheguei a Portugal - proporcionando a minha primeira oportunidade de trabalho em um de seus projetos e a posterior indicação para o trabalho que gerou este relatório.

À minha coorientadora, Joana Dias, minha tutora, Sara Rocha, ao Francisco Sarmento e a toda a equipe da ACTUAR, que me recebeu carinhosamente e com quem rapidamente desenvolvi relações que vão muito além do trabalho. Sou grata pela oportunidade de trabalho, de crescimento e pelas partilhas.

A todas as minhas amigas e amigos que acompanharam esta fase comigo, minhas queridas Aline, Vitória e Lorena, que mesmo com a distância sempre estiveram aqui por mim.

E ao meu noivo, Donnie, sou grata pelo cuidado nos dias mais puxados de trabalho, por me motivar a ir sempre mais longe e pelo companheirismo do dia a dia, que trouxe leveza e alegria para esta fase muito importante e desafiadora da minha vida.

Índice de Acrônimos

AGRA – Aliança para uma Revolução Verde na África
CCAFS – Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CONSAN – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
ESAN – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GTAF – Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar
MSC - Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil
ONG – Organização Não Governamental
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PCCPLP – Plataforma de Camponeses da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
REDSAN – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
TC – Tecnologias Convencionais
TS – Tecnologias Sociais

Introdução

Encontramo-nos no século XXI, mais especificamente no início de sua terceira década, ainda em tempos nos quais uma a cada dez pessoas no mundo passa fome e uma em cada três não tem acesso a uma alimentação adequada, de acordo com o último relatório sobre o tema produzido pela FAO (2021). Este quadro se mantém apesar dos esforços de grandes corporações e governos de promover a mecanização e a intensificação da produção de alimentos, defendendo ser esta a maneira mais eficaz de produzir os alimentos necessários para alimentar uma população mundial em crescimento.

Em contrapartida, argumenta-se que a mecanização e a intensificação da produção de alimentos nunca responderam de forma apropriada a este desafio, promovendo maior desigualdade social e a depredação do meio ambiente ao mesmo tempo que aumentava a capacidade de produção de alimentos. Neste sentido, surgem movimentos anti-hegemônicos que buscam valorizar conhecimentos pré-mecanização da agricultura e desenvolver novas técnicas produtivas de baixo impacto ambiental com consideração pelo bem-estar e pela justiça social.

Este é um relatório de estágio desenvolvido para uma das atuais iniciativas que se enquadra na busca por atenuar/solucionar este problema-desafio: a necessidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade, ao mesmo tempo que se preserva o equilíbrio ambiental e promove o bem-estar social. Com foco na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto Comunidade com capacidade e interesse político de cooperação, e recebendo apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as atividades do Programa de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Capacidades do Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável (CCAFS) da CPLP tiveram início em dezembro de 2020 e almejam fortalecer a Agricultura Familiar dos países-membros. A implementação do projeto está sendo executada pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, em parceria com o Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe, a CPLP, a plataforma Alimenta CPLP! e o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (MSC-CONSAN).

O presente relatório encontra-se dividido em quatro partes: a primeira foca-se no enquadramento teórico do tema, a segunda diz respeito à organização promotora do estágio, a terceira engloba a contextualização do projeto e a descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio e, por fim, a quarta e última parte abarca uma conclusão geral.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

Para entender o que nos traz a este ponto, no qual o Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável na Comunidade de Países de Língua Portuguesa está ativo com a colaboração de diversos parceiros, é necessário que se abra uma visão abrangente da realidade acerca dos fatores que levaram a esta decisão, começando pela constituição da própria comunidade.

1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) é hoje formada por nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo representação, portanto, em quatro continentes: África, América do Sul, Ásia e Europa. A comunidade, como seu nome indica, é formada por países cuja língua oficial é o Português. As origens deste ponto comum são infelizes - a colonização promovida por Portugal nos demais países da atual Comunidade. A CPLP, no entanto, é estabelecida em tempos diferentes, nos quais há o intuito de cooperação entre estes países.

A Comunidade foi reconhecida oficialmente no dia 17 de julho de 1996, em Lisboa, por ocasião da Cimeira Constitutiva de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Naquele momento, estiveram reunidos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade (Pereira, 2009). Mais tarde ocorre a adesão de Guiné Equatorial, e ser mencionada a seguir.

A ideia e o processo para a criação da CPLP iniciaram-se anos antes de sua oficialização. Em 1983, houve o primeiro marco para a criação da Comunidade com a argumentação do então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, durante uma visita a Cabo Verde que, de entre outros pontos, sugeriu a “organização de cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo” e a “constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”. Em fevereiro de 1994, reunidos em Brasília, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Internacionais representantes dos sete países recomendaram a constituição da CPLP, que em 1995 teve sua importância reafirmada e teve sua marcação para o final do primeiro semestre de 1996, em Lisboa” (CPLP, 2021, p. 1).

No momento de sua constituição, a CPLP estabeleceu pontos imperativos para o seu funcionamento, como (CPLP, 1996, p. 1-2):

- *“consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”;*
- *“enaltecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum”;*
- *“reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa”;*
- *identificar a língua portuguesa como “instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns”;*
- *“desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral”;*

- *“dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros”;*
- *“mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países; Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países”;*
- *“incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável”;*
- *“promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem-estar e desenvolvimento das sociedades”;*
- *“incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino, da cultura e do desporto”.*

A CPLP assume, então, o propósito de se fortalecer e expandir a partir do “somatório das potencialidades e o vasto manancial de riquezas que se encontram na diversidade dos oito Estados membros que a constituem” (Pereira, 2009, p. 3).

O Secretário Executivo da CPLP de 2008 a 2012, reconhece um papel de “obrigações estratégicas especiais” tanto ao Brasil quanto a Portugal nesta comunidade, em função de “suas capacidades económicas, pelo estado de desenvolvimento das suas estruturas sociais como também pelo número de cidadãos – falantes do português - que trazem para a comunidade” (Pereira, 2009, p. 3).

De acordo com o ex-secretário, a comunidade deve seguir “valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social” e tem o papel de reconhecer e estabelecer “estratégias conjuntas para o respeito pela diversidade cultural e linguística, ajudando a preservar riquezas fundamentais do património da humanidade”. Defende ele que este é um papel essencial “como contrapeso às forças centrifugadoras da globalização” (Pereira, 2009, p. 3-4).

Em 2014, de acordo com a página online oficial da CPLP, “depois de um minucioso processo de adesão”, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito da comunidade.

Deve-se reconhecer que existem níveis de desenvolvimento e sustentabilidade diferentes em todos os países da CPLP, não sendo a Guiné Equatorial o único país a falhar com direitos civis e políticos básicos. No entanto, a entrada da Guiné Equatorial representou um marco para a desvirtualização dos princípios oficiais para os quais a Comunidade havia sido criada.

O processo de sua introdução na Comunidade foi cheio de obstáculos, principalmente pela violação de direitos humanos e por não se falar português no país¹. Como parte do acordo para que se tornasse um membro, a Guiné Equatorial comprometeu-se a colocar um fim à pena de morte e implementar medidas destinadas a promover o uso do português no país. Ambos os compromissos não foram cumpridos até hoje. Esta aprovação foi feita a despeito da pressão exercida pela sociedade civil dos oito países onde se fala português, ignorando as inúmeras iniciativas contra, levadas a cabo por muitas ONGs nacionais e internacionais (Rocha, 2014; Monteiro, 2014).

Apesar de ter havido um claro triunfo do princípio dos negócios sobre os princípios que fundaram a CPLP no momento de negociação e inclusão do país na Comunidade, espera-se que a longo prazo prevaleçam os princípios para o desenvolvimento social partilhado, de defesa dos valores democráticos, das liberdades individuais, transparência, da boa governação e do combate à corrupção.

Por fim, a CPLP trabalha em setores como a Saúde e a Educação, a Segurança Alimentar e o Ambiente, entre outros. Para o desenvolvimento dessas atividades, mobiliza interna e externamente esforços e recursos, criando novos mecanismos e dinamizando os já existentes. Para tal, não são utilizados somente recursos dos governos dos países membros, mas também de parcerias com organismos internacionais, organizações não governamentais, empresas e entidades privadas, sendo expressiva a colaboração com organizações multilaterais como a ONU, FAO e a OMS (CPLP, 2021).

2. CPLP e a Segurança Alimentar e Nutricional

O estágio, que será retratado com mais detalhes a seguir, ocorreu no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, mais especificamente para a construção de capacidades para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis nos países da Comunidade. Como pode ser observado no destaque feito no final do capítulo anterior sobre algumas diretrizes da Declaração Constitutiva da CPLP, “esforços para o desenvolvimento econômico e social”, “valorização de potencialidades existentes”, “projetos de interesse comum”, “cooperação no domínio universitário”, “formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica”, “cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente com vista à promoção do desenvolvimento sustentável”, “valorização do trabalho e papel da mulher” e “iniciativas de intercâmbio para jovens no âmbito educacional” eram todas diretrizes previstas desde a fundação da CPLP e são, também, pontos desenvolvidos

¹ A Guiné Equatorial é governada por Teodoro Obiang desde 1979, e é um dos regimes ditatoriais mais brutais e corruptos do mundo, havendo inúmeros casos de denúncia acerca dos atos de tortura, pena de morte, ataques à liberdade de expressão e tráfico de pessoas. Trata-se, no entanto, do terceiro maior produtor de petróleo na África, após a Nigéria e Angola, e sua junção à CPLP é relevante para o país na busca por parceiros estratégicos que proporcionem legitimidade internacional e, do lado daqueles interessados em sua entrada, está o benefício das facilidades na exploração de suas riquezas petrolíferas (Rocha, 2014; Monteiro, 2014).

Ao longo das negociações para sua inclusão, a presença de Portugal na CPLP esteve em risco, por ter se posicionado duas vezes, em 2010 e 2012, contra a entrada do país. Os governos de Dilma Rousseff e José Eduardo dos Santos, presidentes do Brasil e Angola, foram os que exerceram maior pressão para que o país fosse incluso na Comunidade (Rocha, 2014; Monteiro, 2014).

ao longo do estágio. Posteriormente, com o desenvolvimento de objetivos e atuações mais específicas, a Segurança Alimentar e Nutricional torna-se um dos principais setores de atuação da Comunidade (CPLP, 1996, p. 1-2).

A título do estabelecimento de uma definição própria para a Segurança Alimentar e Nutricional, a CPLP, enquanto instituição, define SAN como de “caráter multidimensional, condição expressa na disponibilidade (ações de provimento alimentar), no acesso (capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos apropriados), na estabilidade (acesso estável) e na utilização dos alimentos (cumprimento dos requisitos nutricionais mínimos), recomendando, na sua implementação, a existência de mecanismos aptos para a sua governança, com coordenação setorial por parte dos Governos e com a participação social dos demais atores relevantes no sistema alimentar” (CPLP, 2015, p. 7).

Nesta mesma linha, a CPLP (2015) define a soberania alimentar enquanto direito dos indivíduos, países e povos de definirem as suas próprias políticas de agricultura, emprego, pesca, alimentação e de terra para que sejam ecológica, social, econômica e culturalmente apropriadas às suas circunstâncias únicas. Isto inclui o verdadeiro Direito à Alimentação Adequada e a produzir alimentos, o que implica que todos os povos têm direito a alimentos são, nutritivos e culturalmente apropriados, bem como aos recursos para a sua produção, e à capacidade para se sustentarem a si mesmos e às suas sociedades.

Desta forma, a Soberania Alimentar apresenta, de forma muito sucinta, quatro pilares fundamentais: o Direito Humano à Alimentação Adequada, o acesso a recursos produtivos, um modelo agroecológico de produção e distribuição dos alimentos e a existência de mercados de alimentos mais justos. Neste conceito, enfatiza-se o papel do Estado nos processos de desenvolvimento, incluindo o aumento da produção e oferta de alimentos com base nos/as agricultores/as familiares (CPLP, 2015).

2.1. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

O marco inicial para as ações da CPLP no âmbito da SAN é a sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), instrumento estratégico criado para a reafirmação e organização da vontade política e compromisso da Comunidade com a erradicação da fome e da pobreza. Trata-se, portanto, de um instrumento político que define a visão da CPLP para a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, mantendo o respeito pela soberania dos países da Comunidade. A ESAN-CPLP foi concluída e aprovada a nível técnico e político em Lisboa, em 2011, e submetida à XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros em Maputo, em 2012, realizada no âmbito da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CPLP, 2021; CPLP, 2012).

Dos objetivos que levaram à sua criação, destacam-se (CPLP, 2021):

- *Contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados-membros e da melhor governança das políticas e programas setoriais de segurança alimentar e nutricional.*
- *Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis*

- *Cooperação para prestar ajuda imediata aos grupos mais vulneráveis, em particular mulheres e crianças, de forma sustentável e neste esforço colaborar com as agências especializadas das Nações Unidas como o Programa Mundial de Alimentação.*
- *Aumento da disponibilidade interna de alimentos com base nos/as produtores/as familiares*
- *Fomento e dinamização das/os produtoras/es familiares promovendo modelos de produção sustentáveis e ampliando as dietas locais.*

Posteriormente, a XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros em Maputo, em 2012 e a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no mesmo local e ano, aprovaram a constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) e os seus Estatutos (CPLP, 2021).

O CONSAN-CPLP foi estabelecido como um órgão de governança multiatores (ministros responsáveis pela área de SAN, governos, sociedade civil, universidades ou instituições de Ensino Superior, setor privado, parlamentares e poder local) para a coordenação das ações desenvolvidas na área de SAN e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, tendo como objetivo promover a intersectorialidade e a participação social na coordenação de políticas, legislação e programas de ações para a segurança alimentar e nutricional e, por esta via, contribuir para materializar as prioridades estabelecidas na ESAN-CPLP (CPLP, 2021; CONSAN-CPLP, 2016).

Embora a situação da SAN na CPLP varie muito de país para país, sendo que as necessidades são específicas tanto a nível nacional como local dentro de cada uma das nações, é possível diagnosticar semelhanças que possibilitam a construção de uma agenda comum, como é o exemplo das proporções significativas da população dos países da CPLP vivendo no meio rural (FAO, 2013), com grande parte dos seus rendimentos provindo da atividade agropecuária e muitas vezes complementados por atividades não agrícolas, que se têm vindo a desenvolver a partir de novas e variadas formas de articulação entre o meio urbano e o rural. Considerando isso, os Estados-membros compartilham o reconhecimento da importância do desenvolvimento da agricultura e do meio rural como estratégia de superação da pobreza e da insegurança alimentar, de fortalecimento da economia local e regional e de consolidação de um ambiente de paz, progresso e justiça social. Como estratégia para alcançar este objetivo em comum, a CPLP assumiu o compromisso de erradicação da fome nos seus Estados-Membros até 2025 (CONSAN-CPLP, 2016).

Na CPLP, os produtores agrícolas familiares são responsáveis pela produção de uma média de 70% dos alimentos básicos consumidos na maioria dos países, sendo este setor também o maior empregador em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (entre 60% e 85% dos indivíduos em idade ativa se ocupam no setor agrícola); e num número significativo de países (Angola, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) as mulheres constituem a maioria da força de trabalho na agricultura, pelo que o papel desempenhado pela mulher na Agricultura Familiar é fundamental (FAO, 2013).

Devido à importância da Agricultura Familiar para a sustentabilidade económica, social e ambiental das zonas rurais, dado o seu potencial de incremento da produção agrícola e o seu papel na produção de alimentos saudáveis e seguros, na criação de emprego, na geração de rendimento, na diversificação produtiva, na gestão da terra e da água e na proteção e promoção da biodiversidade, bem como o papel fundamental que desempenha na promoção de uma

transição alimentar, ela tem sido reconhecida como eixo prioritário da ESAN-CPLP, visando o fortalecimento do papel da Agricultura Familiar na produção de alimentos na região, através da implementação de políticas agrícolas e de segurança alimentar e nutricional específicas para este setor (CONSAN-CPLP, 2016).

Neste seguimento, a proposta de construção de Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP visa ampliar o reconhecimento deste setor e o seu fortalecimento mediante políticas de reconhecimento dos/as agricultores/as familiares, acesso aos recursos naturais, de garantia do direito à terra e aos territórios, de apoio à produção, tecnologia e serviços, de promoção da autonomia das mulheres rurais, de inserção da juventude, de proteção social e de acesso a serviços públicos. Estas Diretrizes inserem-se nos marcos da ESAN-CPLP e dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros, nascendo dos consensos pré-existent na Comunidade, em especial, no seio do CONSAN-CPLP e, mais concretamente, do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar (GTAF — CONSAN-CPLP), tendo beneficiado da importante contribuição de movimentos sociais e organizações da sociedade civil por intermédio do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN-CPLP) e da interlocução e apoio da academia, dos parlamentares e, mais recentemente, do setor privado. Estas Diretrizes pretendem o reconhecimento e a valorização dos produtores e produtoras familiares e das comunidades rurais e o fortalecimento da sua participação econômica e social (CONSAN-CPLP, 2016).

3. A proposta convencional: Revolução Verde na CPLP e a marginalização da produção familiar

Antes que se possa trabalhar os conceitos mais especificamente visados para a realização do trabalho desenvolvido no âmbito do CCAFS, como a Agroecologia ou a Agricultura Familiar, é importante também localizar historicamente e conceitualmente os valores mais hegemônicos de produção agropecuária atuais. A partir dessa contextualização, podemos fundamentar melhor os motivos pelos quais se opta pela Agroecologia, e até mesmo o que fez da Agroecologia o que ela é hoje, enquanto resposta ao modelo implementado pela Revolução Verde.

As raízes da primeira Revolução Verde podem ser identificadas em um projeto de desenvolvimento agrícola de 1943 no México, com o objetivo de aumentar a produção de feijão e milho para enfrentar a pobreza e a fome generalizadas que ameaçavam a estabilidade política do país. O projeto foi implementado pelo governo do México, mas foi iniciado e financiado pela Fundação Rockefeller sob a liderança de seu quarto presidente, Raymond B. Fosdick (Daño, 2007).

O projeto agrícola de Rockefeller no México foi tão bem-sucedido que foi replicado em outras partes da América Latina no final da década de 1940 e na Índia e sudeste da Ásia na década de 1950, onde o modelo trouxe sucessos fenomenais no aumento da produção agrícola em trigo, milho e arroz, levando o então diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a cunhar o termo "Revolução Verde" em 1968. Num contexto de fome, instabilidade política e Guerra Fria, a Revolução Verde foi e é considerada uma importante intervenção política liderada pelos Estados Unidos para estancar a propagação da insurgência comunista na América Latina e Ásia após a Segunda Guerra Mundial (Daño, 2007).

A Revolução Verde foi, então, fundamentada com base na ideia de que a causa da insegurança alimentar estaria ligada à baixa produtividade (Benites & Trentini, 2019). A então modernização da agricultura foi responsável pela indiscutível melhoria na capacidade de produção de alimentos com a utilização de tecnologias intensivas e insumos, sendo dita uma batalha contra a fome e as grandes preocupações em alimentar uma população crescente, porém, falha em diversas frentes, pela desconsideração por justiça social e preservação ambiental. Os benefícios dessas medidas foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores e agricultoras mais pobres e com menos recursos. Para além disso, a Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (Altieri, 2004).

Os custos ecológicos e os conflitos por recursos naturais associados à revolução verde estão enraizados na substituição de sistemas de cultivo baseados na diversidade e insumos internos por sistemas baseados em uniformidade e insumos externos. A revolução verde tem sido reconhecida por gerar uma nova gama de conflitos agrários, aumentando a polarização entre agricultores ricos e pobres (Shiva, 1991).

A crise agrícola-ecológica existente hoje na maior parte das “nações emergentes”, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equitativo e sustentável, sendo que não foram capazes de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais (Altieri, 2004). Assim, o modelo de produção agroindustrial proposto não se mostrou suficiente para lidar com o problema da insegurança alimentar (Benites & Trentini, 2019).

Em relação aos continentes onde estão localizados os países da CPLP, enquanto a Revolução Verde teve uma consolidação consistente na América Latina, Ásia e Europa², os esforços colocados para o seu estabelecimento na África encontraram diversos obstáculos. Como seis dos nove países da Comunidade são africanos e este tema em específico influencia fortemente as atividades que foram desenvolvidas pelo programa, esta revisão entrará especialmente em mais detalhes sobre este fenômeno.

Recentemente houve uma mobilização para que a agricultura intensiva seja finalmente estabelecida no continente africano, mais particularmente na África Subsaariana. Daño (2007) oferece uma visão detalhada sobre este processo, que analisaremos em mais detalhes a seguir.

² A Revolução Verde da América Latina e Ásia é muito diferente daquela que ocorreu na Europa capitalista, sendo que a dos primeiros dois continentes mencionados foi realizada através de programas de desenvolvimento agrícola no "terceiro mundo", como era chamado na época, e financiados por governos e fundações estadunidenses e europeias. E a europeia é geralmente reconhecida como uma mecanização mais paulatina da agricultura, tendo iniciado muito mais cedo e com diversos marcos históricos de transformação para o modelo atual, porém, ainda com impactos comuns aos outros continentes mencionados.

3.1 A “Nova” Revolução Verde na África

Ao contrário da noção geral de que a primeira Revolução Verde não alcançou a África, ou que a África não alcançou a Revolução Verde, os impulsionadores da primeira Revolução Verde buscaram implementá-la na África na década de 1970, mas não tiveram sucesso. Os/as agricultores/as africanos/as não aderiram tanto às sementes melhoradas, pesticidas químicos e fertilizantes inorgânicos como seus homólogos no Sul e Sudeste asiático (Daño, 2007; Diagne, A., Glover, S., Groom, B., and Phillips J., 2012). As corporações transnacionais envolvidas na venda de sementes híbridas, pesticidas químicos e fertilizantes inorgânicos não lucraram muito na África, principalmente porque os/as agricultores/as africanos/as eram mais pobres, a infraestrutura básica estava em sua maioria ausente, e os sistemas e condições agrícolas da África eram muito mais diversos (Daño, 2007).

Uma particularidade caracterizadora dos sistemas agrícolas dos/as produtores/as familiares em grande parte da África Subsaariana é a ampla diversidade de famílias agrícolas e a heterogeneidade das condições biofísicas e socioeconômicas nas quais desenvolvem suas atividades (Zingore, 2007; Tiftonell, 2005 apud Chikowo, Zingore, Snapp, & Johnston, 2014). O sistema agrícola da África é um mosaico de diversos ecossistemas agrícolas, florestais e pecuários onde qualquer fórmula de formato único parece destinada ao fracasso. A multidão de agricultores pobres e famintos que têm pouco acesso a alimentos e outras necessidades básicas apresentam um desafio à abordagem da agricultura voltada para o mercado (Daño, 2007).

O contexto geopolítico internacional da era pós-Guerra Fria também é notavelmente diferente do que prevaleceu na época da primeira Revolução Verde, quando o espectro comunista fazia parte das motivações políticas por trás da maioria dos programas de desenvolvimento rural e agrícola dos governos da Ásia e da América Latina. Enquanto naquela época os subsídios governamentais forneciam incentivos atraentes para os/as agricultores/as mudarem para a monocultura e a produção orientada para o mercado, o atual regime de comércio internacional e as pressões dos credores tornariam impossível que a África seguisse o mesmo padrão (Daño, 2007).

Desde o final da década de 1990, o discurso de desenvolvimento na África tem sido dominado pelo mantra da “Nova Revolução Verde na África”. O modelo para uma Revolução Verde para a África foi, então, traçado por Gordon Conway, o 12º presidente da Fundação Rockefeller de 1997 até 2004, em seu livro, “The Doubly Green Revolution: Food for All in the 21st Century” (A Revolução Duplamente Verde: Alimento para Todos no Século XXI). No livro, ele argumenta que a Revolução Verde beneficiou os pobres do mundo fornecendo alimentos suficientes e acessíveis, e assim salvou o mundo da fome (Daño, 2007).

O livro forneceu a estrutura analítica para a promoção de uma Nova Revolução Verde na África pela Fundação Rockefeller. Ele observa, no entanto, que os ganhos da Revolução Verde não beneficiaram equitativamente os pobres do meio rural em muitos países e falhou em alcançar uma parcela substantiva dos pobres do mundo, especialmente na África Subsaariana, onde 16 dos 18 países mais desnutridos eram encontrados e que permanece como a única região onde a produção de alimentos per capita continua a piorar a cada ano (Daño, 2007).

Ao mesmo tempo, reconhece os impactos ambientais do uso de insumos químicos implícitos no pacote tecnológico da Revolução Verde, que resultou e resulta até hoje em grave degradação

do solo e da água. Assim, Conway conclui que o mundo precisa de uma "Revolução Duplamente Verde" que repita os sucessos do modelo antigo através do desenvolvimento de técnicas agrícolas de alto rendimento e, ao mesmo tempo, ecologicamente segura, sustentável e equitativa. Processo que seria construído em consonância com as lições da primeira Revolução Verde, que mostram que o desenvolvimento agrícola não é apenas um produto da ciência e tecnologia, mas de boa governança, investimentos e infraestrutura, exigindo, assim, parcerias entre os setores público e privado (Daño, 2007).

O lema da "Nova Revolução Verde", no entanto, fornece a estrutura conceitual na qual as sementes geneticamente modificadas se apresentam como um componente integral do pacote tecnológico que também inclui fertilizantes inorgânicos, serviços de gestão de água e extensão – aproximadamente a mesma fórmula usada na Ásia e na América Latina há cerca de meio século. Como exposto na visão de Conway, uma Revolução Verde "mais verde" significa um sistema agrícola mais ecológico, mas com a mesma intensidade que seu antecessor. A menor dependência de insumos químicos aqui não significa automaticamente uma mudança para a agricultura orgânica ou sustentável, mas mais uma substituição de produtos químicos por sementes geneticamente modificadas (Daño, 2007).

A Nova Revolução Verde na África saiu do papel em 1999. Desde então, a Fundação apoiou o desenvolvimento e a liberação de mais de 100 novas variedades de culturas, dezenas das quais já estão em uso, incluindo novas variedades de arroz chamadas de "New Rice for Africa" (Novo Arroz para a África) - (NERICA), cultivadas em mais de 120000 hectares em todo o continente. A Fundação estimava que, ao longo de 10 anos, mais 400 variedades de culturas melhoradas e trabalho em 20 países africanos poderiam contribuir para eliminar a fome de 30 milhões de pessoas e tirar 15 milhões da pobreza (Daño, 2007).

Como seu antecessor na Ásia há meio século, a Nova Revolução Verde na África está sendo coletivamente empurrada por uma miríade de "players" que afirmam estar comprometidos com o desenvolvimento da África. Apesar da etiqueta "Nova" adicionada ao seu nome, a Revolução Verde prescrita para a África basicamente segue a mesma fórmula usada na Ásia – um pacote tecnológico para a produção agrícola envolvendo o uso de insumos externos, maciça infraestrutura agrícola e sementes modernas, mas com a novidade das sementes geneticamente modificadas adicionadas na equação para "responder" às consequências ambientais causadas pela velha fórmula (Daño, 2007).

A Nova Revolução Verde na África é o resultado de uma convergência sistemática de interesses de vários atores guiados por uma visão de mundo semelhante na África. Como sua precursora na Ásia e na América Latina, a Nova Revolução Verde na África é liderada pela "filantropia estratégica" da Fundação Rockefeller, agora combinada com a visão econômico-financeira e liberal da Fundação Bill e Melinda Gates (Daño, 2007; Bassermann & Urhahn, 2020). Apresenta-se em detalhe quem são as partes interessadas neste projeto no anexo I – investidores da Nova Revolução Verde Africana (Daño, 2007).

Em 2006, a Fundação Bill e Melinda Gates e a Fundação Rockefeller lançaram a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA). Armada com sementes comerciais de alto rendimento, fertilizantes sintéticos e pesticidas, foi apontada como sendo capaz de entregar à África sua própria Revolução Verde para reduzir a fome e a pobreza (Bassermann & Urhahn, 2020; Holt-Gimenez, Altieri, & Rosset, 2006).

Publicado em 2020, um estudo conduzido por várias organizações de desenvolvimento alemãs e africanas em conjunto com a Fundação Rosa Luxemburgo é o documento mais recente e detalhado sobre os resultados apresentados, até ao momento, da aplicação da Nova Revolução Verde na África, e demonstra algumas falhas básicas de sua abordagem de desenvolvimento na África rural (Bassermann & Urhahn, 2020).

O estudo aponta que enquanto a AGRA promete, entre outras coisas, que sua iniciativa é para “uma África segura e próspera através de um rápido e inclusivo crescimento agrícola sustentável, melhorando a produtividade e os meios de subsistência de milhões de agricultores familiares na África”, ela promove, na verdade, o sistema agrícola unidimensional, intensivo em insumos e intensivo em recursos e cadeias de suprimentos globais que já faziam muitos/as produtores/as familiares de alimentos dependentes de suprimentos externos de sementes híbridas (em vez de criar e multiplicar suas próprias) (Bassermann & Urhahn, 2020, p. 5).

Desde o início, a AGRA recebeu contribuições de quase mil milhões de dólares, sendo a maior contribuição vindo por parte da Fundação Bill e Melinda Gates, porém outras muito consideráveis também dos Estados Unidos, Reino Unido e outros países, incluindo a Alemanha. A AGRA emitiu subsídios de mais de 500 milhões de dólares para promover sua visão de uma agricultura africana “modernizada”, livre de tecnologia limitada e baixos rendimentos. Além disso, grandes gastos dos governos africanos reforçaram a campanha sob a forma de programas de subsídios de entrada aos agricultores para comprar as sementes majoritariamente híbridas e fertilizantes sintéticos que a AGRA promove (Bassermann & Urhahn, 2020; Holt-Gimenez, Altieri, & Rosset, 2006).

Sob a liderança do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, as metas iniciais da AGRA eram dobrar a renda de 20 milhões de famílias agrícolas de pequena escala até 2020, enquanto reduzia pela metade a insegurança alimentar em 20 países por meio de melhorias na produtividade. Com o tempo, as metas se tornaram mais específicas e ambiciosas: “dobrar os rendimentos no campo e financeiros de 30 milhões de famílias agrícolas até 2020”. A AGRA excluiu essas metas em junho de 2020 de seu site sem dar qualquer explicação (Bassermann & Urhahn, 2020, p. 6).

Com a AGRA completando 14 anos de operação em 2020, pesquisadores/as da Universidade Tufts entraram em contato com a organização para aceder aos dados internos de monitoramento e avaliação de resultados, porém, o fornecimento foi recusado. Para dar a volta a este impasse, o estudo foi baseado em dados a nível nacional dos 13 principais países-alvo da AGRA com o objetivo de avaliar se os programas da Revolução Verde estariam aumentando significativamente a produtividade. Os pesquisadores também examinaram dados sobre pobreza e fome para determinar se a renda dos/as produtores/as familiares melhorou significativamente, bem como o estado de fome em toda a região (Bassermann & Urhahn, 2020; Wise, 2020).

3.2 Resultados da produção convencional

Os pesquisadores da Tufts encontraram poucas evidências de aumentos significativos na produtividade, renda ou segurança alimentar para as pessoas nos 13 principais países-alvo da AGRA e demonstraram que o modelo da Revolução Verde da AGRA está falhando em cumprir com suas promessas. As principais descobertas são (Wise, 2020; Bassermann & Urhahn, 2020):

1. Poucas evidências de aumentos significativos na renda ou segurança alimentar de produtores/as familiares. Pelo contrário, nos países em que a AGRA opera, houve um aumento de 30% no número de pessoas com fome, condição que afeta 130 milhões de pessoas nos 13 países-foco da AGRA;
2. Poucas evidências de que a produtividade aumentou em qualquer quantidade significativa. Para as culturas básicas como um todo, os rendimentos aumentaram apenas 18% em média nos países da AGRA em doze anos, em comparação com 17% no mesmo período anterior à AGRA. Esta é uma taxa média de crescimento anual de 1,5%, que é semelhante à época anterior à AGRA. Além disso, o crescimento da produtividade diminuiu em oito dos 13 países da AGRA, em três países os números mudaram até de positivo para negativo sob a influência da AGRA. Isso está lançando dúvidas sobre a AGRA como um fator para o crescimento do produto. Até mesmo o milho, fortemente promovido pelos programas da Revolução Verde, mostrou apenas 29% de crescimento de rendimento, bem aquém da meta da AGRA de 100%;
3. Redução mínima da pobreza rural ou fome, mesmo quando a produção de alimentos básicos aumentou, como na Zâmbia, onde a produção de milho aumentou mais de 150%, principalmente devido ao aumento das terras agrícolas. Os/as produtores/as familiares não se beneficiaram adequadamente: a pobreza e a fome permaneceram surpreendentemente elevadas;
4. Mais erosão da segurança alimentar e nutrição para os/as produtores/as mais pobres, onde os incentivos da Revolução Verde para “culturas prioritárias” desincentivaram o uso de culturas tradicionais mais nutritivas e resistentes ao clima, como painço/milhete e sorgo. Enquanto as sementes para as culturas tradicionais eram antes de fácil acesso e baratas através da troca entre agricultores/as, agora eles/as têm que pagar por sementes de “culturas prioritárias”; e
5. Fortes evidências de impactos ambientais negativos, incluindo acidificação de solos sob cultivo de monocultura com fertilizantes sintéticos à base de combustível fóssil. O aumento da produção veio de agricultores que aumentaram suas terras em cultivo. Ambos os aspectos afetam negativamente a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Essas descobertas também demonstram que a AGRA não dá liberdade de escolha em relação ao que produzir aos/as produtores/as familiares. Em um projeto na Tanzânia, por exemplo, os agricultores só podem participar de projetos da AGRA sob a condição de não praticarem cultivos consorciados. Cada cultura precisa ser cultivada em um campo distinto, o que aumenta os custos de produção e reduz a diversidade das culturas. Em Ruanda, produtores/as familiares estavam sujeitos a multas caso não plantassem milho e outras culturas aprovadas do programa. Em projetos no Quênia, os/as agricultores/as não podem escolher o tipo de semente de milho que recebem, nem quais fertilizantes ou pesticidas usam. De acordo com as entrevistas com agricultores/as de projetos da AGRA, os/as líderes do projeto assumiram que os/as “agro-negociantes” tomariam as melhores decisões para os/as agricultores/as. Isso coloca em risco o direito dos/as produtores/as familiares à autodeterminação e à soberania alimentar. Além disso, é evidente que a abordagem da AGRA afasta os/as agricultores/as familiares do cultivo de alimentos tradicionais em detrimento do cultivo de uma cultura específica, o que levou a um declínio nas culturas nutritivas e resilientes ao clima e a uma queda nos sistemas de troca de sementes de baixo custo e baixo risco (Bassermann & Urhahn, 2020).

Os insumos agrícolas de base química promovidos como meio de aumento da produtividade têm enterrado os agricultores em dívidas e resultado em consequências ambientais alarmantes (Daño, 2007). A saúde do solo não é apenas uma questão de fertilidade, mas está intimamente ligada à saúde vegetal, à biodiversidade e aos sistemas agrícolas globais. O crescimento em representatividade dos monocultivos, mudanças alimentares e a ida da população para as cidades ameaçam tanto a atual diversidade das inúmeras cultivares como as condições culturais e técnicas de produção dessa diversidade (Santilli & Emperaire, 2001). As soluções para os problemas agrícolas devem ser vistas como um todo integrado e como parte dos sistemas de conhecimento agrícola dos agricultores locais. Assim, não há uma solução única para problemas agrícolas, especialmente na África, onde há muita diversidade de sistemas agrícolas em diversos ecossistemas. A soberania alimentar e autossuficiência são, portanto, fundamentais (Holt-Gimenez, Altieri, & Rosset, 2006).

Em geral, os agroecossistemas ditos modernos ou tecnificados usam mobilização intensiva como forma de preparo do solo, o que leva a problemas como degradação da sua estrutura, redução da matéria orgânica, compactação, redução da infiltração de água, formação de impedimentos à penetração radicular e, em consequência, menor capacidade de armazenamento de água no perfil do solo, maior suscetibilidade a déficit hídrico, maior intensidade do escoamento superficial e intensificação da erosão hídrica e eólica. Esses agroecossistemas são baseados em monocultivos que permitem ganhos de escala de produção e maior eficiência na utilização dos equipamentos, mas isso resulta em suscetibilidade a pragas e doenças, erosão genética e perda do conhecimento agrícola tradicional, este muitas vezes fundamental para o entendimento das condições ambientais locais. O uso de fertilizantes sintéticos, provenientes de fontes não renováveis, elevam os custos de produção e ameaçam a continuidade do modelo a longo prazo. Além disso, se perdem facilmente por lixiviação, volatilização e fixação permanente nas argilas do solo, podendo contaminar os alimentos e os aquíferos. O uso da irrigação em larga escala promove um consumo excessivo de água, além de provocar a salinização dos solos, a erosão hídrica e a contaminação dos aquíferos. A utilização do controle químico para o combate a pragas, doenças e plantas espontâneas promove a resistência destes aos produtos aplicados, por meio da pressão de seleção exercida por esses produtos, elimina inimigos naturais que são desejáveis e contamina os alimentos e o ambiente. Além disso, para sua produção, são utilizadas fontes não renováveis de energia, colocando em xeque a possibilidade de sua utilização em longo prazo (Feiden, 2005; Benites & Trentini, 2019).

O desafio para a produção de alimentos para uma população cada vez maior vai além da necessidade de melhorar a segurança alimentar em tempos de aumento rápido da demanda. O desafio também envolve a necessidade de equilibrar o crescimento dos setores urbanos com a renda rural (Haggblade & Hazell, 2010 apud Frankema, 2013), e garantir o acesso aos meios de produção e bens gerados por esta produção. Uma vez que a maioria dos/as africanos/as ainda está empregada na agricultura, melhorar os padrões de vida rural é a chave para mitigar aumentos adicionais na desigualdade socioeconômica, a chave para elevar a demanda do consumidor interno e, eventualmente, a chave para fortalecer a base fiscal das economias africanas (Frankema, 2013).

Os problemas globais de fome e pobreza pioraram, a distância entre ricos e pobres está aumentando, os problemas ambientais são cada vez maiores e uma minoria se apropria indevidamente dos recursos naturais. O impacto da exclusão e marginalização de produtores/as familiares é evidente nos países da CPLP. A concorrência desigual no contexto da liberalização

do comércio de produtos agrícolas e a falta de prioridade dada à Agricultura Familiar nas políticas nacionais levam à marginalização dos/as agricultores/as familiares (PCCPLP, 2012). É necessário que seja reconhecido que a fome não é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas sim da marginalização econômica de certas comunidades (Chonchol, 2005).

Identificando esta crença de que as tecnologias da Revolução Verde são necessárias porque são as únicas capazes de alimentar o mundo, o instituto Food First (2006) aborda em sua publicação alguns mitos que muitas vezes são utilizados para justificar a continuidade e crescimento do modelo hegemônico de produção de alimentar:

- **Mito 1:** não há comida suficiente: abundância, não escassez, melhor descreve a situação do abastecimento mundial de alimentos. Comida suficiente está disponível para fornecer pelo menos 1,95 kg de comida por pessoa por dia – o suficiente para deixar a maioria das pessoas com sobrepeso. O problema é que muitas pessoas não têm poder aquisitivo para acessar estes alimentos. Até mesmo os países “famintos” têm comida suficiente para alimentar sua população, mas muitos tem o seu alimento exportado para quem pode pagar por ele.
- **Mito 2:** a natureza é quem tem culpa pela fome: a verdade é que as pessoas mais pobres é que estão sujeitas aos maiores riscos causados por fatores naturais, que atuam como “o empurrão final na beira do precipício”. Instituições humanas determinam quem se alimenta e quem passa fome em tempos difíceis. De forma semelhante, pessoas em situação de rua morrem todos os anos durante o inverno, porém, o frio não é o principal responsável por esta contínua tragédia.
- **Mito 3:** superpopulação: as taxas de natalidade estão caindo rapidamente em todo o mundo à medida em que os países “em desenvolvimento” iniciam sua transição demográfica (quando as taxas de natalidade caem em resposta a um declínio anterior nas taxas de mortalidade). Mesmo em situações nas quais o crescimento populacional está aumentando, não é razoável culpar este fator pela fome. Para cada Bangladesh, um país densamente povoado e faminto, encontramos uma Nigéria, Brasil ou Bolívia, onde abundantes recursos alimentares coexistem com a fome. Como a fome em si, o crescimento populacional deriva de iniquidades que privam as pessoas, especialmente as mulheres pobres, de oportunidades econômicas e segurança. O rápido crescimento populacional e a fome são endêmicos para sociedades onde a propriedade da terra, empregos, educação, cuidados de saúde e segurança na velhice estão além do alcance da maioria das pessoas.
- **Mito 4:** conservação ambiental OU mais alimentos: os esforços para eliminar a fome não estão causando a crise ambiental. As grandes corporações são as principais responsáveis pelo desmatamento. Alternativas bem-sucedidas para o atual sistema alimentar já existem e muitas mais surgirão.
- **Mito 5:** a Revolução Verde é a resposta: os avanços produtivos da Revolução Verde não são um mito, mas o foco no aumento da produção não pode acabar com a fome, porque não altera a distribuição fortemente concentrada do poder econômico e os impactos disto no meio-ambiente – onde a produção de grãos e exportações aumentam enquanto a fome persiste. Neste momento é importante termos atenção à “Nova Revolução Verde”, que se baseia na biotecnologia e ameaça acentuar ainda mais a desigualdade.
- **Mito 6:** nós precisamos de latifúndios: Os/as agricultores/as familiares normalmente alcançam produções pelo menos quatro ou cinco maiores por hectare. Historicamente, reformas agrárias abrangentes aumentaram significativamente a produção de

produtores/as familiares em países tão diversos quanto Japão, Zimbábue e Taiwan. Um estudo do Banco Mundial no Nordeste brasileiro estima que a redistribuição de terras agrícolas em explorações menores elevaria a produção em surpreendentes 80%.

- **Mito 7:** o livre mercado pode acabar com a fome: infelizmente, a fórmula "mercado-é-bom, governo-é-ruim" não é capaz de eliminar as causas da fome. A maravilhosa eficiência do mercado só pode funcionar para eliminar a fome quando o poder aquisitivo for amplamente disperso dentre a população. Nesse sentido, os governos têm um papel vital a desempenhar no combate à tendência à concentração econômica, por meio de impostos, crédito e reformas agrárias para dispersar o poder de compra entre as pessoas marginalizadas. As tendências recentes para a privatização e a desregulamentação definitivamente não são a resposta.

- **Mito 8:** o livre-comércio é a resposta: a fórmula de promoção comercial provou ser um fracasso para a erradicação da fome. A maioria dos países “em desenvolvimento” tiveram um aumento em suas exportações enquanto a fome continuou inabalável ou piorou. Enquanto as exportações de soja cresceram no Brasil para alimentar a pecuária japonesa e europeia, a fome se espalhou de um terço para dois terços da população. Onde a maioria das pessoas permaneceu ou se tornou muito pobre para comprar os alimentos cultivados em solo do próprio país, aqueles que controlam os recursos produtivos acabaram orientando, não surpreendentemente, sua produção para mercados mais lucrativos no exterior.

- **Mito 9:** famintos demais para lutar por seus direitos: para aqueles com poucos recursos, a mera sobrevivência requer um tremendo esforço. Porém, se essas pessoas fossem realmente passivas, poucas sobreviveriam. Onde quer que as pessoas estejam sofrendo desnecessariamente, movimentos de mudança estão em andamento. Não é o trabalho de alguém de fora "ajeitar a situação". O trabalho de agentes exteriores é de remover os obstáculos no caminho dessas comunidades, muitas vezes criados pelos interesses das grandes corporações.

- **Mito 10:** Maior intervenção dos EUA vai ajudar a eliminar a fome: a maioria dos auxílios dos EUA trabalha contra as pessoas em situação de fome, reforçando, não mudando, o status quo. Seu dinheiro seria de melhor uso se aplicado para eliminar de forma incondicional as dívidas que forçam a maioria dos países em desenvolvimento a reduzir seus programas básicos de saúde, educação e anti-pobreza.

- **Mito 11:** há benefício na pobreza dos outros: a maior ameaça ao bem-estar dos “países desenvolvidos” não é o desenvolvimento dos países “em desenvolvimento”, mas sim a contínua privação das pessoas em situação de fome. Os baixos salários nestes países podem significar bananas, camisas, computadores e fast food mais baratos, mas há um preço muito alto sendo pago por isto até mesmo por “países desenvolvidos”. A pobreza forçada nos países “em desenvolvimento” coloca em risco empregos, salários e condições de trabalho à medida que as corporações buscam mão-de-obra barata no exterior. Em uma economia global, o que os trabalhadores alcançaram a nível de empregos, níveis salariais e condições de trabalho só podem ser protegidos se trabalhadoras/es em todos os países são libertados do estado de desespero econômico.

- **Mito 12:** reduzir liberdades para eliminar a fome: ao observar a situação mundial, não é reconhecida uma correlação entre a fome e liberdades civis. No entanto, uma definição estreita de liberdade – o direito ao acúmulo ilimitado de bens produtores de riqueza e o direito de usar essa propriedade de qualquer forma que um indivíduo acredita ser adequado – está em conflito fundamental com a erradicação da fome. A segurança econômica para todos é a verdadeira forma de garantir liberdade. Tal compreensão da liberdade é essencial para eliminar a fome.

Esse cenário mostra que o paradigma atual de desenvolvimento de natureza neoliberal e subjugado à lógica do livre comércio coloca fora do centro das políticas as aspirações, necessidades e estilos de vida da maioria daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos, particularmente agricultores/as familiares. As atuais políticas agrícolas, alimentares, comerciais e ambientais são mutuamente exclusivas e só favorecem os lucros das grandes corporações (PCCPLP, 2012).

De acordo com a PCCPLP (2012), em 2012, a CPLP possuía um total de cerca de 250 milhões de habitantes, com 28 milhões de pessoas enfrentando fome e insegurança alimentar e nutricional. Esta fonte identificou que nos países da Comunidade, os/as agricultores/as familiares são os/as grandes responsáveis pela produção de alimentos, mas também os/as mais marginalizados/as e que mais sofrem de fome e insegurança alimentar e nutricional. De acordo com os dados da época, os piores casos para a fome e insegurança alimentar eram os seguintes: Angola (44%), Moçambique (37%), Guiné-Bissau (31%), Timor Leste (23%) e Cabo Verde (14%). Em 2021, no entanto, a FAO publicou dados atualizados sobre a prevalência de insegurança alimentar severa e moderada no mundo, sendo o quadro atual dos países da CPLP o seguinte: Angola (73.5%), Brasil (23.5%); Cabo Verde (35.1); Guiné-Bissau (n.a); Guiné-Equatorial (n.a); (Moçambique (71.1); Portugal (11.5%); São Tomé e Príncipe (n.a); e Timor Leste (n.a). Infelizmente, para três dos países, o relatório da FAO não apresenta dados.

Na maioria desses países, milhões de agricultores/as familiares estão subequipados e sem acesso a recursos naturais e produtivos e a serviços públicos adequados para ter uma vida decente. Em função desses fatores, o êxodo rural torna-se mais forte e a dependência absoluta das importações de alimentos na maioria dos países mina sua soberania alimentar (PCCPLP, 2012).

As desigualdades na distribuição de direitos piorarão a menos que se adotem medidas eficazes. A luta contra a pobreza e a fome no âmbito do desenvolvimento sustentável é hoje mais complexa devido a vários fatores: i) a crescente crise financeira e econômica; ii) a volatilidade dos preços dos alimentos; iii) os impactos das mudanças climáticas; iv) as novas tendências demográficas e de urbanização rápida; v) as consequentes preocupações crescentes com a sustentabilidade dos recursos naturais; vi) a questão energética, entre outros. Esses fatores, ao todo, aumentam a crise do modelo de desenvolvimento, com impacto particular nos sistemas agroalimentares (PCCPLP, 2012).

A nível regional, a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutrição da CPLP adotada em 2011 evidencia ser capaz de contribuir para essa mudança de curso, particularmente por duas razões principais: 1) coloca o foco nos/as produtores/as familiares para aumentar a produção nacional de alimentos de forma sustentável; 2) coloca o foco no fortalecimento da governança da segurança alimentar e da nutrição na perspectiva do direito humano à alimentação com participação social efetiva (PCCPLP, 2012).

A urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado, particularmente, diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs), a buscar ativamente novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura. O trabalho das ONGs está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem “de baixo para cima”, utilizando os recursos já disponíveis: a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais autóctones. Acredita-se que as estratégias baseadas

na participação, capacidades e recursos locais aumentam a produtividade enquanto conservam a base dos recursos. O conhecimento local dos agricultores sobre o ambiente, plantas, solos e processos ecológicos possui uma grande importância nesse novo paradigma agroecológico (Altieri, 2004).

Está a ser traçada, portanto, a nível internacional e multilaterais, uma transformação de sistemas agroalimentares definida pela compreensão de que estes sistemas são estruturas complexas e cheias de vida, e que a participação ativa da comunidade local para a construção e desenvolvimento ao longo do processo é indispensável e central (Daño, 2007). Em vez de uma exploração excessiva da natureza, precisamos de sistemas agroecológicos diversificados que reconciliem fatores econômicos, ambientais e sociais e estejam enraizados em uma abordagem territorial (Bassermann & Urhahn, 2020).

4. A proposta agroecológica: rumo à sustentabilidade dos sistemas agrícolas

Um problema da Revolução Verde nas regiões agrícolas heterogêneas, é que ela concentrou seus esforços nos agricultores mais bem providos de recursos, no topo do gradiente. Os/as agroecólogos/as, ao contrário, enfatizam que, para que o desenvolvimento dos sistemas alimentares seja sustentável, sua implementação deve contar uma visão de baixo para cima. A adoção de seus padrões tecnológicos e de organização social e produtiva deve ser constituída por práticas que não usem de forma predatória os recursos naturais e tampouco modifiquem tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais (Altieri, 2004).

Em iniciativas agroecológicas, é reconhecido que os/as agricultores/as em situação de fragilidade nutricional e econômica são prioridade e devem ser apoiados/as na garantia da autossuficiência alimentar. Esta autossuficiência alimentar é muitas vezes proporcionada por meio da integração da agricultura e da pecuária, usando recursos prontamente disponíveis e baseados em sistemas de conhecimento tradicionais (Daño, 2007), porém, sempre deverá estar baseada nas necessidades e realidades específicas da comunidade e da localidade.

ONGs envolvidas em Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) demonstram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da produção familiar, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento-chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês. Essa abordagem distingue-se daquela da Revolução Verde não apenas tecnicamente, ao reforçar o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos, mas também por critérios socioeconômicos, no que tange às culturas afetadas, beneficiários, necessidades de pesquisa e participação local (Altieri, 2004).

Esta busca é definida muitas vezes pelo conceito da sustentabilidade, que em seu sentido original, só pode fundamentar-se sobre a base da biodiversidade. Ao desenvolver sistemas agroalimentares ideais, é essencial a atenção a qualidades emergentes como a estabilidade e a resiliência, expressões de um estado superior de sustentabilidade. Assim, os sistemas agrícolas

biodiversos surgem como alternativa agroecológica real, factível dos pontos de vista ecológico, cultural, social, econômico e político para esta mudança de paradigma. Para desenhá-los é preciso um grande investimento em conhecer locais e pessoas, desvendar necessidades e sonhos, adequá-los às condições existentes para posteriormente poder esboçar as primeiras versões do desenho. É um trabalho de artesanato social (Canuto, 2017).

A Agroecologia, nomeadamente, é praticada desde o nascimento da agricultura no período Neolítico. Sua concepção conceitual, no entanto, pode ser temporalmente localizada no final do Século XIX e, principalmente, no início do Século XX. Foi com Stephen Gliessman, entre 1978 e 1981 e com Miguel Altieri, a partir de 1983 que surgiu o conceito atual de Agroecologia. Gliessman trabalhou no resgate de sistemas camponeses tradicionais no México, que não estavam inseridos no enfoque da “revolução verde” e eram baseados no manejo ecológico dos recursos naturais. Já Altieri foi o autor que melhor delineou o conceito contemporâneo de Agroecologia. Inicialmente trabalhando com controle biológico de insetos e, em sequência, com sistemas de policultivo, recolheu e sintetizou conhecimentos mais amplos para a concepção de desenhos de agroecossistemas inteiramente baseados nos princípios ecológicos. Este trabalho teve repercussão com o lançamento do livro “Agroecologia - bases científicas da agricultura alternativa” (Canuto, 2017).

Assim, com estas contribuições fundamentais, a Agroecologia ultrapassava o status de termo científico aplicado a qualquer agroecossistema, para o conceito hoje em voga, ou seja, fundamentado em sistemas agroecológicos e não na ecologia da agricultura. Uma década depois, a partir de um vigoroso debate e a aplicação prática mais intensa, a Agroecologia expandiu suas bases epistemológicas, ampliando o enfoque técnico mais característico dos anos 1980 com a incorporação das dimensões sociais, econômicas e políticas (Canuto, 2017).

A partir de 1980, o conceito da Agroecologia passou a ter a seguinte conotação: para Gliessmann (2001), é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri (2004) trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Para Guzmán (2002), a Agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico. No entanto, Feiden (2005) considera que a Agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, sendo este validado por meio de metodologias científicas.

De forma mais específica, a Agroecologia tem como objetivo trabalhar com e nutrir sistemas alimentares complexos, onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (Altieri, 2004). Após sofrer perturbações, os ecossistemas naturais têm uma capacidade relativamente ampla de retornar às condições de estrutura e de funcionamento semelhantes às condições anteriores à perturbação. Essa capacidade de recuperação do ecossistema recebe o nome de resiliência (Feiden, 2005), que é visada na produção agroecológica e promovida através da diversidade, produzindo autorregulação e sustentabilidade. Um dos mecanismos de recuperação dos ecossistemas é o processo chamado de sucessão. É o processo de desenvolvimento de um ecossistema, por meio do qual se dão mudanças específicas na sua estrutura e função. De maneira geral, no processo de sucessão, ao longo do tempo, ocorre

acumulação de biomassa, aumento da complexidade da estrutura vegetal das comunidades e aumento da complexidade nas interações entre os organismos (Feiden, 2005). Um sistema agroecológico deve sempre observar processos de sucessão para promover este “equilíbrio”. Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais, tornando-o mais adaptável, resistente a mudanças e capaz de oferecer mais independência a seus/suas promotores/as.

Reduzir a dependência de insumos comerciais; utilizar recursos renováveis e disponíveis no local, enfatizar a reciclagem de nutrientes, introduzir espécies que criem diversidade funcional no sistema, otimizar e elevar os rendimentos, resgatar e conservar a diversidade genética local e resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura locais são todos princípios a serem observados para o planejamento e desenvolvimento de um sistema agroecológico (Altieri, 2004).

A incorporação de graus crescentes de biodiversidade e de agrobiodiversidade são práticas especialmente caracterizadoras destes sistemas porque fomentam a criação de resultados como as propriedades emergentes, que causam efeitos positivos que não poderiam existir sem ela, como o equilíbrio geral, a sanidade, a reciclagem de nutrientes, a “produção” de água, a presença de fauna silvestre, entre outras tantas (Canuto, 2017).

A alta diversidade, por prover uma fonte variada de produtos agrícolas, permitir um melhor aproveitamento da heterogeneidade das condições ecológicas, resistir a pragas e doenças etc., é também um elemento importante da segurança alimentar dos produtores familiares/povos tradicionais e de estabilidade de seus sistemas agrícolas. A diversidade genética, é fruto de um longo e diversificado processo iniciado com a domesticação de um recurso silvestre. Houve – e há de maneira contínua – seleção, melhoramento genético, intercâmbios de sementes, saberes e experiências promovidas por povos tradicionais (Santilli & Emperaire, 2001).

Outro princípio a ser destacado para a Agroecologia é o seu enfoque nos/as agricultores/as com poucos recursos capitais - aqueles que têm menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado. A Agroecologia enxerga esses/as agricultores/as como o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável (Altieri, 2004).

De acordo com a FAO (2021) e como mostra a Figura 1, a Agroecologia propõe transformar os sistemas alimentares com base nos seguintes princípios interligados e interdependentes:

- A Agroecologia preconiza a maximização da **diversidade**. Do ponto de vista biológico, essa diversidade de espécies e recursos genéticos pode ser mantida num nível espacial (sistemas agroflorestais e consorciação de cultivos), temporal (sucessão de cultivos) e pela combinação produtiva de plantas com animais. A biodiversidade contribui para: manutenção da riqueza nutricional; produtividade, criação de novas oportunidades de mercados, variedade de produtos e consequentemente rendimentos; segurança perante os riscos que as mudanças climáticas oferecem à produção agrícola; maior capacidade de uso eficiente dos recursos ambientais, além da realização de serviços ecossistêmicos como a polinização e a manutenção da qualidade do solo. Os sistemas agroecológicos diversificados são mais resilientes, com uma maior capacidade de se recuperar de perturbações, incluindo eventos climáticos extremos, como secas, inundações ou furacões e de resistir ao ataque de pragas e doenças. As abordagens agroecológicas podem igualmente aumentar a resiliência socioeconômica. Por meio da diversificação e integração, os produtores reduzem sua vulnerabilidade caso uma única cultura, espécie

- animal ou outra mercadoria falhe. Ao reduzir a dependência de insumos externos, a Agroecologia pode reduzir a vulnerabilidade dos produtores ao risco econômico.
- Na busca de soluções adaptadas a cada contexto, a Agroecologia constrói e difunde suas tecnologias a partir da **valorização de conhecimentos locais** em conjunto com o conhecimento científico global. O compartilhamento de conhecimentos desempenha um papel central no processo de desenvolvimento e implementação de inovações agroecológicas para enfrentar desafios que surgem no contexto de sistemas alimentares. A experiência dos/as produtores/as sobre a biodiversidade agrícola, gestão, bem como o seu conhecimento relacionado aos mercados e instituições são absolutamente centrais neste processo.
 - Para a Agroecologia, **a dignidade, a equidade, a inclusão e a justiça social** são valores fundamentais; seu objetivo é ajudar indivíduos, especialmente **mulheres e jovens**, a empoderar-se e a sair da pobreza. Sistemas agroecológicos devem colocar as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas alimentares. Ao construir autonomia e capacidades adaptativas para gerenciar seus agroecossistemas, abordagens agroecológicas capacitam pessoas e comunidades a superar a pobreza, a fome e a desnutrição, ao mesmo tempo em que promovem os direitos humanos, como o direito à alimentação e a administração do meio ambiente para que as gerações futuras também possam viver em prosperidade.
 - A Agroecologia busca **enfrentar as desigualdades de gênero**, criando oportunidades para as mulheres, que compõem a força de trabalho agrícola e desempenham um papel vital na segurança alimentar doméstica, na diversidade alimentar, na saúde, bem como na conservação e uso sustentável da diversidade biológica, porém, permanecem economicamente marginalizadas e vulneráveis a violações de seus direitos, enquanto suas contribuições muitas vezes permanecem não reconhecidas.
 - A Agroecologia fornece também uma solução promissora de geração de empregos para o futuro, pois se baseia em uma forma de produção agrícola que é intensiva em conhecimento, ambientalmente amigável, socialmente responsável, inovadora, e que depende de mão de obra qualificada. Enquanto isso, jovens rurais em todo o mundo possuem energia, criatividade e um desejo de mudar positivamente seu mundo.
 - A redução da prevalência da fome no mundo não implica apenas aumentar a quantidade de alimentos produzidos. A Agroecologia promove a construção de relações mais harmoniosas entre a produção e o consumo de alimentos com vistas à realização do **Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas**.
 - Mecanismos de governança transparentes, responsáveis e inclusivos são necessários para criar um ambiente propício que apoie produtores/as a transformar os sistemas em que estão inseridos/as seguindo conceitos e práticas agroecológicas que garantem a participação social e a coordenação intersetorial. O acesso equitativo a recursos naturais é fundamental para maior justiça social.

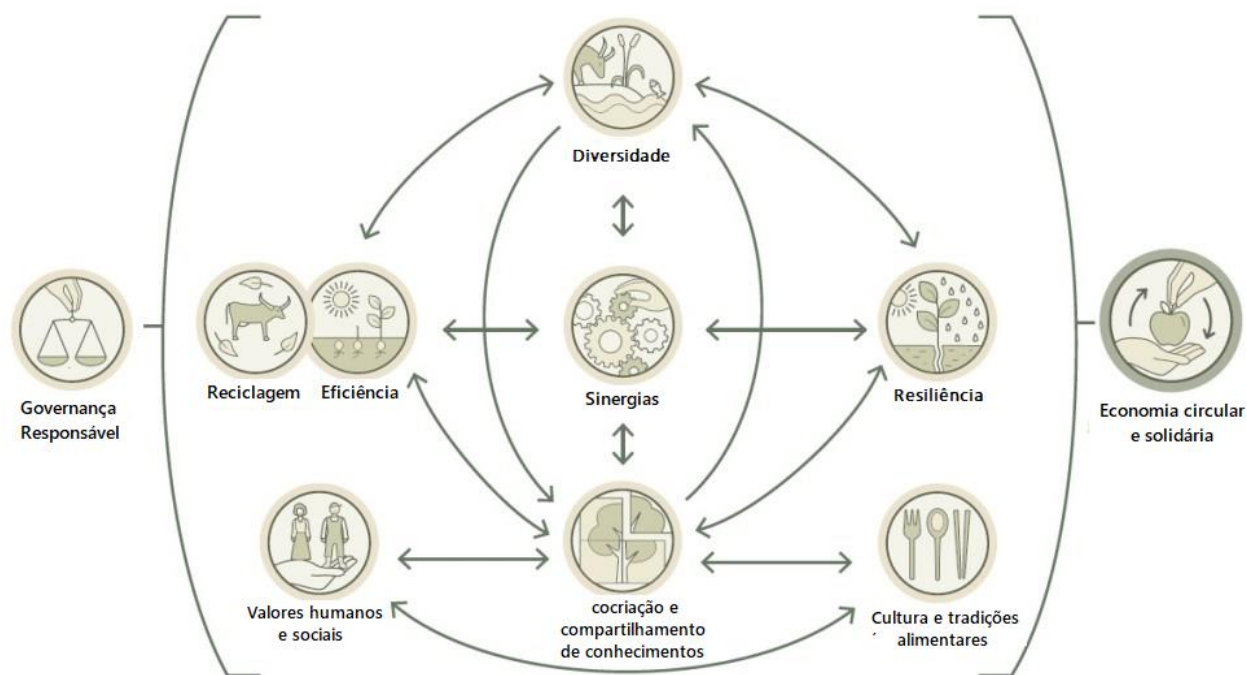


Figura 1 - 10 elementos da Agroecologia segundo a FAO

A Agroecologia constitui, portanto, um campo de estudos e práticas que procura deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas mais sustentáveis (Serafim, Jesus, & Faria, 2013). Assim, a abordagem agroecológica demonstra ser culturalmente compatível com os objetivos de desenvolvimento da Agricultura Familiar sustentável, na medida em que se constrói com base no conhecimento agrícola tradicional, combinando-o com elementos da ciência agrícola moderna para complementar e aprimorar seus resultados (Altieri, 2004).

Do outro lado da moeda, a Agroecologia recebe criticismo, principalmente acerca de sua capacidade de alimentar o mundo considerando as estimativas de aumento populacional para 9.6 bilhões de pessoas em 2050 (United Nations, 2021). Apesar do criticismo, há cada vez mais evidência de que é possível - como é o caso de um estudo realizado em 2001, o maior já realizado para analisar práticas e tecnologias para a produção sustentável de alimentos, que examinou 208 iniciativas em 52 países “em desenvolvimento” (45 na América Latina, 63 na Ásia e 100 na África) e concluiu que dentre os 89 projetos com dados de rendimento confiáveis, houve um aumento médio na produção de alimentos por hectare de 93% por projeto, indicando maiores benefícios para os/as agricultores/as mais pobres. Os casos estudados envolveram 9 milhões de agricultores/as em cerca de 3% de todas as terras cultivadas na Ásia, África e América Latina. A maioria dos/as agricultores/as dos projetos pesquisados são agricultores/as familiares. Das explorações no conjunto de dados total, 50% estão em projetos com área média por agricultor/a inferior a um hectare e 90% com menos ou igual a 2 hectares (Pretty, Morison, & Hine, 2001).

5. O papel dos sistemas agrícolas tradicionais e da tecnologia social

Ao olhar para situações específicas de aplicação para a Agroecologia e buscar os melhores resultados para sua implementação, ela geralmente acaba estando indissociável de outros dois conceitos: o reconhecimento dos sistemas agrícolas tradicionais e Tecnologias Sociais (TS) aplicáveis.

Esses dois conceitos estão, de certa forma, incluídos nos princípios da Agroecologia, mas acabam tendo vida própria porque são, no caso dos sistemas agrícolas tradicionais, algo a ser avaliado e reconhecido muito cuidadosamente antes de qualquer ação (princípio considerado pela Agroecologia) e no caso das TS, é um ramo de estudo próprio e complexo, que pode ser aplicado em vários contextos diferentes, porém, muito querido e utilizado pela Agroecologia.

Estes conceitos estão também fortemente relacionados, porque uma vez reconhecidos os sistemas agrícolas tradicionais, há uma única forma de apoiar o seu fortalecimento de forma sustentável: através de tecnologias de baixo custo, acessíveis, de implementação participativa e facilmente assimiláveis – ou seja, tecnologias sociais.

5.2 Sistemas agrícolas tradicionais

Em diversas regiões do mundo, principalmente na América Latina, na África e na Ásia, ainda subsistem muitos sistemas de cultivo tradicionais, que representam um ponto intermédio entre os ecossistemas naturais e a agricultura convencional (Feiden, 2005). A agricultura convencional tem provocado, desde o seu surgimento, impactos negativos inestimáveis nestes sistemas, comprometendo a sua existência. Devido a estes impactos, muitos estão em franco estado de degradação. O setor familiar do meio rural nos países da CPLP caracteriza-se por uma diversidade social, cultural e étnica a que se associam pastores/as, pescadores/as, aquicultores/as artesanais, populações extrativistas, e outras comunidades rurais (CONSANCPLP, 2016) e nas mãos desses diversos atores está o conhecimento tradicional de manejo dos agroecossistemas nos quais estão inseridos.

Ao desenvolver um sistema de produção, devemos nos basear num princípio geral: quanto mais um agroecossistema se parecer com o ecossistema da região biogeográfica em que se encontra, em relação à sua estrutura e função, maior será a probabilidade desse agroecossistema ser sustentável. Por isso, é importante que se construam sistemas de produção que se aproximem ao máximo dos ecossistemas naturais. Isso não é fácil e exige muito conhecimento ecológico, agrônomico e socioeconômico, conhecimento esse que é de difícil organização e assimilação. Como ciência em construção, a Agroecologia visa atender a essas demandas de conhecimento (Feiden, 2005).

Os/as camponeses/as que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os/as agroecólogos/as se opõem àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que elas alimentam (Altieri, 2004).

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores/as interagindo com ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou “conhecimento científico”. Utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os/as agricultores/as tradicionais frequentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis. Uma característica notável desses sistemas é o grau de diversidade das plantas, geralmente na forma de policultivos e/ou padrões agroflorestais. Essa estratégia de minimizar o risco através do cultivo de várias espécies e variedades de plantas estabiliza a produtividade a longo prazo, promove a diversidade do regime alimentar e maximiza os retornos com baixos níveis de tecnologia e recursos limitados (Altieri, 2004).

Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas: contêm um grande número de espécies; exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região; dependem da diversidade genética e dos conhecimentos e da cultura local, gerando um ciclo natural e lógico de preservação de recursos e saberes; mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem; têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas; utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal; fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais; e produzem e priorizam o consumo e a satisfação das necessidades locais (Altieri, 2004; Feiden, 2005). Desta forma, os sistemas agrícolas tradicionais beneficiam o ambiente dentro e fora da propriedade, o que os torna essenciais para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, e, para tal, suas características devem ser reconhecidas, validadas e promovidas.

Enquanto ciência, a Agroecologia busca valorizar estes conhecimentos e práticas, desenvolvendo agroecossistemas que não modificam ou transformam radicalmente o modo de produção tradicional, mas, sim, identificam elementos tradicionais e/ou novos de manejo que, uma vez incorporados, otimizam a unidade de produção. Esta ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias agroecológicas. Além disso, os formatos produtivos e técnicas agroecológicas, por definição, conduzem a níveis maiores de participação (Altieri, 2004).

5.1 Tecnologias Sociais

Tecnologia Social (TS), Agricultura Familiar e Agroecologia são, portanto, temas que possuem diversas convergências. A Agroecologia constitui um campo de estudos e práticas que procura deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas potencializadores da sustentabilidade. A TS vai ao encontro de tais pressupostos, contribuindo com o debate ao inserir o papel da tecnologia para a diminuição de desigualdades socioeconômicas e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Já a Agricultura Familiar é reconhecida como o segmento desejado para materializar essas propostas – é intrinsecamente capaz de gerar um futuro mais justo e igualitário tendo em vista suas potenciais características de resistir à monocultura e à concentração de terra, de potencializar o acesso aos alimentos pela população carente, de interagir com a cultura local e de resgatar seus hábitos alimentares e promover a SAN do/a produtor/a e das famílias do seu entorno (Serafim, Jesus, & Faria, 2013). Percebe-se que a Agricultura Familiar é um espaço propício para a difusão da Agroecologia, sendo necessário o investimento no fornecimento de assistência técnica especializada para capacitação dos/as produtores/as. Com a co-construção de diversas maneiras de realizar o manejo sustentável dos recursos naturais, os/as agricultores/as familiares concretizam a intersectorialidade da sustentabilidade com a segurança alimentar (Benites & Trentini, 2019).

Uma reflexão importante para entender o papel da TS, é a compreensão do termo “tecnologia”, muitas vezes associado somente com tecnologias digitais, ou tecnologias “de ponta”. A tecnologia nada mais é do que a aplicação de conhecimentos para a solução de tarefas práticas, sendo que toda a tecnologia é socialmente concebida e desenvolvida. Portanto, a tecnologia não é neutra, isto é, ela incorpora conjuntos de valores e interesses que a justificam e fundamentam (Serafim, Jesus, & Faria, 2013; Neves, Lima, & Gonçalves, 2019).

Considerando que toda a tecnologia é socialmente construída, o termo “Tecnologia Social” remete para um projeto particular de desenvolvimento tecnológico, cuja função é fomentar o processo de desenvolvimento econômico, político e cultural - um processo particular de desenvolvimento social (Serafim, Jesus, & Faria, 2013) de acordo com as necessidades e desejos de quem as desenvolve. Tanto sob a perspectiva empírica, como teórico-conceitual, a TS pode ser entendida como aquela tecnologia que melhor se alinha à proposta de resolver os problemas sociais: primeiro, a TS possibilita o processo de construção social da tecnologia, isto é, os atores sociais que utilizarão a tecnologia participam da construção dela. Além disso, ao invés de garantir os objetivos de geração de lucro, ela é voltada para resolver problemas sociais e, dentre estes, a exclusão social (Neves, Lima, & Gonçalves, 2019).

A dinâmica de geração de conhecimento e criação de tecnologias no modelo de desenvolvimento capitalista tem gerado riquezas e melhorias para uma parcela pequena da população, enquanto exclui uma parcela maior de pessoas. Nesse sentido, a tecnologia assume uma forma balizadora dentro do modelo de desenvolvimento capitalista e contribui para os processos de concentração de renda e riqueza. Ou seja, neste modelo, enquanto se gera riqueza, também se geram exclusões econômicas e sociais (Rutkowski, 2005; Dagnino, 2010 apud Neves, Lima, & Gonçalves, 2019) Assim, parte-se da identificação de que o desenvolvimento econômico no sistema capitalista tem gerado estas mazelas e que é preciso construir alternativas para garantir a inclusão social (Neves, Lima, & Gonçalves, 2019).

A tecnologia convencional (TC) é intensiva em insumos sintéticos que, geralmente, são produzidos pelas grandes empresas, o que acarreta um duplo problema: ela é ambientalmente insustentável e promove a dependência dos/as produtores/as familiares em relação às empresas produtoras. No que se refere à questão da sua insustentabilidade, isso ocorre porque o próprio modelo do sistema capitalista, pautado na competição, corrobora para que haja uma constante e crescente degradação ambiental e geração de resíduos - a questão ambiental é vista como externalidade para o sistema capitalista, que não computa a deterioração ambiental em seus custos de produção (Neves, Lima, & Gonçalves, 2019).

Para além disso, a abertura dos mercados e o aparecimento em um mundo multipolar de numerosos atores – multinacionais, importadores e exportadores – fizeram a alimentação perder o papel estratégico que tinha anteriormente. Isso também está ligado à menor consideração que se tem hoje com o mundo rural com relação ao urbano, no qual parece concentrar-se a modernidade, e ao maior interesse pelos consumidores urbanos, que são consideravelmente privilegiados com relação aos interesses dos/as produtores/as camponeses (Chonchol, 2005).

Em contraponto, entre os elementos constitutivos do desenvolvimento tecnológico social, destacam-se: elaboração de processos produtivos adequados a formas autogestionárias de organização do trabalho (e que superam a desigualdade de gênero e racial); elaboração de tecnologias e produtos ajustados ao contexto sociocultural em que estão inseridos/as e à lógica sistêmica do meio ambiente (manejo sustentável dos recursos); projeção das tecnologias com incorporação de conhecimentos tradicionais e científicos, com aproveitamento, quando necessário, da tecnologia convencional; apropriação das tecnologias pelos setores mais vulneráveis da classe trabalhadora de forma a estimular um processo de desenvolvimento com desconcentração de renda, fundamental aos países periféricos; fomento à apropriação coletiva dos meios de produção; e priorização do valor de uso da mercadoria produzida e da tecnologia que a produz (meio de produção) em detrimento do valor de troca (desmercantilização) (Serafim, Jesus, & Faria, 2013).

As experiências concretas de TS não incorporam, na maioria dos casos, todos os elementos aqui expostos, mas devem vislumbrar uma determinada “transformação social” que permita a superação da sociabilidade capitalista (Serafim, Jesus, & Faria, 2013), tornando recursos e conforto mais acessíveis.

Dada a impossibilidade, na quase totalidade das vezes, de se produzir tudo o que se necessita no capitalismo, os grupos que adotam a TS comercializam seus produtos para adquirir outras mercadorias que satisfaçam suas necessidades. Entretanto, para ser caracterizada como “social”, a tecnologia deve exaltar seu valor de uso, ou seja, ser o meio para a produção de bens cujo objetivo é satisfazer as necessidades mais básicas de parcelas marginalizadas da classe trabalhadora (Serafim, Jesus, & Faria, 2013).

Logo, é possível desenvolver tecnologias que tenham como principal função suprir necessidades básicas da população, que tenham como principal objetivo atender à dimensão humana do desenvolvimento e aos interesses coletivos de garantir, de maneira sustentável, uma melhor qualidade de vida, tanto presente quanto futura, ao invés de atender aos objetivos do capital (Neves, Lima, & Gonçalves, 2019).

Assim, para a “efetivação dos processos de transição agroecológica e de desenvolvimento de tecnologias sociais”, é necessária uma “aproximação crescente entre Agroecologia e alternativas tecnológicas dentro dos parâmetros da tecnologia social”, ao mesmo tempo que se observam as potencialidades locais dos sistemas agrícolas tradicionais. Neste sentido, pode-se afirmar que para que “uma tecnologia seja considerada agroecológica, precisa ser também social e uma tecnologia social agrícola, muito provavelmente, seria desenvolvida e inserida em práticas agroecológicas” (Neves, Lima, & Gonçalves, 2019, p. 11) e que tanto para a aplicação dos princípios da Agroecologia, quanto das TS, é indispensável que o conhecimento local tradicional seja reconhecido e que seus/suas perpetuadores/as estejam à frente de seu fortalecimento através de novas tecnologias ou aprimoramento das tecnologias existentes.

Capítulo II – A ACTUAR

A ACTUAR é a organização na qual este estágio foi realizado. Trata-se de uma pessoa coletiva, de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária e laica, fundada em Coimbra, Portugal, no ano de 2007. Desde 2008, a ACTUAR é reconhecida como Organização Não-Governamental de Desenvolvimento (ONGD) pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (ACTUAR, 2017).

Desde a sua fundação, a ACTUAR tem vindo a trabalhar em áreas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHANA), tendo como principais objetivos: promover o desenvolvimento territorial; contribuir para o combate à pobreza e para a defesa e concretização dos Direitos Humanos fundamentais; e cooperar ativamente para um mundo mais justo, livre de todas as formas de exclusão social e de desigualdade (ACTUAR, 2017).

Em seu trabalho abrangente e interdisciplinar, enquadram-se áreas temáticas específicas como: Agricultura Sustentável e Agroecologia; Políticas Públicas (Educação, Saúde, Agricultura, Economia, entre outras); Desenvolvimento Rural e Territorial; Sistemas Importantes para o Património Agrícola Mundial; Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados; Alimentação e Nutrição; Direitos das Mulheres Rurais; Tecnologias Sociais e Paisagens Alimentares (ACTUAR, 2017).

A ACTUAR também tem realizado atividades de *lobby* e advocacia, de formação e construção de capacidades, a nível local, nacional e internacional, nas áreas da concepção e implementação de políticas públicas, Agroecologia, governança da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados, Agricultura Familiar, SAN, diagnóstico territorial sistêmico, sistemas de produção agrícola sustentáveis, sistemas importantes para o património agrícola da humanidade, alimentação e saúde escolar, e DHANA. De referir também a organização de intercâmbios de experiências e de conhecimentos sobre temas das suas áreas de atuação nos países da CPLP (ACTUAR, 2017).

Referente ao trabalho desenvolvido particularmente com a CPLP, que é o foco deste estágio, a ACTUAR tem participado e coorganizado diversos eventos e iniciativas integrando a sociedade civil, atores governamentais, organizações multilaterais, universidades, entre outros. Em particular, destacam-se conferências e seminários, ações de mobilização da sociedade civil da CPLP, fóruns sobre políticas públicas de SAN e agricultura, participação na formulação da ESAN-CPLP, e oficinas e formações nas áreas de atuação da ACTUAR (ACTUAR, 2017).

Exercendo o Secretariado do MSC-CONSAR, a ACTUAR acompanhou a própria formulação da ESAN-CPLP em vários países da CPLP e, atualmente, participa de forma ativa na discussão e monitoramento da implementação da mesma. Também na qualidade de secretariado do MSC-CONSAR, facilitou os processos de discussão nacional e regional das Diretrizes para a Promoção da Agricultura Familiar na CPLP (ACTUAR, 2017).

A mobilização regional em rede, que tem a sua gênese na Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN) e na construção de alianças entre

organizações da sociedade civil e de organizações de agricultoras/es e camponeses/as, contribuiu inegavelmente para conquistas centrais na região, nomeadamente (ACTUAR, 2017):

- i) formulação e aprovação da ESAN-CPLP;
- ii) constituição e funcionamento do CONSAN-CPLP e respectivos Grupos de Trabalho (salientando-se o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar);
- iii) constituição e fortalecimento do MSC-CONSAN, do qual a ACTUAR exerce atualmente o Secretariado Técnico; e
- iv) construção participada e aprovação das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar na CPLP

Acompanhando e colaborando desde o início para o processo de construção de ações para o fortalecimento da Agricultura Familiar sustentável junto dos diversos atores da CPLP, a ACTUAR celebrou, no final de 2020, um acordo com a FAO para a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP. As atividades relatadas a seguir são o resultado desta conquista.

Capítulo III – Descrição Das Atividades De Estágio

1. Contextualização

Este relatório dá conta das atividades realizadas de janeiro a outubro de 2021 para o estágio na ACTUAR, no âmbito da implementação do “Programa de Cooperação Técnica [TCP/INT/3708(D)] para o desenvolvimento de capacidades do Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável e Agroecologia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”.

A trajetória histórica de construção deste projeto foi iniciada durante o primeiro Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FAFSAN I, 2015) por meio de um apelo lançado por agricultores/as familiares organizados/as na Plataforma de Camponeses/as (PCCPLP) para um acesso mais facilitado a informações sobre agricultura sustentável e pela construção de uma rede na qual pudessem trocar conhecimentos e experiências. A proposta foi levada adiante pelas redes de organizações da sociedade civil da CPLP, reunidas no Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, que uniram esforços com a FAO e a CPLP para a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável (CCAFS). O projeto foi aprovado em julho de 2019, com o acordo sendo assinado por todas as partes em dezembro de 2020 e com previsão de término em novembro de 2021. O governo de São Tomé e Príncipe, representado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tem vindo a apoiar este processo, incluindo com a disponibilização de infraestrutura física e humana do Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário (CATAP) para albergar a instalação física do CCAFS (ACTUAR, 2019).

Na Figura 2 apresenta-se um esquema dos principais marcos até o momento da criação do CCAFS, de acordo com as informações organizadas pelo estudo prévio realizado pela ACTUAR (2019).



Figura 2 - linha do tempo CCAFS

Fonte: Segundo informativo do CCAFS (Anexo C)

O projeto tem como objetivo geral aumentar a segurança alimentar e nutricional por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar sustentável e do desenvolvimento da Agroecologia nos países da CPLP através do apoio ao estabelecimento e desenvolvimento das atividades do CCAFS, visando fortalecer a Agroecologia enquanto vetor para implementação dos objetivos de erradicação da fome e da pobreza da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP; ACTUAR, 2019).

Este relatório dá conta das atividades realizadas pelo programa, com foco nas atividades de responsabilidade da ACTUAR e, mais especificamente, das minhas responsabilidades enquanto facilitadora do projeto.

2. Atividades e Produtos Desenvolvidos

Os produtos desenhados para cumprir com os objetivos do projeto para 2021 foram:

- *Hub* digital sobre Agroecologia integrado numa plataforma e-learning
- Desenvolvimento de grupos temáticos
- Formação de Formadores em Agroecologia
- Estudo sobre o estado da arte da Agroecologia na CPLP
- Webinários temáticos
- Newsletters/boletins informativos
- Plano de comunicação e visibilidade
- Parceria estratégica internacional
- Vídeo promocional da Agroecologia e do CCAFS

Assentado nos princípios da Agroecologia, o projeto buscou ao longo de seu primeiro ano consolidar o CCAFS entre a Comunidade através de diversas atividades de divulgação e interação entre os atores da Agroecologia nos países da CPLP. De forma geral, a coordenação do projeto buscou trabalhar de forma próxima aos/às parceiros/as históricos estabelecidos na REDSAN-CPLP para o sucesso de sua implementação. Tanto os/as parceiros/as nas redes quanto os pontos-focais contratados para as atividades do CCAFS que não pertencem às redes tiveram um papel fundamental no sentido de representar e integrar os objetivos e atividades do CCAFS nos diferentes países. Para a realização da primeira formação, por exemplo, foi essencial a divulgação com representantes das redes em todos os países para que participantes fossem alcançados/as, e até mesmo os/as membros/as das redes estiveram presentes na formação enquanto formandos. Posteriormente, com a realização da formação, por exemplo, a participação de profissionais de todos os países foi fulcral para adequada discussão e construção de conhecimentos acerca das abordagens que seriam tomadas para efetivar o desenvolvimento da Agroecologia na comunidade, conversa esta que ainda está em construção, mas que já gerou diversas discussões importantes ao longo das atividades.

De forma geral, estes primeiros meses de atividade tiveram foco na aproximação de atores, na promoção da discussão acerca do que é a Agroecologia, de como ela se expressa nos diferentes países da comunidade, das necessidades formativas para o fortalecimento da Agricultura Familiar sustentável na comunidade, e da formação de formadores para que atuem como disseminadores do conhecimento organizado pelo CCAFS.

O fato de o Centro ainda ter sede somente em São Tomé e Príncipe e *on-line* proporcionou uma clara limitação nesta primeira fase para o alcance do público-alvo definido para a maioria das atividades do projeto: produtores e produtoras de alimentos. Como o plano de comunicação e visibilidade do CCAFS já indica (anexo F), produtores e produtoras de alimentos ainda têm pouco acesso a recursos como computadores e internet estável na maioria dos países da CPLP. Muitas vezes até mesmo a energia elétrica é instável ou inexistente. Neste sentido, as formações

e webinários raramente contaram com as suas presenças, tendo em vez disso a presença de quadros técnicos dos ministérios de agricultura, extensionistas e consultores/as, que eram também foco do projeto, mas não a prioridade.

Como as ações de formação tiveram como objetivo formar formadores em Agroecologia, o público-alvo foi facilmente ajustado para acolher os perfis que puderam aceder às atividades. Para cumprir com o objetivo final, firmou-se o compromisso da transmissão dos temas abordados nas atividades do CCAFS para as comunidades locais dos/as participantes.

Para além de fortalecer as relações já existentes dentro das redes da CPLP, o projeto também buscou construir novas relações e promover dinâmicas de trocas de saberes em Agroecologia em todas as suas atividades. Para cumprir com este objetivo, surgiu um desafio na tradução dos princípios e ferramentas da Agroecologia para a promoção horizontal de conhecimentos, pois as atividades foram majoritariamente *on-line*, onde a grande maioria das técnicas participativas já desenvolvidas pela Agroecologia não são facilmente aplicadas.

Na busca pela solução deste desafio, foram observados os preceitos deste princípio, como a necessidade de manter diálogos abertos; o incentivo à participação de todos e todas na transmissão de saberes; a manutenção de trocas respeitadas e assentadas na compreensão da diversidade; o aprofundamento na compreensão das diversas realidades sendo retratadas; e a busca por soluções trazidas pelo coletivo, por exemplo.

As formações, especificamente, foram planejadas para trazer conceitos-chave da Agroecologia e abrir para o retrato coletivo de sua compreensão, fechando cada um dos conceitos com a sua definição estabelecida cientificamente tendo em consideração as especificidades trazidas pelo coletivo.

Nos webinários, isso se traduziu em sessões para a troca mais ampla, fora das formações - porém envolvendo os/as formandos, para a discussão da situação da Agroecologia na CPLP, buscando reconhecer suas fortalezas e fraquezas.

Com a implementação de atividades deste gênero, foi possível observar e ter retornos orais e escritos sobre os seus impactos positivos. Muitas das pessoas participantes relataram ter tido oportunidades únicas de aprofundar conhecimentos e conhecer realidades tanto semelhantes quando diferentes das suas dentro da CPLP.

Para um retrato mais detalhado, cada um dos produtos do projeto e atividades realizadas para a sua implementação serão descritas em detalhe a seguir.

2.1 Hub ConectAgroecologia

As atividades exercidas por mim para este produto, estão sistematizadas no quadro 1.

Quadro 1 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o Hub ConectAgroecologia

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Levantamento das plataformas já existentes sobre Agroecologia em português e inglês; |
|--|

- Desenvolvimento de uma proposta para o *hub* do projeto observando os pontos fortes e fracos das plataformas já existentes;
- Planejamento da estrutura do *hub* e produção de um briefing para a equipe de web design;
- Acompanhamento da construção do *hub* junto à equipe de web design, tendo atenção às necessidades de melhorias e possíveis falhas em sua implementação;
- Produção e revisão dos textos fixos da plataforma como apresentação do CCAFS, sua visão para a Agroecologia, entre outros;
- Organização e publicação dos textos no *hub*;
- Dinamização do conteúdo e dos destaques do *hub*.

Com o objetivo de desenvolver ferramentas digitais com foco no componente de *e-learning* para permitir a organização de formações como a Formação de Formadores em Agroecologia e dar suporte ao trabalho multidisciplinar e participativo para uma interação permanente entre os diferentes membros da Rede de Agroecologia da CPLP, foi estabelecida a criação de um *hub* digital para a Agroecologia na CPLP. Depois de um levantamento realizado para avaliar que tipo de ferramentas seriam ideais para este *hub*, com base nas plataformas já existentes, o *hub* foi criado para responder às demandas ainda não satisfeitas desta comunidade.

O *hub* oferece suporte ao compartilhamento de informações sobre Agroecologia e fortalece conexões entre atores da CPLP nesta área. Sua importância está no destaque que provê à Agroecologia e à Agricultura Familiar, reconhecendo que estes setores têm demonstrado ao longo do tempo forte resiliência em condições adversas e exercido um papel fundamental na promoção de uma transição para sistemas alimentares sustentáveis nos países da CPLP.

Como objetivos específicos, este *hub* digital permite: promover uma interação permanente entre os/as diferentes participantes, apoiando a mobilização e partilha dos seus conhecimentos e experiências; a realização de atividades de capacitação, formações e intercâmbios de conhecimentos que permitam aos membros encontrar novos conhecimentos, quer de forma individual, quer em grupo; disponibilizar informação e facilitar a criação de conhecimento, através de ferramentas e instrumentos de apoio.

Para colocar em prática esses objetivos, o *hub* digital foi implementado de forma a cumprir com as seguintes funções/atividades:

- construção de uma rede/comunidade de diferentes partes interessadas;
- manutenção das interações e comunicações entre os membros da rede;
- apoio às trocas de conhecimento e interações entre usuários como parte do processo de construção do conhecimento;
- agregar e apoiar a gestão do conhecimento, a fim de apoiar uma correspondência entre as necessidades dos usuários e a oferta de conhecimento disponível;
- realizar cursos de formação e outras ações de educação à distância;
- conectar com outros centros relacionados e respectivas plataformas; e
- dar acesso a informações disponíveis sobre Agroecologia numa biblioteca e videoteca virtual.

Tais funções e atividades pressupõem determinados atributos do *hub* digital, para que cumpra com os objetivos de forma inclusiva. Estes pressupostos são: linguagem limpa, simples, cativante e intuitiva; adaptado para ser usado principalmente em celulares/telemóveis em áreas rurais e com baixa velocidade de conexão; permissão do *upload* fácil de imagens e fotografias tiradas pelos usuários; repositório de informações em uma biblioteca temática e videoteca; link para redes sociais e outras plataformas para transmissão "ao vivo"; área reservada para gestão e suporte para interação do usuário; possibilidade "offline" nas ferramentas mais relevantes; mecanismo de busca incorporado; integração com plataformas de videoconferência; e criação de diferentes seções temáticas.

Foram realizadas reuniões periódicas de trabalho entre a equipe de web design e a equipe do projeto para viabilizar a construção da plataforma e respectivas ferramentas de forma que fosse possível realizar os objetivos esperados em função das tecnologias existentes e da sua tradução em ferramentas concretas.

De entre suas principais funcionalidades, o *hub* digital foi construído para permitir a realização de duas formações durante o período do projeto e apoiar o trabalho de desenvolvimento da Rede de Agroecologia da CPLP por meio de um *feed* de interação entre as partes interessadas e uma área na qual indivíduos e organizações podem submeter relatos de suas experiências em Agroecologia.

A construção dos atributos e ferramentas de apoio a este processo de interação e comunicação entre membros está ocorrendo ao longo do tempo, incluindo *feedback* dos utilizadores do *hub*, permitindo a introdução de melhorias progressivas que permitam otimizar a plataforma e suas ferramentas.

De forma resumida, o *hub* possui a seguinte estrutura e funcionalidades:

PARTE 1: BARRA DE MENU E ABAS:

1.1) Nomes das abas de cima para baixo:

- a) Quem somos (CCAFS; Princípios da Agroecologia);*
- b) Atividades (Formação; Partilhar Agroecologia);*
- c) Temas (Mulheres na Agroecologia; Práticas Agroecológicas; Políticas Públicas; +Conexões; Depoimentos; Notícias);*
- e) Biblioteca*

1.3) Login (acede à parte interna da plataforma com o conteúdo para realização do curso e área de interação com a Rede da Agroecologia na CPLP)

PARTE 2: PASSA FOTO

“Passa foto” para destacar cerca de três atualizações

PARTE 3: DESTAQUE PARA OS PRINCIPAIS TEMAS

Este conjunto de ferramentas, reunidos em uma plataforma digital, compõem o *hub* de Agroecologia na CPLP, contribuindo para as seguintes metas do CCAFS:

- conexão com outros centros relacionados e respectivas plataformas;

- agregar e apoiar a gestão do conhecimento, a fim de apoiar uma correspondência entre as necessidades dos usuários e a oferta de conhecimento disponível;
- contribuir para o processo de construção de uma rede/comunidade de diferentes partes interessadas;
- apoio à manutenção das interações e comunicações entre os membros da rede.

O resultado relatável ao final do estágio é de um *hub* digital funcional, integrado em uma plataforma *online*, com componente de *e-learning* e comunicação e com ferramentas de gestão do conhecimento. O *hub* continuará publicando materiais do e para o público da CPLP dentro dos temas da Agroecologia e Agricultura Familiar sustentável e continuará também dando suporte para as formações do Centro e de seus parceiros, tanto com o apoio técnico na estruturação de formações como na hospedagem das aulas online.

2.2 Desenvolvimento de grupos temáticos

As atividades exercidas por mim para este produto são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o desenvolvimento de grupos temáticos

- Desenvolvimento de proposta para os temas mais importantes a serem acolhidos pelo Centro;
- Após aprovação e refinamento da proposta, criação do conteúdo-base para cada um dos temas e organização deles no *hub*;
- Dinamização da produção e recolha de materiais para os temas;
- Publicação dos materiais para os temas no *hub*.

Para cumprir com um dos objetivos da plataforma, nomeadamente o desenvolvimento de temas relevantes para a Agroecologia na CPLP, foram criados 3 grupos temáticos com o intuito de reunir experiências compartilhadas por atores da Agroecologia na CPLP. Identificou-se a necessidade de destacar três tópicos: mulheres na Agroecologia, políticas públicas, e práticas agroecológicas. Os temas e seus objetivos são definidos da seguinte forma:

Mulheres e Agroecologia

As mulheres camponesas são promotoras de mudanças sociais e participam ativamente na construção e desenvolvimento da Agroecologia. Suas práticas e iniciativas de trabalho produtivo e reprodutivo realizadas em sistemas agroalimentares são de imensa importância para a segurança alimentar e nutricional. Apesar disso, a situação histórica e atual do reconhecimento e valorização de seu trabalho, tal como de seus direitos, é incompatível com o papel que têm desempenhado. Ainda temos uma longa jornada de suporte aos movimentos de luta para a equidade de gênero no campo, que combatem a invisibilidade do trabalho das mulheres, a violência doméstica, a violência patrimonial (na qual as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens à herança e propriedade de terras), a inadequada divisão do trabalho doméstico, o acesso inviabilizado a serviços de saúde no campo, e a exclusão na tomada de decisão sem que lhes seja possível uma participação ativa nos processos nos quais

estão inseridas. Este espaço visa colaborar para a disseminação de informações que colaborem para essas transformações.

Práticas Agroecológicas

Este tema busca dar suporte a um espaço para compartilhamento de técnicas, ferramentas e conhecimentos que possam ser aplicados na produção sustentável de alimentos. As práticas agroecológicas são aquelas que promovem a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos sistemas de produção, assumindo uma variedade de formas - de uma ferramenta para a organização de um plano de vendas, a uma técnica de controle de pragas. Considerando que há um potencial a ser explorado no intuito de trocas entre aqueles/as que possuem conhecimentos específicos em práticas agroecológicas, sendo que uma das principais demandas para o avanço da agenda da Agroecologia é a possibilidade de contatos mais facilitados entre atores em Agroecologia a nível local, nacional e internacional, os conteúdos publicados para este tema proporcionarão esta conexão.

Políticas Públicas

A construção de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento da Agroecologia é um desafio que só pode ser respondido com o apoio de equipes multidisciplinares e com uma visão abrangente sobre as necessidades das comunidades na região enquadrada. É necessário, para além disso, que se possa prever ao máximo que tipo de constrangimentos poderão surgir ao longo da aplicação dessas políticas. Para dar suporte a este trabalho, o tema Políticas Públicas busca reunir relatos de experiências de diferentes localidades, que poderão servir como bases para o desenho e expansão de políticas públicas para a Agroecologia.

Os conteúdos já presentes e que ainda serão publicados nos temas da plataforma provêm de diversos atores da Agroecologia na CPLP. Ao longo da realização do curso, os formandos foram convidados a compartilhar o relato de uma experiência que pudesse se enquadrar em um dos temas. Os especialistas convidados para a participação especial também foram convidados a escrever um breve relato sobre aquilo que apresentaram em sua participação na formação. Parte do acordo com o formador da primeira Formação de Formadores em Agroecologia foi a produção de materiais para a plataforma, o que foi traduzido na criação de 12 conteúdos para o tema das práticas agroecológicas, com foco na produção animal e vegetal. Este espaço continuará recebendo relatos para publicação, sendo que, de tempo em tempo, será divulgada esta possibilidade nos canais de comunicação dos/as parceiros/as desta iniciativa. É esperado que os/as visitantes da plataforma possam encontrar experiências de seus territórios como exemplos de boas práticas nos vários níveis de aplicação da Agroecologia e que as experiências dos outros países também inspirem a disseminação de práticas agroecológicas.

2.3 Formação de Formadores em Agroecologia

As atividades exercidas por mim para este produto estão listadas no quadro 3.

Quadro 3 - Atividades exercidas ao longo do estágio para a Formação de Formadores em Agroecologia

- Apoio na programação; organização e divulgação da formação;
- Seleção dos/as candidatos/as para a formação;
- Revisão dos planos de aula produzidos pelo formador;
- Facilitação da formação através do apoio ao uso da plataforma *e-learning*, apoio pelo *e-mail* e *WhatsApp* para as dúvidas dos formandos;
- Revisão dos trabalhos finais;
- Publicação dos trabalhos finais;
- Análise dos resultados e emissão dos certificados;
- Aplicação de formulário de avaliação da formação;
- Melhorias na formação de acordo com necessidades de melhorias percebidas e sugestões colocadas durante e após sua realização para a realização da próxima edição.

A Formação de Formadores em Agroecologia (Figura 3) foi a primeira grande atividade realizada pelo CCAFS. A formação teve como objetivo principal capacitar multiplicadores da Agroecologia na CPLP, para que possam contribuir ativamente para o desenvolvimento de modelos de agroecossistemas sustentáveis, baseados nos princípios da Agroecologia e da Produção Orgânica/Biológica. A formação pretendeu, assim, apoiar um processo mais amplo de trabalho em rede, baseado no intercâmbio de conhecimentos e de experiências em curso nos países. No caso dos participantes de São Tomé e Príncipe, estes constituem hoje a equipe de formadores para o CCAFS.

A Formação foi dirigida a profissionais com experiência na área de produção alimentar, biológica/orgânica ou, preferencialmente, agroecológica. A divulgação e seleção da formação foram direcionadas para que todos os países membros da CPLP participassem de forma a garantir um processo da formação eficaz e multiatores.

O número de participantes foi limitado a 31 pessoas para proporcionar um ambiente mais propício para diálogos entre os/as participantes. Uma vez que se esperou que as/os participantes ficassem aptos para capacitar outros atores enquanto multiplicadores da Agroecologia, a indicação de motivação para participar na formação foi um critério importante para a seleção dos inscritos.

A formação pretendeu atualizar e aprofundar conhecimentos em Agroecologia, considerando a sua proposta técnica, social e econômica. Buscou-se também manter um espaço aberto de trocas entre os/as participantes, para que fossem introduzidos aos princípios do trabalho de apoio para o estabelecimento de uma rede de Agroecologia na CPLP enquanto espaço multiatores para intercâmbios de conhecimentos, aprendizagens e construção de capacidades regionais para uma Agricultura Familiar Sustentável.

FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



Seja formador (a) em Agroecologia

Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável (CCAFS) na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

As inscrições para a formação estão abertas **AQUI!**

Prazo: 9 de abril de 2021

O evento de inauguração
do CCAFS acontecerá no
dia **7 de abril**



INSCRIÇÕES ABERTAS

aCtuar
Agência de Cooperação Técnica

Figura 3 - Cartaz de divulgação da formação

Para participar da formação, todos/as os/as participantes precisaram ser de países-membros da CPLP. Como um dos objetivos do projeto é montar uma equipe para as instalações físicas do CCAFS em São Tomé e Príncipe, cinco das/os participantes, no mínimo, precisaram ser do país.

A formação foi dividida em 5 módulos temáticos distintos que corresponderam a temas fundamentais da proposta agroecológica, com uma carga horária total de 48 horas, incluindo aulas online e trabalho autônomo, tal como se indica na Tabela 1.

Tabela 1 - Programa da formação

MÓDULOS/ ATIVIDADE	TRABALHO AUTÓNOMO	AULA ON-LINE	CARGA HORÁRIA TOTAL
Apresentação/ introdução		1	1
1 educacional /social / cultural	3	2	5
2 ambiental	2	2	4
3 florestal	2	2	4
4 produção vegetal	6	6	12

5 produção animal	5	4	9
6 avaliação – diálogo de saberes	6	4:30	10:30
Partilha de experiências agroecológicas		2:30	2:30
TOTAL	24	24	48

A formação assentou-se numa metodologia interativa, promotora de um processo de intercâmbio de conhecimentos e experiências. A interação entre os alunos e formador foi permanente, quer em contexto de aula, quer através do canal de conversação da plataforma digital. Os/as participantes, formador e facilitadora tiveram também a possibilidade de interagir entre si através de um espaço próprio na plataforma digital (Figura 4).

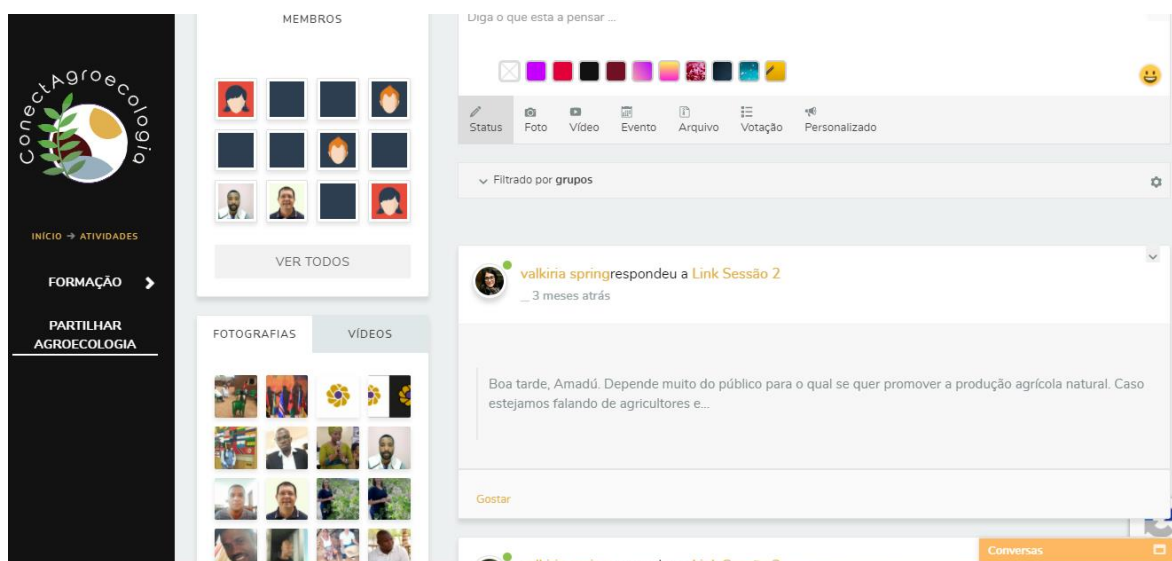


Figura 4 - "Partilhar Agroecologia": área para interação entre pessoas cadastradas na plataforma ConectAgroecologia.

A formação combinou aulas *online*, componente teórica e de apresentação de casos práticos, com trabalho autónomo dos/as participantes para estudos dos materiais didáticos e para construção do trabalho final.

As aulas foram ministradas virtualmente com a participação da turma, do formador e da facilitadora. Para a componente teórica, os materiais foram disponibilizados no *hub*, os quais contêm textos, tópicos, fluxogramas, quadros, ilustrações e *quizzes* para apoiar a compreensão do conteúdo formativo (Figura 5). As aulas tiveram também uma componente com a participação de convidados/as que apresentaram boas práticas e experiências em curso em alguns países da CPLP.



Figura 5 - Conteúdo da formação hospedado na plataforma e-learning

De forma excecional, para participantes de Timor-Leste, dado que a grande diferença de fuso-horário em relação aos demais países cria incompatibilidade com a frequência das aulas em horário útil, os participantes não tiveram a obrigação de frequentar as aulas *on-line*. Para tal, as aulas foram gravadas e disponibilizadas para estes participantes. No entanto, os dois participantes de Timor-Leste estiveram presentes na maioria das aulas *on-line*.

O programa de capacitação teve início no dia 13 de abril, com aulas semanais de 4 horas de duração, distribuídas ao longo de seis semanas (Tabela 2).

Tabela 2 - Datas e duração da formação

Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5	Aula 6
13 de abril	20 de abril	27 de abril	4 de maio	11 de maio	18 de maio

O módulo “diálogo dos saberes” teve como objetivo que todo o material e os trabalhos gerados pelos/as participantes fossem compartilhados, visando ampliar o conhecimento e a troca de experiências entre eles/as e promover colaborações em rede após a formação. A formação previu duas modalidades de avaliação:

- 1) Avaliação contínua: colocação de questões relativas a cada módulo disponibilizadas no *hub* digital.
- 2) Apresentação de práticas/experiências agroecológicas: visando a troca de experiências entre os/as participantes dos diferentes países da CPLP, foi proposto que fosse realizada esta atividade para complementar a avaliação. Cada participante produziu um documento com relato de uma experiência já vivida com a Agroecologia ou o retrato de uma ação/iniciativa agroecológica em sua localidade. Os relatos tiveram no mínimo duas páginas. Os/as participantes puderam escolher o tema a ser retratado baseados nos módulos ou nas apresentações dos/as convidados/as, ou mesmo outro tema que tenha sido objeto de experiência. O documento foi entregue alguns dias antes da última sessão da formação e foi objeto de conversa e compartilhamento entre a turma na ocasião da última aula. Após a revisão do documento, e perante a permissão de cada um/a dos/as participantes, as

experiências foram publicadas no *hub* ConectAgroecologia dentro dos temas, espaço que tem como objetivo fortalecer a Rede de Agroecologia da CPLP.

Os/as participantes receberam a indicação para que o relato tivesse o seguinte formato:

Título

Subtítulo

Contextualização da localidade da experiência

Descrição da experiência

Conclusão/próximos passos

Nome do/a autor/a e, caso aplicável, instituição para a qual trabalha e com a qual desenvolveu a experiência

Após a realização da formação, foi enviado um questionário de avaliação que passou por avaliar os conteúdos da formação, o formador, a facilitadora, a plataforma, e a formação em geral. Houve um retorno bastante detalhado e construtivo por parte dos participantes. Dos pontos fortes que perceberam ao longo da formação, estão:

- Uma boa abrangência dos temas da Agroecologia
- Possibilidade de trocas de experiências com colegas de outros países
- Possibilidade de entender a realidade da Agroecologia em outros países
- Despertar de interesse por outras possibilidades de ação para o desenvolvimento da Agroecologia
- Bom acolhimento e troca de informação com o formador e a facilitadora

Dos principais pontos de melhoria levantados por eles/as, estão:

- Tornar a plataforma mais intuitiva
- Realizar mais trabalhos em grupo, com exercícios mais práticos
- Continuidade do curso
- Mudar o foco para os fazedores da Agroecologia
- Contemplar estudos de caso de famílias agricultoras
- Formação muito pesada e condensada - deixar peso diário da formação mais baixo (no máximo três horas diárias) e talvez que a formação em si dure mais tempo. Carga horária muito pesada para um curso online
- Ajuda de custo para que tenham acesso à internet

Houve muitas respostas no sentido de que as próximas formações sejam presenciais, ao mesmo tempo que quando vinha esta sugestão, era também reconhecido que a pandemia foi o que impediu que isso fosse possível e não há previsão concreta para que este quadro se altere.

O resultado relatável ao final do estágio é de conclusão da primeira Formação de Formadores em Agroecologia, sendo que das 31 pessoas matriculadas na formação, 24 a concluíram. As sugestões colocadas pelos/as participantes foram muito úteis para a organização da segunda edição da formação, que contou com melhorias de acordo com o desempenho da última formação.

2.4 Formação de Formadores em Agroecologia: segunda edição

As atividades exercidas por mim para este produto, apresentam-se no quadro 4.

Quadro 4 - atividades exercidas para a segunda formação do CCAFS

Ajustes na proposta da formação e no conteúdo formativo; Atualização da formação no hub; Divulgação da formação; Seleção dos/as candidatos/as; Facilitação da comunicação com participantes; Atuação como formadora nos módulos 1, 2 e 6; Facilitação de todas as sessões.
--

Com base nas aprendizagens e retorno avaliativo da primeira formação de formadores do CCAFS, foram realizados diversos ajustes tanto na plataforma quanto no conteúdo da formação, tais como a diminuição do tempo das sessões ao longo do dia, encurtando de 4 para 3 ou 2 horas por sessão. Foram implementadas ainda mais ferramentas para co-construir o conhecimento ao longo das sessões, utilizando de metodologias interativas para que os/as participantes expressem mais as suas opiniões e experiências, podendo também se conhecer melhor. O conteúdo dos módulos foi ajustado para estar intercalado com vídeos explicativos dos conceitos chave, recolhidos em diversas plataformas e cuja autoria está devidamente creditada. Foi também incluído um módulo de introdução à formação, para que os/as participantes possam receber todas as informações necessárias sobre a plataforma, o funcionamento da formação e tirar as suas dúvidas em conjunto. A “rede social” da plataforma foi simplificada para que seu uso fosse mais acessível, dentre outros ajustes para a melhoria da experiência em geral com a formação.

A formação recebeu 99 inscrições e foram selecionados 57 participantes, 33 dos quais são mulheres e 24 são homens. Os/as participantes foram divididos/as em duas turmas mistas, cada uma contando com participantes de todos os países da CPLP, com a exceção de Guiné Equatorial. A formação teve início a 11 de outubro e será finalizada a 13 de novembro.

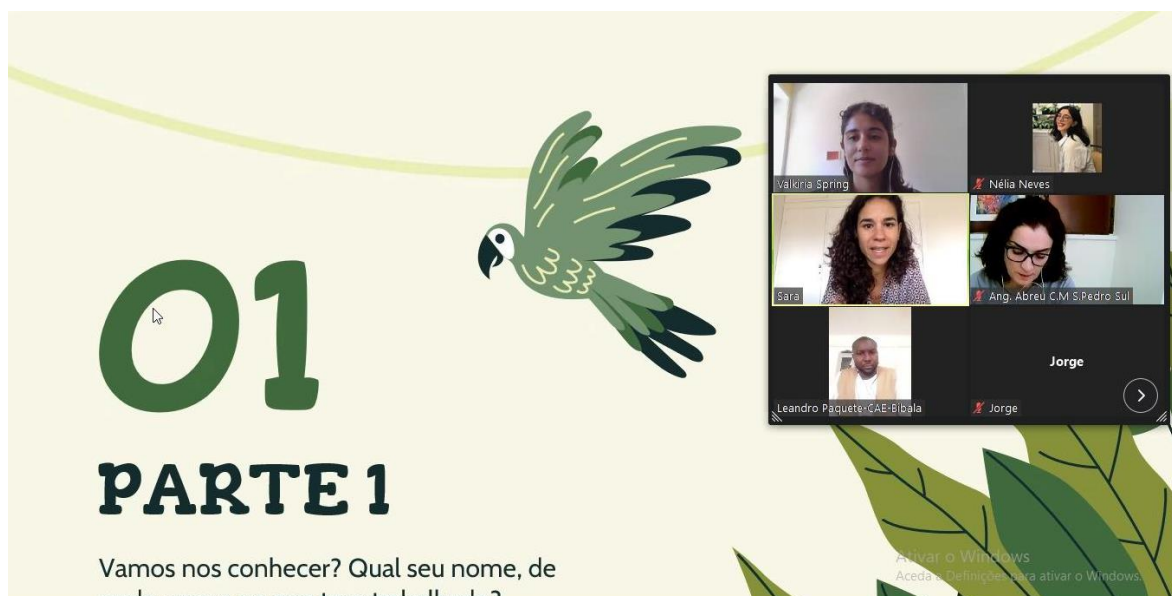


Figura 6 - Sessão on-line da segunda edição da formação do CCAFS

2.5 Estudo Agroecologia na CPLP

As atividades exercidas por mim para este produto, apresentam-se no quadro 5.

Quadro 5 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o estudo Agroecologia na CPLP

Produção do Termo de Referência para o estudo
 Produção do Termo de Referência para os pontos focais
 Produção do guia de recolha para os pontos focais
 Divulgação da vaga para consultor do estudo
 Seleção dos pontos focais e do consultor principal
 Facilitação e articulação entre pontos focais e consultor

Tendo em vista a necessidade de construir conhecimento atualizado e de apoiar o desenvolvimento de processos e a criação de ferramentas para o estabelecimento de uma rede regional de intercâmbio e cooperação para a Agroecologia e a Agricultura Familiar sustentável nos países da CPLP, este produto consiste na realização de um estudo sobre o “Estado da arte da Agroecologia na CPLP”, que visa: estabelecer o nível de conhecimento sobre o tema; identificar quadros legais e de políticas públicas e de iniciativas relevantes em curso em cada um dos países da CPLP, e prover a base para a criação de uma rede regional de cooperação multiatores, formada por organizações e entidades dos países da CPLP que constituem a base humana de aprendizagem e colaboração na área da Agricultura Familiar Sustentável e Agroecologia nos países da Comunidade. A identificação e atualização das principais necessidades e casos de sucesso nos países membros será uma referência para o planeamento de recomendações de políticas e programas aos governos e ao CONSAN-CPLP.

Neste sentido, em cada país da CPLP, foram designados consultores/as que, em colaboração com a equipe de coordenação do projeto e com a equipe responsável pela realização do estudo regional, irão contribuir com para o levantamento da situação no seu país.

Desta forma, a atuação dos pontos focais estará inserida no contexto da Rede multiatores de Agroecologia da CPLP, que, enquanto comunidade de prática, pretende também promover intercâmbios de conhecimentos e ações de capacitação por meio de cursos, estudos, seminários e parcerias multiatores com membros de organizações da sociedade civil, governos, organizações internacionais, academia, organizações de agricultores/as e outros/as produtores/as de alimentos.

Como temas específicos para o levantamento de práticas agroecológicas estão previstas as seguintes áreas indicativas:

- Iniciativas/práticas agrícolas sustentáveis;
- Iniciativas/práticas de boa governança (horizontal, participativa e comprometida com direitos humanos);
- Quadro de políticas públicas, medidas e programas para promoção da Agroecologia;
- Atenção particular ao tema das mulheres na Agroecologia (direito e o acesso das mulheres aos recursos naturais e à autonomia econômica);
- Iniciativas/práticas de adaptação às mudanças climáticas e soluções para a sua prevenção/amenização na agricultura;
- Promoção da juventude rural.

O produto final a ser divulgado contará com o levantamento sobre o “estado da arte” da Agroecologia em cada um dos países da CPLP, incluindo recomendações de ações prioritárias para o desenvolvimento da Agroecologia para cada um dos países. Para além do produto a ser divulgado, esta atividade busca também alimentar a base de dados da Agroecologia do CCAFS com uma listagem das iniciativas, organizações e entidades relevantes para o desenvolvimento da Agroecologia nos países, possibilitando a fundação da Rede e a sua abrangência.

O estudo está em fase de finalização e espera-se que seja publicado em novembro de 2021.

2.5 Webinários

O CCAFS tem o objetivo de realizar cinco webinários para fortalecer e aprofundar o conhecimento existente entre os atores da CPLP em relação aos temas relevantes para o programa e socializar também os resultados do projeto. Até o momento já foram realizados quatro webinários. O primeiro teve como objetivo mobilizar os participantes para as atividades iniciais de treinamento do CCAFS, outros dois webinários foram realizados para promover debates sobre os principais temas comuns entre os países membros e o quarto teve como objetivo reunir representantes dos ministérios da agricultura dos países da CPLP para realizar um diagnóstico das necessidades formativas dos países para o fortalecimento da Agricultura Familiar sustentável. Antes da conclusão do programa, outro webinário será realizado envolvendo stakeholders nacionais e regionais previamente mapeados e parceiros internacionais para promover a criação de parcerias estratégicas para a construção de iniciativas concretas que darão continuidade às ações do CCAFS.

A seguir estão descritos mais detalhes sobre os webinários já realizados:

2.5.1 Webinário 1 – Inauguração das Atividades do CCAFS

As atividades exercidas por mim para este produto estão descritas no quadro 6.

Quadro 6 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o Webinário 1

- Divulgação;
- Administração das inscrições;
- Articulação entre palestrantes antes e durante o evento;
- Facilitação do evento.

O primeiro webinário do projeto teve como objetivo divulgar o início das atividades do CCAFS, informar sobre o processo que trouxe à criação do projeto e divulgar a primeira Formação de Formadores em Agroecologia do Centro. O webinário teve um total de 112 inscrições e foi transmitido ao vivo pelo Facebook e pelo Zoom. Contou também com uma cerimônia em São Tomé e Príncipe, local das instalações físicas do CCAFS. O evento foi realizado em abril de 2021 com a participação do Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe, Francisco Ramos; do Secretário Executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles; do Coordenador Sub-regional da FAO para a África Central e Representante para Gabão e São Tomé e Príncipe, Hélder Muteia; da Presidente da ACTUAR (Secretariado do MSC-CONSAR), Júlia Alves; e da Oficial de Agricultura NSP/FAO, Emma Siliprandi. O evento foi moderado pelo Coordenador local do Projeto, Emílio Lima (Figura 7).

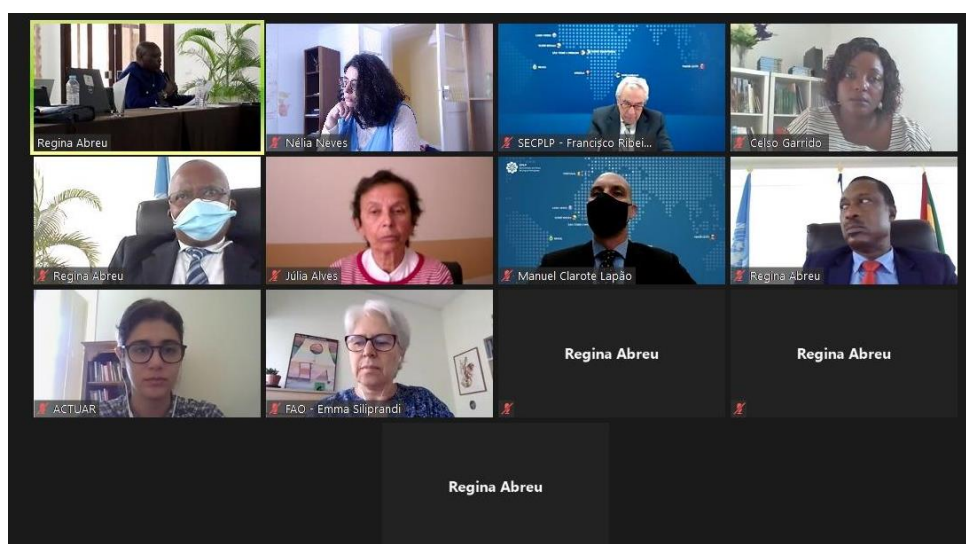


Figura 7 – Palestrantes do Webinário 1

2.5.2 Webinário 2 – Agroecologia na CPLP: Estado da Arte e Perspectivas, Sessão 1

As atividades exercidas por mim para este produto estão listadas no quadro 7.

Quadro 7 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o Webinar 2

- Proposta de tema e execução;
- Convocação dos palestrantes;
- Divulgação;
- Gestão das inscrições;
- Acompanhamento dos palestrantes quanto ao conteúdo a ser apresentado;
- Facilitação da sessão.

O segundo webinar é o primeiro de duas sessões cujo objetivo é trazer representantes dos países da CPLP para que apresentem a situação atual da Agroecologia em seus países com o intuito de assegurar um espaço de construção de conhecimentos para retratar a situação atual da Agroecologia na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O webinar reuniu a comunidade multiatóres que almeja colaborar para a construção e implementação da Rede de Agroecologia na CPLP, visando a promoção da Agricultura Familiar sustentável enquanto via para fortalecer a segurança alimentar dos países da CPLP, e da Agroecologia como alternativa de grande potencial para a construção de sistemas alimentares sustentáveis capazes de promover a emancipação socioeconômica das comunidades rurais a par da preservação dos recursos naturais.

Os/as convidados/as a palestrar foram os formandos da Formação de Formadores em Agroecologia e representaram seus respectivos países no que se refere a políticas públicas, legislações relevantes e iniciativas locais para a Agroecologia como ações para a valorização do trabalho realizado por mulheres no campo, promoção da juventude rural, combate aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas, promoção de práticas agrícolas sustentáveis e boa governança.

A primeira sessão (Figura 8) teve um total de 87 inscrições, durou 1 hora e 10 minutos e foram representados os países de Angola, Brasil e Timor-Leste.



Figura 8 – Captura de tela durante o Webinar 2 com parte dos palestrantes

2.5.3 Webinar 3 – Agroecologia na CPLP: Estado da Arte e Perspectivas, Sessão 2

As atividades exercidas por mim para este produto são apresentadas no quadro 8.

Quadro 8 - Atividades exercidas ao longo do estágio para o Webinar 3

- Proposta de tema e execução;
- Convocação dos palestrantes;
- Divulgação;
- Gestão das inscrições;
- Acompanhamento dos palestrantes quanto ao conteúdo a ser apresentado;
- Facilitação da sessão.

O terceiro webinar do projeto (figura 9) seguiu o mesmo princípio do segundo, sendo que para este houve um total de 160 inscrições e foram apresentadas as perspectivas de Moçambique, Portugal, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

O webinar 3 teve duração de 1 hora e 40 minutos.

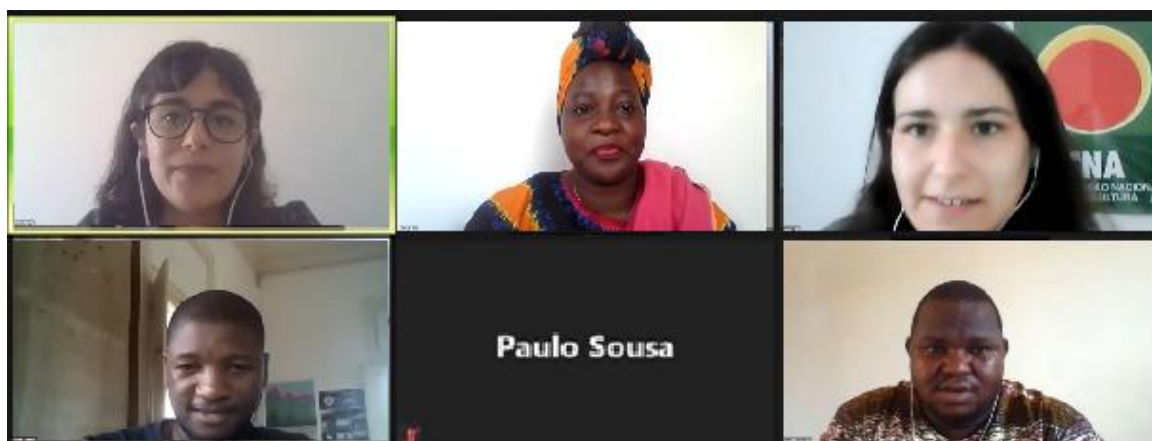


Figura 9 – Facilitadora e Palestrantes do Webinar 3

2.5.4 Webinar 4 – Construção de parcerias para o fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável na CPLP

As atividades exercidas por mim para este produto são apresentadas no quadro 9.

Quadro 9 - Atividades exercidas para o quarto webinar

Escrita do documento-convite para o webinar;

Envio do documento-convite; Preparação da apresentação da oferta formativa do CCAFS; Facilitação do chat da sessão; Ata e posterior organização do resumo da sessão para socialização com os/as participantes.

No dia 14 de outubro foi realizado o quarto webinar do CCAFS (figura 10), que visou contribuir para o processo de construção de parcerias estratégicas para o CCAFS visando o fortalecimento institucional e de capacidades dos países da CPLP para a promoção da Agricultura Familiar sustentável.

Foram convidados representantes dos ministérios da agricultura dos países da CPLP para contribuir para a identificação de suas principais demandas a nível nacional no que tange às necessidades de formação e capacitação de extensionistas, quadros do ministério da agricultura e entidades parceiras na área da Agricultura Familiar sustentável e Agroecologia. Este webinar representou a primeira vez em que os ministérios dos países da CPLP estiveram juntos para discutir as suas necessidades para o desenvolvimento da Agricultura Familiar sustentável e da Agroecologia em seus países e na Comunidade.

Durante o evento, foi divulgada a oferta formativa do CCAFS (Anexo E), já disponível para os Estados-Membro e foram identificadas áreas de expansão de suas atividades para responder às necessidades formativas da Agroecologia e Agricultura Familiar na CPLP.

Como próximos passos, foi um grupo de trabalho com a participação dos ministérios da agricultura dos países da CPLP para desenvolver propostas de ações para a segunda fase do CCAFS. Em função dos resultados desta primeira sessão, será desenvolvida uma primeira versão da nota conceptual das possíveis parcerias estratégicas a concretizar, que serão alvo de debate numa nova sessão a realizar em novembro com os representantes dos ministérios da agricultura e com representantes de parceiros de desenvolvimento para que participem na discussão para a identificação de meios de cooperação para o desenvolvimento das ações mapeadas.

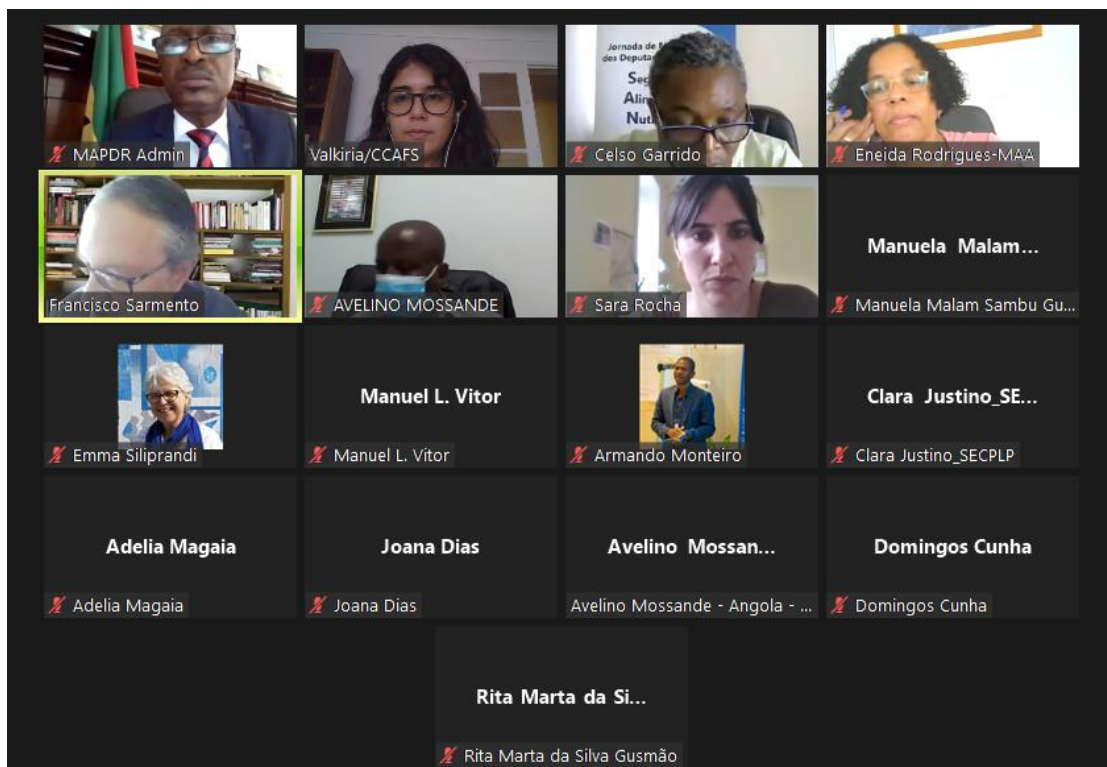


Figura 10 - Captura de tela durante webinário 4

2.6 Newsletters/Informativos

As atividades exercidas por mim para este produto constam no quadro 10.

Quadro 10 - Atividades exercidas ao longo do estágio para os informativos

- Proposta de temas a serem abordados em cada edição;
- Produção do conteúdo;
- Preparação de briefing para o trabalho de diagramação a ser realizado pela designer;
- Acompanhamento do processo de diagramação;
- Articulação para aprovação do informativo internamente e com parceiros;
- Divulgação do informativo.

Os informativos do CCAFS são o meio mais detalhado de divulgação das atividades e resultados da implementação do programa, servindo também para a ampliação e consolidação da rede de *stakeholders* em Agroecologia na CPLP. Os informativos foram produzidos e disseminados de forma regular, compartilhando informações sobre as atividades que foram promovidas, bem como eventos e assuntos decorrentes da colaboração dos pontos focais reunidos pelo primeiro curso. Até o momento foram produzidos três informativos. O primeiro (anexo B) teve como foco divulgar a formação de formadores e introduzir ao público o contexto do programa. O segundo (anexo C) teve como foco divulgar os resultados do curso e trazer mais detalhes sobre o CCAFS. O terceiro (anexo D) teve como foco divulgar os resultados dos webinários 2 e 3.

2.7 Plano de comunicação e visibilidade do CCAFS

As atividades exercidas por mim para este produto constam no quadro 11.

Quadro 11 - Atividades exercidas para o plano de comunicação

Acompanhamento e auxílio no processo de construção do plano;
Revisão do plano;
Organização da reunião para apresentação do plano para os parceiros do projeto.

Com o objetivo de otimizar a comunicação e dar visibilidade ao projeto, uma especialista em comunicação foi contratada para elaborar um plano de comunicação e visibilidade para o hub digital, no âmbito do projeto CCAFS, a fim de promover a sua sustentabilidade numa perspectiva de longo prazo. A compreensão do contexto em que está inserido o CCAFS, a sua área de atuação e o seu histórico são os pontos de partida essenciais para a definição de como o Centro pretende ser visto pela comunidade onde atua. Uma análise do potencial do CCAFS no seu contexto geográfico, assim como todas as oportunidades e ameaças que envolvem a sua atuação também foram fundamentais para traçar uma estratégia de comunicação e atingir o público-alvo desejado. No atual cenário mundial, a pandemia causada pela Covid-19 acelerou o processo de digitalização do trabalho em toda sua estrutura operacional, o que faz da inclusão no mundo digital um fator determinante, principalmente para as organizações que desejam atuar em comunidades internacionais como a CPLP. Portanto, o diagnóstico teve como objetivo analisar o cenário e o contexto do CCAFS nestas diversas dimensões para traçar estratégias de comunicação e visibilidade coerentes.

O plano foi projetado em função de diferentes públicos-alvo, destinatários e stakeholders, dada a natureza multisetorial e multiatores do enquadramento do próprio CCAFS para que o plano estratégico de comunicação fosse abrangente não só para suas primeiras atividades, mas também pensando em sua sustentabilidade pós-TCP.

Numa última fase, o plano será apresentado através de uma reunião com os parceiros do TCP para que seja realizada uma oficina na qual poderão apontar suas impressões e possíveis informações que poderão ser complementadas em seu conteúdo.

2.8 Vídeo promocional da Agroecologia e CCAFS

As atividades exercidas por mim para este produto constam no quadro 12.

Quadro 12 - atividades exercidas para o vídeo promocional

Análise das propostas de orçamento para a produção do vídeo;
Acompanhamento da equipe produtora do vídeo;
Produção do conteúdo-base para o roteiro;
Aprovação do roteiro final;
Organização das marcações de entrevistas e gravações em São Tomé e Príncipe;
Administração do processo de aprovação do roteiro pela FAO.

Está sendo produzido um vídeo para a divulgação da Agroecologia e do CCAFS. Para a produção do vídeo, foi contratada uma produtora de vídeos para a produção do roteiro, das imagens e para a edição final do conteúdo. O objetivo do vídeo é retratar a Agroecologia para um público amplo, incluindo detalhes sobre o processo histórico do CCAFS e seus principais atores.

A previsão de lançamento do vídeo é novembro de 2021.

Capítulo V – Conclusão e Considerações Finais

Em contato com diversos atores ao longo das atividades do CCAFS, foi possível conhecer diversos relatos acerca da situação dos sistemas alimentares nos países da CPLP. Num enquadramento geral, os relatos apontam para uma situação semelhante em relação ao impacto do avanço da produção convencional nesses países. Há um quadro generalizado de erosão genética, de depredação dos recursos naturais e de empobrecimento dos/as produtores/as rurais.

Em contrapartida, estes países ainda contam com uma comunidade representativa de produtores/as tradicionais, que atuam com base em práticas de baixo impacto ambiental e promovem continuamente a soberania alimentar de suas famílias e comunidades. O foco nestes/as produtores/as para aumentar o nível de produção sustentável e para o fortalecimento da governança da segurança alimentar e da nutrição na perspectiva do direito humano à alimentação com participação social efetiva torna-se então possível e é assumido como prioridade pelo CCAFS, cumprindo também com objetivos já estabelecidos pela agenda do CONSAN-CPLP.

Neste primeiro ano de trabalho do CCAFS, tem sido essencial buscar uma resposta para a seguinte pergunta: o que é Agroecologia nos diversos contextos da Comunidade? Esta questão tem sido geralmente seguida de relatos de que apesar de, por vezes, não ser reconhecida por este nome, muitos dos/as produtores/as familiares nos países da CPLP praticam técnicas agroecológicas de produção de alimentos e de organização.

As atividades realizadas ao longo deste período contribuíram para a conclusão de que a Agroecologia sempre esteve presente nos países da CPLP, sendo resultado da interação entre o ser humano e seu ecossistema na busca por alimento e conforto, e que ela somente permanece, no entanto, onde o ser humano supre suas necessidades com baixos impactos ambientais, mantendo a capacidade do ecossistema de assimilar esta interação sem perder suas características. Tem sido possível, através do conhecimento preservado por produtores/as de alimentos que resistiram à pressão hegemônica da industrialização e suas revoluções na forma como se produz alimentos - realizar o resgate de tecnologias de grande potencial, e reconhece-se também a necessidade de fortalecer este potencial com tecnologias mais recentes de baixo impacto ambiental. Considera-se um momento mais do que propício para o desenvolvimento da Agroecologia, assentada nos avanços científicos que a legitimam e complementam.

Deste momento, o CCAFS encontra-se operacional, com quadros capacitados para a multiplicação de conhecimentos em Agroecologia em cada um dos países; um hub digital com materiais sobre experiências agroecológicas dos países CPLP, biblioteca, área de interação contínua, entre outros recursos; uma base de contatos com pessoas interessadas e/ou que já participaram de suas atividades com cerca de 500 pessoas em todos os países da comunidade e que continuarão a ser envolvidas para a consolidação da Rede de Agroecologia da CPLP; uma

estrutura de oferta formativa com uma formação de média duração em Agroecologia e sete formações de curta duração em temas como hortas agroecológicas, tratamento de pragas e doenças e sistemas agroflorestais e uma comunidade ativa e engajada nas atividades do CCAFS.

Dos desafios observados ao longo do trabalho realizado, destacaram-se quatro:

- A dificuldade de linguagem, que, apesar de se tratar da CPLP, são, em muitos dos casos, mais presentes as línguas pré-coloniais, limitando a comunicação a atores específicos que falam o português. Para atenuar as dificuldades de comunicação, foi reforçado o trabalho com parceiros e pontos focais a nível nacional, estes sendo capazes de atuar na facilitação da comunicação.
- Em função de as atividades terem se concentrado em plataformas *on-line*, foi muito difícil alcançar os/as produtores/as de alimentos nos diversos países pela falta de computadores, internet e energia no meio rural. Para solucionar este desafio a médio prazo, buscarão estabelecer-se parcerias para que haja estruturas mínimas para a realização das formações em todos os países da CPLP.
- Houve pouco engajamento na área do hub digital destinada a um diálogo contínuo entre as/os participantes das atividades do CCAFS. Ainda em fase de análise e busca de soluções, foi criado um grupo no *Facebook* para dar suporte à continuidade da comunicação com pessoas interessadas em ou que já estiveram envolvidas em atividades do CCAFS, para além das divulgações por *e-mail* e das newsletters, que são meios pouco propícios para diálogo.
- Não houve participação por parte de atores de Guiné Equatorial em qualquer uma das atividades do CCAFS neste primeiro ano. O CCAFS continuará buscando envolver a Guiné Equatorial em suas atividades e espera conseguir estabelecer contato com atores do país.

Ainda que em seus primeiros passos, o CCAFS demonstrou ser capaz de gerar os resultados para os quais foi idealizado. Este ano, ainda serão publicados os resultados do estudo sobre o “Estado da arte da Agroecologia na CPLP” e o vídeo promocional da Agroecologia e do CCAFS. Numa visão de médio-prazo e de acordo com o diagnóstico contínuo realizado ao longo das atividades implementadas até o momento pelo Centro, serão estabelecidas parcerias estratégicas com os ministérios da agricultura da Comunidade e com parceiros de desenvolvimento para a continuação das formações já disponíveis e para a formulação de mais formações tendo em consideração as especificidades de cada um dos países e o diagnóstico feito no webinar 4, onde tornou-se clara a necessidade de direcionamento para a formação em temas como a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas nos sistemas alimentares, por exemplo.

Como mencionado anteriormente, ao longo de sua próxima fase de atuação, o CCAFS buscará estabelecer sedes com estrutura mínima para a realização de suas atividades em todos os países da CPLP. Esta estrutura deverá contar com o acesso estável à energia, computadores, internet e acomodações para a realização das atividades *on-line*, que possibilitam a manutenção das relações entre os países e as partilhas de conhecimentos. Para além disso, deverá contar também com ferramentas e estrutura para a realização de atividades práticas.

Considerando a distribuição dos países da CPLP em quatro diferentes continentes e a imensa variedade de realidades e ecossistemas representadas neles, o sucesso das atividades do CCAFS poderão representar, num futuro próximo, a extensão de atividades semelhantes não somente

na CPLP, mas também em outros países da América Latina e da África Subsaariana, por exemplo.

Em conclusão, é de destacar o envolvimento e dedicação de diversos atores dentro dos países da comunidade, compartilhando dos ideais representados pelo CCAFS. Esta característica representa uma forte oportunidade para a continuação de suas atividades, e é também sinal de que estamos, enquanto comunidade, direcionados para alcançar níveis de sustentabilidade adequados em nossos sistemas alimentares através da cooperação e dos princípios da Agroecologia.

Referências Bibliográficas

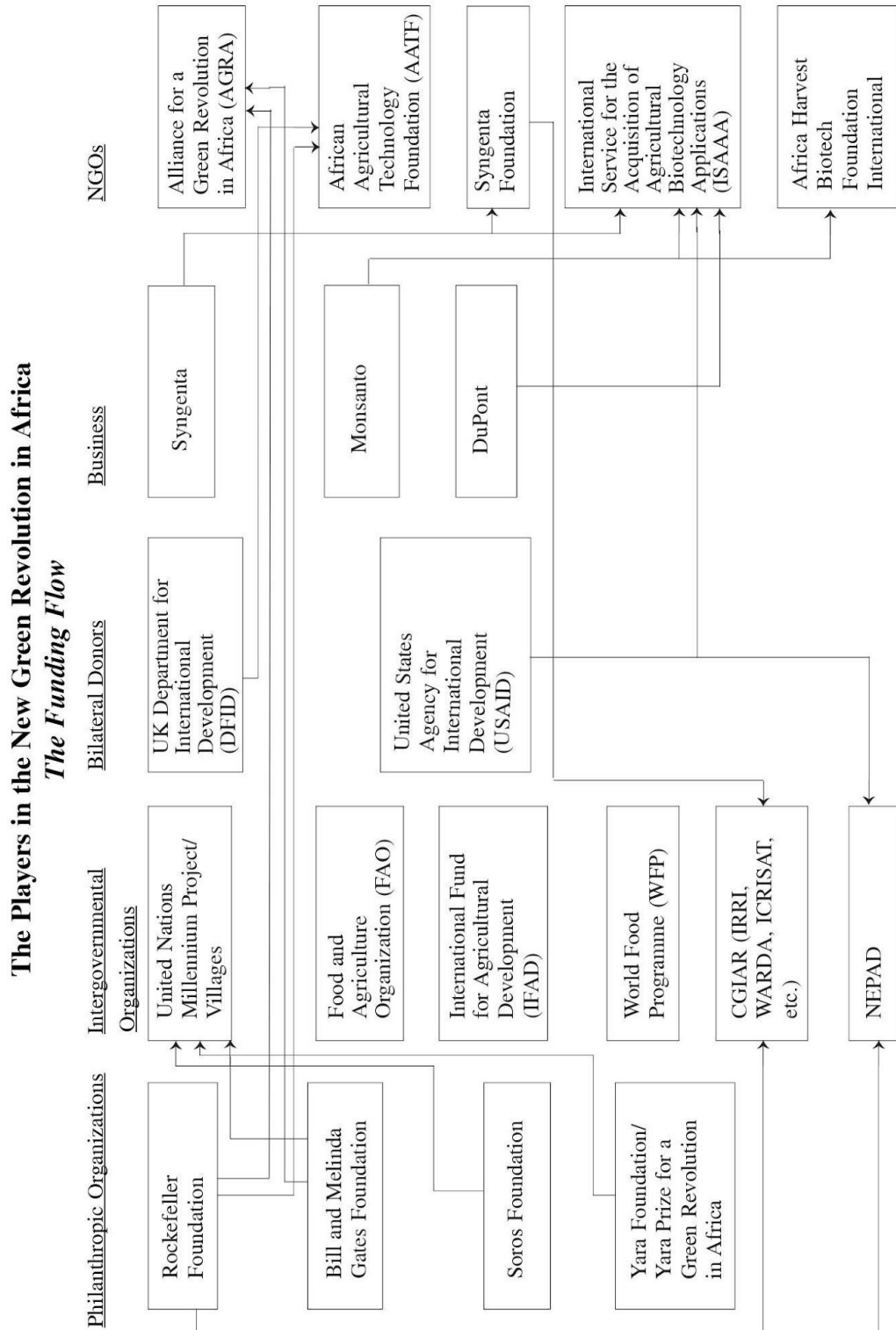
- ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento. (2019). *ESTUDO PRÉVIO - Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável na CPLP*. Coimbra.
- ACTUAR. (2017). *Uma década - a ACTUAR, Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento*. Coimbra.
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Bassermann, L., & Urhahn, J. (2020). *False promises: the Alliance for a Green Revolution in Africa*. Bamako, Berlin, Cologne, Dar es Salaam: Biodiversity and Biosafety Association of Kenya; Brot für die Welt; FIAN Germany; German NGO Forum on Environment; INKOTA-netzwerk e.V; Institut de Recherche et de Promotion des; PELUM Zambia; Rosa Luxemburg Stiftung Southern Africa; TABIO; TOAM.
- Benites, R. G., & Trentini, F. (2019). Agricultura familiar sustentável: entre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, pp. 1-19.
- Canuto, J. C. (2017). Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional*, pp. 137-151.
- Chikowo, R., Zingore, S., Snapp, S., & Johnston, A. (2014). *Farm typologies, soil fertility variability and nutrient management in smallholder farming in Sub-Saharan Africa*. Dordrecht: Springer Science+Business Media .
- Chonchol, J. (2005). A soberania alimentar. *Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas*, 33-48.
- CONSAN-CPLP. (2016). *Diretrizes para o apoio e promoção da agricultura familiar nos estados-membros da CPLP*. Lisboa.
- CPLP. (17 de julho de 1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP*. Fonte: cplp.org: <https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/DeclaraoConstitutivaCPLP.pdf>
- CPLP. (2012). Resolução sobre a Constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). *IX Conferência de chefes de estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 1-2). Maputo: XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros.
- CPLP. (2015). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP - enquadramento e órgãos para governação*. Lisboa.
- CPLP. (08 de julho de 2021). *Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de CPLP*. Fonte: Portal de Segurança Alimentar: <https://www.cplp.org/id-4669.aspx>
- CPLP. (08 de 07 de 2021). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional*. Fonte: Portal de Segurança Alimentar: <https://www.cplp.org/id-4755.aspx>
- CPLP. (04 de 07 de 2021). *Histórico - Como surgiu?* Fonte: cplp.org: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

- Daño, E. C. (2007). *Unmasking the New Green Revolution in Africa: Motives, Players and Dynamics*. Penang: Third World Network.
- Diagne, A., Glover, S., Groom, B., and Phillips J. (2012). *Africa's Green Revolution? The determinants of the adoption of NERICAs in West Africa*. London: SOAS Department of Economics Working Paper Series - University of London.
- FAO. (2013). *Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP*.
- FAO. (01 de 08 de 2021). *The 10 elements of Agroecology*. Fonte: Agroecology Knowledge Hub: <http://www.fao.org/agroecology/overview/overview10elements/en/>
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Roma: FAO.
- Feiden, A. (2005). Agroecologia: Introdução e Conceitos. Em *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável* (pp. 51-70). Brasília: Embrapa.
- Food First. (2006). *12 myths about hunger*. Oakland: Background.
- Frankema, E. (2013). *Africa and the Green Revolution - A Global historical perspective*. Wageningen: Wageningen University.
- Holt-Gimenez, E., Altieri, M. A., & Rosset, P. (2006). *Ten Reasons Why the Rockefeller and the Bill and Melinda Gates Foundations' Alliance for Another Green Revolution Will Not Solve the Problems of Poverty and Hunger in Sub-Saharan Africa*. California: Food First Policy Brief No.12.
- Monteiro, F. (23 de jul de 2014). *A CPLP esteve para ruir devido à entrada da Guiné Equatorial*. Fonte: Observador: <https://observador.pt/especiais/cplp-esteve-para-ruir-devido-entrada-da-guine-equatorial/>
- Neves, E. F., Lima, M. M., & Gonçalves, G. E. (2019). Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação. *UFSM: Economia e Desenvolvimento*, pp. 1-13.
- PCCPLP. (2012). *Contributions from the Federations of Smallholder Farmers from the CPLP (Community of the Portuguese Language Countries)*. Rio de Janeiro: Common agenda for a sustainable agriculture.
- Pereira, D. S. (2009). A Importância Estratégica da CPLP no Mundo Global. *Centro Cultural Malaposta* (p. 14). Lisboa: Fórum da Lusofonia.
- Pretty, J., Morison, J., & Hine, R. (2001). Reducing food poverty by increasing agricultural sustainability in developing countries. *Centre for Environment and Society and Department of Biological Sciences, University of Essex*.
- Rocha, A. (17 de julho de 2014). *Críticas contundentes à adesão da Guiné Equatorial à CPLP*. Fonte: DW Made for minds : <https://www.dw.com/pt-002/cr%C3%ADticas-contundentes-%C3%A0-ades%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-%C3%A0-cplp/a-17792326>
- Santilli, J., & Emperaire, L. (2001). *A Agrobiodiversidade e os Direitos dos Agricultores Tradicionais. Povos indígenas no Brasil - ISA*.

- Serafim, M. P., Jesus, V. M., & Faria, J. (2013). Tecnologia Social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. *Segurança Alimentar e Nutricional*, pp. 169-181.
- Shiva, V. (1991). *The political and cultural costs of the green revolution*. Penang: Third World Network.
- United Nations. (01 de 11 de 2021). *World population projected to reach 9.6 billion by 2050*. Fonte: Department of Economic and Social Affairs: <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/un-report-world-population-projected-to-reach-9-6-billion-by-2050.html>
- Wise, T. A. (2020). *Failing Africa's Farmers: An Impact Assessment of the Alliance for a Green Revolution in Africa*. Medford: Tufts University: Global Development and Environment Institute.

Anexos

Anexo A - As partes interessadas/investidores na Revolução Verde Africana. Adaptado de “Unmasking the New Green Revolution in Africa: Motives, Players and Dynamics”, por E. C. Daño, 2007, Third World Network, p. 54.



Anexo B – Informativo 1



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Março 2021



Seja formador (a) em Agroecologia

Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável (CCAFS) na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

As inscrições para a formação estão abertas **AQUI!**

Prazo: 9 de abril de 2021

O evento de inauguração
do CCAFS acontecerá no
dia 7 de abril

A Agroecologia é cada vez mais reconhecida como uma alternativa para construir sistemas alimentares mais sustentáveis e equitativos. Enquanto ciência, paradigma e movimento social, a **Agroecologia propõe estratégias para desenhar agroecossistemas sustentáveis, promover a eficiência no uso de recursos naturais e contribuir para a soberania alimentar, valorizando os conhecimentos tradicionais.**

Na CPLP, a Agroecologia vem sendo reconhecida como central para reforçar a segurança alimentar e nutricional e fortalecer as capacidades e recursos dos agricultores familiares. **A criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP** pretende responder às necessidades de capacitação em Agroecologia e promover a colaboração e aprendizagem em rede, para intercâmbio de conhecimentos e **cooperação sobre agricultura familiar sustentável** entre os países da CPLP.

Apresentação

CCAFS lança as suas atividades com Formação de Formadores em Agroecologia

Com o objetivo de capacitar formadores em Agroecologia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é lançada, enquanto atividade inaugural do CCAFS, a Formação de Formadores em Agroecologia.

A formação é dirigida a profissionais com experiência na área de produção alimentar, biológica, orgânica ou, preferencialmente, agroecológica. A formação pretende atualizar e aprofundar conhecimentos em agroecologia, considerando a sua proposta técnica, social e económica. As e os participantes ficarão então capacitados para multiplicar os conhecimentos adquiridos junto de outras pessoas nos seus países.



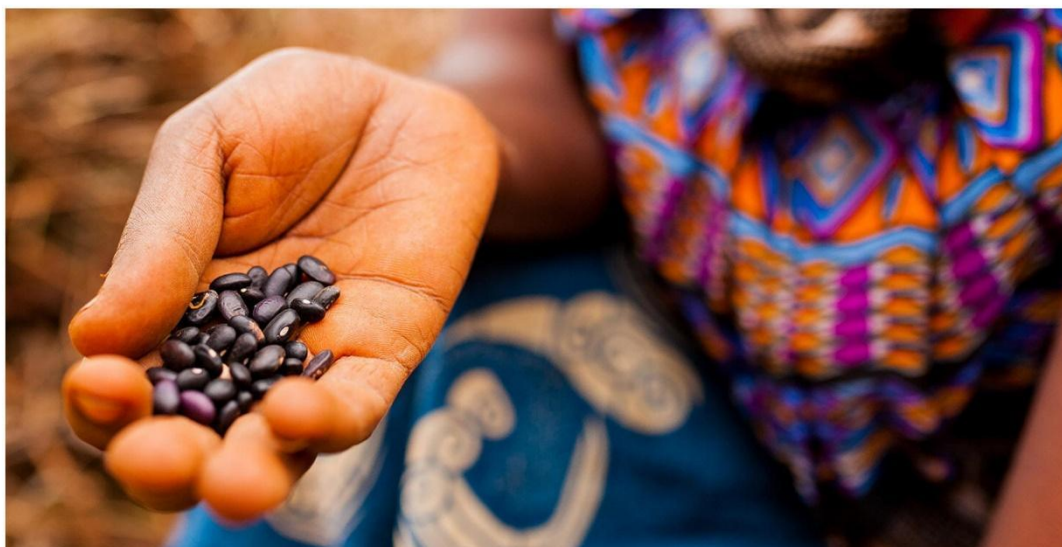
"O contexto de crise deve-nos fazer reforçar mecanismos de cooperação inovadora, que nos permitam de uma forma multi-dimensional e multi-setorial aprimorar plataformas de conhecimento, fazendo ampliar processos de formação e capacitações renovadas que nos consigam trazer novas estratégias para mitigar este cenário desafiante"

Manuel Lapão, Diretor de Cooperação da Secretariado Executivo da CPLP

Organização

aCtuar
Associação de Cooperação e Trabalho


CCAFS



CCAFS um percurso de colaboração entre atores da sociedade civil, governos e organi- zações internacionais

A necessidade de construção de um centro de competências voltado para a Agricultura Familiar Sustentável foi reconhecida por meio do repto lançado por agricultores e agricultoras ligados a organizações da sociedade civil da CPLP reunidas no Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Face ao apelo lançado pela sociedade civil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a CPLP, a ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, o do Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe mobilizaram esforços em torno de um Programa de Cooperação para o Desenvolvimento das Capacidades do CCAFS (TCP/INT/3708), visando estruturar e lançar as atividades do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP.

Formação de Formadores em Agroecologia

Esta formação pretende apoiar o estabelecimento de uma **rede de Agroecologia na CPLP** enquanto espaço multiatores para intercâmbios de conhecimentos, aprendizagens e construção de capacidades regionais para uma Agricultura Familiar Sustentável, visando contribuir para os objetivos de erradicação da fome e pobreza na região, **construindo sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e equitativos**.

O programa do curso foi desenhado de acordo com um estudo prévio de necessidades de formação para a agricultura sustentável na CPLP. A formação irá intercalar aulas com estudo autónomo, e está dividida em seis módulos que abrangem **temas como a educação, condições sociais, cultura, ambiente, florestas, produção vegetal e animal**.

Em função do contexto pandémico atual, as aulas serão realizadas on-line, com o apoio de uma plataforma digital.

JUNTE-SE À REDE AGROECOLOGIA NA CPLP!

INSCREVA-SE PARA A FORMAÇÃO DE FORMADORES EM AGROECOLOGIA!

O curso é gratuito e terá a duração de 48 horas com acesso a certificado.

Data: 13 de abril **Curso on-line:** confira os horários na programação [AQUI](#)

+ inf: geral@alimentacplp.com

Parceiros





COMEÇAM AS ATIVIDADES DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL NA CPLP

CCAFS vai promover o intercâmbio de conhecimentos para fortalecer a Agroecologia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e capacitar formadores (as) para a construção de sistemas alimentares resilientes



CCAFS É UMA REALIDADE

O lançamento do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável (CCAFS) concretiza uma ação conjunta estratégica proposta em 2015 pelo Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (MSC-CONSAR) de criação de uma rede de cooperação no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Fortalecer a agricultura familiar com base nos conceitos da Agroecologia é a solução apontada pela Plataforma de Camponeses da CPLP e acolhida pelos diferentes membros e participantes do CONSAR-CPLP, incluindo governos locais e organizações internacionais, para combater a fome e a pobreza na CPLP e alcançar, assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

➔ [ASSISTA AO EVENTO NA ÍNTEGRA](#)

“Tenho grande satisfação por termos conseguido juntos este grande sonho que é a criação do CCAFS com vocação para a agricultura familiar. Graças ao esforço coletivo, teremos a oportunidade de assistir à primeira formação de formadores em agroecologia nos países da CPLP”.

Francisco dos Ramos,
Ministro da Agricultura,
Pescas e
Desenvolvimento
Rural de São Tomé e
Príncipe.

ORGANIZAÇÃO

aCtuar



PARCEIROS



INAUGURAÇÃO CCAFS

O evento de inauguração do CCAFS, realizado em abril de 2021, teve lugar em São Tomé e Príncipe e foi transmitido em direto com a participação do Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe, Francisco Ramos; do Secretário Executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles; do Coordenador Sub-Regional da FAO para a África Central e Representante para Gabão e São Tomé e Príncipe, Hélder Muteia; da Presidente da ACTUAR (Secretariado do MSC-CONSAN), Júlia Alves; e da Oficial de Agricultura NSP/FAO, Emma Siliprandi. O evento foi moderado pelo Coordenador local do Projeto, Emílio Lima.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

REFERÊNCIA EM BIODIVERSIDADE E EM BOAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

A escolha pelo arquipélago de São Tomé e Príncipe para sediar o CCAFS foi considerada ideal em função de fatores como a sua importância histórica estratégica como ponto de convergência entre países da CPLP para a produção de alimentos. O país também é reconhecido pela sua biodiversidade, originada pela presença de espécies e variedades alimentares não só do continente africano, mas também da Europa e das Américas, e pelos conhecimentos tradicionais ligados à agricultura e alimentação, incluindo técnicas, práticas e usos relacionados com os alimentos. A sua localização geográfica junto à Linha do Equador (e próximo da costa ocidental da África) reforça a vantagem desta localização, já que as ilhas possuem especificidades microclimáticas relevantes, que favorecem a implantação de práticas pedagógicas em contextos socioambientais muito próximos das existentes na maioria dos países da CPLP. Além disso, São Tomé e Príncipe tem-se destacado no continente africano por possuir cerca de 14% da sua área agrícola com produções agrícolas sustentáveis certificadas.

O Centro está Localizado no Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário (CATAP) e oferecerá cursos a todos os Estados membros da CPLP em caráter presencial, semi-presencial e à distância, promovendo, também, intercâmbios de conhecimentos entre agricultores e quadros técnicos de São Tomé e Príncipe e de outros países da CPLP.



PRIMEIRO CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES/AS EM AGROECOLOGIA

O CCAFS deverá estimular a cooperação entre os países da CPLP em prol da agroecologia e do acesso a alimentos saudáveis por toda a população. O primeiro Curso de Formação de Formadores em Agroecologia foi realizado ao longo de abril e maio de 2021 e teve duração de 6 semanas.



Com participantes dos países da CPLP, o curso foi um ponto de encontro para a troca de experiências e diálogo sobre as potencialidades e desafios da Agroecologia na CPLP. O Centro de Competências cumprirá não somente com o objetivo de capacitação, mas também de suporte e fortalecimento da Rede de Agroecologia na CPLP por meio da aproximação de atores dos países-membros, provisionada por estrutura física em São Tomé e Príncipe e pelo hub on-line ConectAgroecologia.

“Percorremos um longo caminho para chegar aqui hoje. Há dez anos, estamos a desenvolver iniciativas para facilitar e alargar políticas públicas inclusivas no âmbito da segurança alimentar e nutricional. São urgentes as respostas solidárias pelos diversos atores”.

Francisco Ribeiro Telles
Secretário Executivo da CPLP.



“A Agroecologia alinhada a um Centro de Competências que vai promover um intercâmbio de conhecimentos é a forma mais promissora de fazer avançar de forma mais rápida e simultânea os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.

Emma Siliprandi
Oficial de Agricultura NSP/ FAO.

O CCAFS NASCE DE UMA LONGA JORNADA

2012

Angola: XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP - reconhecimento das conclusões da V Reunião dos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar da CPLP que recomendaram a criação do Secretariado Técnico Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Aprova-se a Declaração sobre a CPLP e seus Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional.

2015

São Tomé e Príncipe: durante o Primeiro Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FAFSAN I - STP), o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (MSC-CONSAN) e a Plataforma de Camponeses da CPLP propõem a criação de um Centro de Competências para implementação das decisões e recomendações do CONSAN na CPLP. Momento no qual o governo de São Tomé e Príncipe disponibiliza a estrutura física e humana para este Centro.

2017

Brasil: Aprovação das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, na II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP.

Timor-Leste: na I Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP, o MSC-CONSAN, através do seu Secretariado, a Organização Não Governamental para o Desenvolvimento ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, foi nomeado responsável pela coordenação do processo para o desenho e implementação do Centro, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP e da FAO.

2018

Portugal: É realizada, em Lisboa, a Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar na CPLP, na qual foi assinada a Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento político que apoia a criação do CCAFS e é assinado por todos os membros e participantes no CONSAN-CPLP, além da FAO e do FIDA.

São Tomé e Príncipe: Validação do estudo prévio para o CCAFS, realizado sob a coordenação técnica da ACTUAR, por parte de representantes de organizações de agricultores, quadros do Ministério da Agricultura, do Banco Africano de Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe, técnicos da FAO de São Tomé e Príncipe, de Roma e de Portugal junto da CPLP.

2019

Portugal: Reconhecimento dos avanços obtidos no âmbito da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP durante o Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (FISAS), que se realizou no município de Idanha-a-Nova.

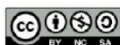
2021

São Tomé e Príncipe: Lançamento das atividades do CCAFS pela realização do primeiro curso de Formação de Formadores em Agroecologia com a participação de profissionais de oito países da CPLP.

JUNTE-SE À REDE DE AGROECOLOGIA NA CPLP!



[LINK PARA O PRIMEIRO INFORMATIVO](#)



Alguns direitos reservados. Este trabalho está sob licença de [CC BY-NC-SA 3.0 IGO](#)

© FAO, 2021
CB5533PT/1/06.21

Anexo D – Informativo 3



AGROECOLOGIA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

CONHEÇA O RESULTADO DO TRABALHO EXPLORATÓRIO REALIZADO PARA IDENTIFICAR A SITUAÇÃO ATUAL DA AGROECOLOGIA NA CPLP



RESULTADOS DO WEBINÁRIO AGROECOLOGIA NA CPLP - ESTADO DA ARTE E PERSPECTIVAS

Com o intuito de assegurar um espaço de partilha e construção de conhecimentos que retratem, de forma exploratória, a situação atual da Agroecologia na CPLP e visando também lançar objetivos comuns para o desenvolvimento da Agroecologia na Comunidade, foi realizado o webinário “Agroecologia na CPLP: Estado da Arte e Perspectivas” nos dias 16 e 23 de junho de 2021.

O evento online reuniu a comunidade multiatóres com membros de organizações da sociedade civil, governos, organizações internacionais, academia, agricultores e agricultoras da CPLP para trocar experiências de forma exploratória sobre a realidade atual da Agroecologia na Comunidade, sobre tópicos como políticas públicas, legislação relevante e iniciativas locais, tais como ações para a valorização do trabalho realizado por mulheres no campo, promoção da juventude rural, combate aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas, promoção de práticas agrícolas sustentáveis e boa governança.

Cada um dos países participantes esteve representado por formando/as da Formação de Formadores em Agroecologia, recentemente promovida pelo CCAFS, profissionais atuantes em áreas relevantes para a Agroecologia e que trouxeram informações relevantes tanto sobre as suas perspectivas pessoais desenvolvidas no âmbito do seu trabalho, quanto uma visão mais abrangente dos pontos fortes e fraquezas para o desenvolvimento da Agroecologia em Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS



REDE DE AGROECOLOGIA NA CPLP - INTERCÂMBIOS E CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES

Esta é uma iniciativa que busca fortalecer a Rede de Agroecologia na CPLP, uma comunidade multiatores para a partilha de aprendizagens e construção de capacidades em Agroecologia, visando a promoção da agricultura familiar sustentável enquanto via para fortalecer a segurança alimentar dos países da CPLP.

Enquanto comunidade de prática, a Rede visa promover intercâmbios de conhecimentos e ações de capacitação por meio de cursos, estudos, seminários e parcerias multiatores com membros de organizações da sociedade civil, governos, organizações internacionais, academia, organizações de agricultores/as e outros/as produtores/as de alimentos.



A criação da Rede tem origem na procura de soluções para os níveis crescentes de êxodo rural, de desertificação e contaminação dos solos e águas, iniquidade de gênero, bem como para processos de desapropriação de terras e de outros recursos naturais e genéticos, comuns a todos os países da CPLP. Neste contexto, a Agroecologia tem sido promovida como uma alternativa de grande potencial para a construção de sistemas alimentares sustentáveis capazes de promover a emancipação socioeconómica das comunidades rurais a par da preservação dos recursos naturais.



As duas sessões realizadas deste webinar são parte das ações em curso realizadas pelo CCAFS e que visam estabelecer planos de ação para o desenvolvimento da Agroecologia na CPLP com a colaboração desta Rede. A realização destas atividades está a ser apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), promovida pela ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, em parceria com o Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe, a CPLP, a plataforma Alimenta CPLP! e o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP.

CONHEÇA OS/AS PALESTRANTES QUE FIZERAM parte desta troca e os principais pontos que levantaram acerca da Agroecologia em seus países

ANGOLA

Gabriel Joaquim

Oficial de Salvaguardas Ambiental e Social

Guilherme Chivando

Extensionista e Gestor de Projetos

Em Angola, há poucas iniciativas que utilizam o conceito da Agroecologia, porém, há diversas atividades de práticas agrícolas sustentáveis, que representam uma transição para a Agroecologia.

- No nível de Políticas Públicas, já existem programas e projetos que têm sido desenvolvidos, tal como é o caso da Estratégia Nacional para alterações Climáticas (ENAC 2018-2030); do Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022); do Programa de Acção de Combate a Diversificação (PANDOC) Decreto Presid. N46/2014; do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, cujo objetivo está na intensificação racional e melhoria dos sistemas de produção, levar conhecimentos através das escolas de campo e partilhar práticas que visam garantir maior sustentabilidade às comunidades rurais, além de fomentar a comercialização de seus produtos; da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) que concerne a criação de emprego e geração de rendimento no setor familiar e a sua indispensável importância para a redução da dependência comercial; e dos Programas da FAO/UE voltadas para apoio a agricultura em consonância às alterações climáticas (IRCEA, FRESAN, ECAs e ECAPs);
- Acredita-se que seja importante que o setor agropecuário seja visto como uma prioridade para o governo angolano.
- A implementação de diversos programas e projetos externos tem contribuído muito para a capacitação dos produtores sobre a Agroecologia.
- A implementação das escolas de campo (ECAs), tanto para produtos agrícolas quanto pecuários, tem sido uma prática que tem ajudado muito e acredita-se que seja um dos principais caminhos para disseminação da Agroecologia em Angola.
- O fomento da produção interna e redução das importações cumpre um papel para a valorização da produção interna e reduz as dependências de importações, permitindo com que os produtores estejam mais motivados a produzir.

- Há oportunidade no nicho existente em Angola de consumidores que preferem e têm interesse nos produtos orgânicos, nicho este que precisa ser explorado através da criação de possibilidades de certificação destes produtos, ainda inexistentes.
- Está a ocorrer o despertar para as alterações climáticas, que deve motivar novas alternativas de produção.
- Existem muitas pessoas que querem praticar a Agroecologia, mas encontram impedimentos no valor de produtos para fazer Agroecologia.
- É baixa a valorização das ações das mulheres agricultoras, e quanto mais surgirem iniciativas para a Agroecologia, mais mulheres estarão envolvidas e terão seus trabalhos valorizados.
- Percebe-se que há um aumento no envolvimento de jovens em atividades agrícolas, recomendando-se, assim, um trabalho de base começando pela sensibilização das pessoas, levando a elas o conhecimento teórico e posteriormente práticas de Agroecologia, que despertem o interesse das comunidades e dos jovens de forma particular.
- São adotadas práticas como a rotação de culturas, consorciação de culturas, utilização de plantas melhoradoras do solo, sistemas de derruba mínima, compostagem, cobertura morta do solo, utilização dos estrumes e chorumes dos animais, sistemas agrossilvopastoris/silvopastoris e agroflorestais.
- Existe pouca legislação sobre os aspectos ligados à Agroecologia, pelo que é necessário promover ações no sentido de criar um ambiente legal para o efeito, bem como instituições que operam no meio rural e que enquadrem estas ações dentro dos seus programas;
- Necessidade de desenvolver um amplo trabalho com as comunidades, com vista a capacitar e despertar sobre os aspectos ligados à produção e necessidade de preservação da meio ambiente;
- Tendo em conta as elevadas consequências provocadas pelas alterações climáticas, com efeitos nefastos na economia familiar, devem ser encontradas soluções baratas e ao alcance do produtor com vista a mitigar esses eventos;
- Dada a importância da Agroecologia, esta temática deveria ser introduzida nos currículos das escolas agrárias;
- Estimular a produção de alimentos orgânicos e sua valorização, através da certificação dos produtos.



BRASIL

Celina Maranhão

Agroecóloga, Agricultora, Assentada e líder de assentamentos

Marcelle Felipe

*Educadora popular na Instituição Verdejar
Socioambiental*

Geovanni Medeiros

Servidor público na secretaria de estado da agricultura familiar e do desenvolvimento do semiárido do governo da Paraíba

- Não podemos falar em segurança alimentar sem citar a situação atual do nosso país. Ao mesmo tempo que a crise sanitária e econômica na pandemia se agrava com os números assustadores de quase meio milhão de mortes por Covid-19, e 14 milhões de desempregados, com 19 milhões de pessoas vivendo em situação de fome, temos desastres ambientais, destruição das nossas florestas, desrespeito e violência contra os povos indígenas, liberação de centenas de agrotóxicos (alguns que não são usados em nenhum outro país do mundo) além da ameaça e consequências já enfrentadas com as mudanças climáticas.
- Para políticas públicas, merecem destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programa Nacional de merenda escolar (PNAE).
- Existem iniciativas e cursos que capacitam e incentivam jovens ao empreendedorismo rural, além de financiamentos para jovens. Um exemplo é o "Pronaf jovem" que valoriza o trabalho do campo e demonstra aos jovens que sua permanência nas propriedades rurais tem importância e futuro.
- Pelo segundo ano seguido o agronegócio bateu recorde de produção de grãos, no entanto, 19 milhões de brasileiros e brasileiras ainda vivem em situação de fome.
- No ano de 2000, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, organizada pela secretaria da mulher da confederação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura (CONTAG) como parte da marcha mundial das mulheres (MMM) e sua realização constituiu em dar visibilidade ao trabalho e a contribuição econômica, política e social das mulheres rurais; denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de discriminação, violência e exploração, vivenciada pelas mulheres, além de apresentar propostas de políticas públicas para as mulheres do campo da floresta e da cidade. A Marcha das Margaridas é denominada em homenagem a Margarida Maria Alves, camponesa assassinada em 1983 a mando de latifundiários. Era presidente do sindicato rural de Alagoa Grande, Paraíba.

Foram identificadas mais de 700 iniciativas municipais para a Agroecologia, sendo que as regiões Nordeste e Sul destacam-se com o maior número de iniciativas e boas práticas em Agroecologia.

- A resposta está na Agroecologia, agricultura sustentável e agricultura familiar que produzem mandioca, feijão, batata-doce, carne de galinha, suínos, ovos, leite, frutas, hortaliças, entre tantos outros produtos que vão para as mesas dos brasileiros e brasileiras diariamente. É essencial que a pauta da Agroecologia seja inserida em todos os estados e municípios para dar suporte a esses trabalhadores rurais e garantir a segurança e soberania alimentar, já que é um direito de todos os/as cidadãos/ãs.



TIMOR-LESTE

Fabiula Pereira

Diretora Executiva da ONG AMAR

Fernando Soares

Assessor Técnico

- A política do governo para agricultura em Timor-Leste tem foco na segurança alimentar para a população rural; o aumento das ligações entre os agricultores, o aumento do rendimento rural e do emprego decente, especialmente para os jovens e mulheres; a gestão sustentável e utilização dos recursos naturais, incluindo os solos, as florestas, as áreas costeiras e marinhas e a biodiversidade, de modo a fornecer benefícios ecológicos, sociais e económicos para o povo timorense; além da melhoria do desenvolvimento institucional do setor agrícola para criar um ambiente propício e serviços de suporte.
- A agricultura de Timor-Leste é de pequena dimensão, incorpora poucos fatores de produção modernos. Está integrada na paisagem, utiliza os recursos naturais disponíveis e é predominantemente destinada à subsistência dos agregados familiares.

Timor-Leste tem quase 80% da população dependente da produção agrícola como fonte de subsistência. Todas as atividades agrícolas em Timor-Leste têm uma base familiar, sendo considerada o tipo predominante nas diversas áreas do desenvolvimento rural, seja a florestal, a pesca, a pastorícia, a agrícola ou a aquícola.

- Em Timor-Leste existem dois grandes sistemas de agricultura familiar, a agricultura de encosta/montanha e a agricultura de várzea. Em ambos, a produção vegetal e animal está organizada em pequenas unidades de produção familiar cuja área média não excede os 2 hectares. Nas culturas vegetais predominam, para subsistência, o milho, as hortícolas, os tubérculos e, nas várzeas, o arroz. Já para rendimento predominam o café, coco, cacau e borracha. Na produção animal dominam, em número, as galinhas, os porcos e as cabras.

- Os/as agricultores/as timorenses, não têm por prática a produção em grandes quantidades, a maioria dos/as agricultores/as continuam a praticar a agricultura nómada nas encostas, vão mudando de lugar quando a terra deixa de ter boa produção.
- Atualmente, os produtores de vegetais, estão a usar sementes importadas, tornando-os em 2 ou 3 anos dependentes destas sementes, deixando desaparecer as sementes de vegetais originários de Timor-Leste.
- Dentre as boas práticas reconhecidas, estão a adoção e fortalecimento de modelos produtivos mais sustentáveis, a título de exemplo uma prática desenvolvida por ONGs, incluindo a ONG AMAR, que contou com a sensibilização e capacitação de uso técnicas naturais para produção agrícola fixa/permanente, como a prática agrícola nos terraços, utilizando a técnica do quadro A, na produção de adubos, boas práticas de utilização do solos na produção de vegetais, hortaliças, árvores de fruto, etc. Procurando, assim, consciencializar os/as agricultores/as para a conservação e proteção dos nossos recursos naturais. Estão sendo desenvolvidos, também, projetos agroflorestais e agrossilvicultura, na plantação de árvores industriais e árvores de fruta, e muitos jovens estão a produzir vegetais em pequenas quantidades, através da horticultura.
- O Governo, ONGs e parceiros internacionais estão realizando a distribuição de árvores para serem plantadas, com a função de proteger de derrocadas das terras, para a conservação das águas e das nascentes, além da geração de renda.
- O Ministério Agricultura e Pescas, Secretaria do Estado do Ambiente, Sociedade Civil e FAO, conjuntamente, procuram uma política que ajude a cumprir com as metas para o Programa Desenvolvimento Estratégico através da ODS número 1, 2, 3, 5, 8 e 15.
- O governo organizou o programa de desenvolvimento dos sucos, através da execução com qualidade do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, cumpre com objetivos para a melhoria da descentralização da prestação de serviços através do reforço da administração, e melhoria do funcionamento e da manutenção de sistemas de abastecimento de água em zonas rurais.
- Organiza também programas através do Spotlight em Timor-Leste – Uma iniciativa conjunta da UE e da ONU com vista à Eliminação da Violência contra Mulheres e Meninas
- Para concluir, Timor-Leste necessita de apoio para o desenvolvimento da Agroecologia no país, como forma de obrigar o governo a criar rapidamente legislação, regulamentação e certificados.



GUINÉ-BISSAU

Amadú Tidjane Sal

Eco-Jornalista, Secretário-Executivo da Rede nacional das rádios para a Segurança Alimentar e Defesa do meio Ambiente; membro de polo de competência em Agroecologia

A atividade Agroecológica não é somente a produção sem químicos, mas também a valorização de toda uma cadeia. A Guiné-Bissau possui imensas potencialidades e recursos naturais que não devem ser negligenciados. É um país tropical com potencial enorme, porém pouco valorizado.

- A Guiné-Bissau não tem uma estratégia pública específica para a Agroecologia, embora tenha dois instrumentos importantes, que são o Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) que é baseado no cumprimento de Segurança Alimentar e Nutricional, e a Estratégia Fome Zero, que chama a atenção para o risco da utilização de químicos na produção de alimentos, considerando a realidade na Guiné-Bissau, que tem várias rias e nenhum sistema de gestão de resíduos, sendo que o baixo nível de escolaridade dos produtores familiares também representa uma grande fragilidade.
- O PNIA está subdividido em 7 subprogramas, que também possuem seus componentes. O primeiro diz respeito à produção de fileiras vegetais, o segundo à produção animal, o terceiro à promoção da produção oleótica, o quarto à gestão sustentável dos recursos florestais, o quinto à investigação e aconselhamento agrícola, o sexto ao reforço institucional e coordenação setorial, e o sétimo à adaptação dos setores agrícolas às alterações climáticas

Este é um documento que fala da agricultura ecológica e pode colaborar para orientações à Agroecologia.

- O Estado da Guiné-Bissau precisa adotar uma estratégia clara para a Agroecologia. As organizações da sociedade civil precisam gerar uma mobilização para a adoção de uma visão que possa chegar numa proposta de projeto de lei onde se vai legislar sobre a matéria. Deve ser algo muito bem estruturado, envolvendo todos os intervenientes, desde a população de base até o topo das organizações da sociedade civil.
- A TINIGUENA possui um projeto que trabalha para a valorização das mulheres camponesas e a SWISSAID desenvolve um projeto no país para a agricultura ecológica, a partir do qual surgiu o polo de competência em Agroecologia.
- Para concluir, falta informação na Guiné-Bissau sobre os benefícios da Agricultura ecológica. Falta pensarmos no bem-estar dos/as agricultores/as e da população que consome os produtos.



MOÇAMBIQUE

Nzira de Deus

feminista, ativista e defensora dos direitos das mulheres em Moçambique

- A agricultura em Moçambique constitui a atividade econômica que ocupa grande parte da população, podendo alcançar mais de 75% dos/as cidadãos/ãs.

Mulheres representam 80% da força laboral na produção agrícola, alimentando as suas famílias, as comunidades e o meio urbano.

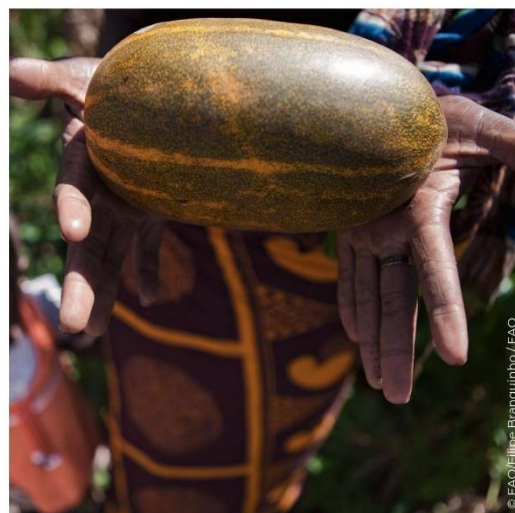
- Contudo, após a independência, pequenos produtores foram, sistematicamente, secundarizados ou mesmo marginalizados num ambiente de implantação radicalizada da socialização do meio rural.
- Moçambique estabeleceu um quadro jurídico para assegurar a igualdade de direitos à terra para mulheres e homens. A Lei de Terras (1997), afirma que toda a terra pertence ao estado e não pode ser vendida, alienada ou hipotecada.
- Os direitos dos cidadãos de usar a terra são oficialmente reconhecidos pela posse de um DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra ou o 'direito de usar e explorar a terra'), que pode ser obtido tanto por mulheres quanto por homens. Contudo, apenas estão registados 20% de DUATS em nome das mulheres e os demais para os homens.
- A maioria das mulheres rurais geralmente obtêm os seus direitos por meio de normas e práticas tradicionais que não seguem as leis nacionais. Dentro dos sistemas mais tradicionais, os direitos

das mulheres são definidos através da sua relação com os homens: as mulheres, ganham acesso à terra através dos seus parentes do sexo masculino, ou seja, os seus esposos, pais, tios ou irmãos.

- As mulheres são cada vez mais vulneráveis a perder as suas terras por causa da escassez de terras no país devido ao crescimento da população e um número crescente de aquisições privadas de terras em larga escala.
- Os sistemas de produção "tradicionais" sofreram, ao longo de décadas, diferentes níveis de transformação em consequência da intensa penetração do capital no meio rural, sobretudo o agrário e o comercial e o da extração de recursos naturais.
- Camponeses, majoritariamente mulheres, têm sido retirados das suas terras de produção criando vagas de fome e insegurança alimentar.
- No quotidiano, as mulheres são as que preparam a terra para o cultivo, estocam as sementes e asseguram a diversidade de produção de alimentos.



- Apesar de elas serem as principais utilizadoras da terra e de outros recursos naturais (agricultura, lenha, água, plantas medicinais, barro), geradoras de renda disseminadoras de valores e educação na família, as decisões dentro dos agregados familiares são em geral tomadas pelo homem.
- Os homens geralmente controlam o gado e as plantações de café e chá, culturas consideradas de rendimento, enquanto as mulheres geram as culturas que não trazem dinheiro para a casa. São culturas voltadas para o autoconsumo.
- As mulheres também participam do processo da colheita do chá e café e os levam para os moinhos para serem processados. Mas quando se recebe o dinheiro pela comercialização, são os homens que controlam o valor. Em alguns casos, quando os agricultores recebem algum bônus ou quando os preços das mercadorias sobem, os homens tendem a sair de casa, ir para a cidade mais próxima e gastar todo o dinheiro. Por isso, é importante dialogar sobre a produção de alimentos e quem controla os recursos.
- O patriarcado está bastante enraizado na nossa sociedade e priva a mulheres de exercerem seus direitos, não obstante a lei assim permitir.
- O conceito de Agroecologia é recente em Moçambique. Nas comunidades, as pessoas não reconhecem o termo e não sabem do que se trata, mas quando lhes é explicado o conceito, dizem que conhecem, porque é aquilo que elas/es já fazem, só não utilizam o termo. Portanto, o conceito é novo mas as práticas agroecológicas já são antigas em Moçambique.
- As mulheres não têm controle de suas terras e de suas produções, sendo que em situações de divórcio, por exemplo, elas perdem suas terras para os maridos.
- É preciso transformar a cultura de subordinação que sustenta e reproduz o patriarcado como sistema de poder. As autoridades locais e tradicionais não podem continuar a impedir a participação e liderança das mulheres, não podem esperar que as mulheres permaneçam silenciadas, respeitadas e fechadas. As normas e culturas opressivas devem ser desafiadas.
- A inclusão de mulheres promove uma relação coletivizada e horizontal, em que a igualdade torna-se o princípio para as trocas de saberes entre as redes da agricultura familiar. Não é possível pensar em agroecologia sem centralizar o papel de mulheres nesse processo.
- Não é possível assegurar uma produção e alimentação saudável sem que sejam assegurados os direitos das mulheres à terra e o acesso à participação na gestão dos recursos naturais.



© FAO/Elles Branquinho/FAO

PORTUGAL

Laura Tarrafa

Atua na direção da confederação nacional da agricultura

Henrique dos Santos

Especialista em recursos territoriais e serviços do ecossistema para o Food4sustainability Colab

Cristina Amaro da Costa

Docente da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu

- A área de agricultura biológica em Portugal é considerável, porém 60% desta área são pastagens, que servem de alimentos a animais que não seguem o seu percurso biológico completo.
- Em Portugal, as explorações familiares representam 94% das explorações, 54% da superfície agrícola utilizada, 80% do trabalho agrícola, sendo que 40% das explorações agrícolas não recebem apoio da Política Agrícola Comum (PAC).
- A nível nacional, são recentes algumas conquistas políticas como o projeto piloto para o pagamento de serviços de ecossistemas financiado pelo fundo ambiental que remunera práticas florestais que sejam sustentáveis para o território; a possibilidade de produtores de agruparem-se em agrupamentos de multiprodutos; a estratégia nacional para a segurança alimentar e nutricional e a estratégia nacional para a agricultura biológica e seu plano de ação; e a alteração ao código de contratação pública para facilitar a compra de produtos da agricultura familiar e da agricultura biológica nas instituições públicas.
- Quase todos os anos há intempéries que impactam a sua capacidade de produção, evidenciando que não é possível que os agricultores permaneçam sem o direito a um seguro que seja público e acessível.
- É recente a implementação do Estatuto da Agricultura Familiar que reconhece e distingue a especificidade da agricultura familiar. Há, no momento, somente 1265 títulos ativos porque o estatuto não tem medidas concretas. A única medida mais relevante e que foi responsável por atrair grande parte deste número veio pelo PDR, que foi a medida para a renovação das máquinas agrícolas, na qual os agricultores/as familiares seriam valorizados/as em 5%, o que quadruplicou o número de candidatos na época.
- Como iniciativa, destaca-se o projeto Círculos de Sementes que salvaguarda as sementes tradicionais através da criação de Círculos de Sementes em Portugal; redescoberta, recolha, e partilha de variedades rústicas e tradicionais de sementes; realização de ações de sensibilização e partilha de conhecimento sobre sementes e soberania alimentar. Atualmente as ações de formação do projeto estão focadas no público escolar.
- Destaca-se também o projeto reLOCALiza que conclui que é possível abastecer as cantinas escolares com a produção familiar, sendo necessário somente que o governo estabeleça como meta que em 2030 30% da alimentação escolar provenha da agricultura familiar; o projeto Prove que envolve 124 exploração agrícolas e 7.000 consumidores ativos para a venda de cestas; a plataforma Cultivar, que aproxima produtores de

consumidores, principalmente na região Centro; e a Caravana Agroecológica, que busca conectar diversos projetos da Agroecologia em Portugal.

Como conclusão, é importante reconhecer o modelo agroecológico como um todo (produção - distribuição - consumo) e não medidas isoladas; realizar a implementação do Estatuto da Agricultura Familiar com um plano de investimento integrado e financiamento próprio; e sensibilizar o consumo para a importância de apoiar sistemas agroecológicos, justos e de proximidade.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Miclay Carvalho

Membro da Ação para o desenvolvimento agrícola e proteção ambiental ONG ADAPPA, Membro do MSC-CONSAN, professor na universidade de são tomé e príncipe

Celso Garrido

Diretor dos estudos e planeamento do ministério de agricultura pesca e desenvolvimento rural de STP, Coordenador do CONSAN-STP

Ekzul do Nascimento

Professor do centro de aperfeiçoamento técnico agropecuário

Elísio Afonso Pereira

Coordenador de produção agropecuária

Antes da independência de São Tomé e Príncipe, eram produzidos principalmente o cacau, café e a cana de açúcar em sistemas agroflorestais que pertenciam a colonos, sendo que os nativos tinham pequenas parcelas nas quais produziam matabala, banana, cacau, etc., que eram transformados pela comunidade. A prática de Agroecologia é bastante antiga em STP, porém não possuía essa denominação.

Depois da independência houve a privatização das terras, o que possibilitou que os nativos pudessem produzir mais e de forma mais diversa.

As cooperativas de cacau, pimenta, baunilha, etc., estão todas produzindo de forma agroflorestal e com certificação biológica.



- Há também diversas estruturas para a transformação dos produtos, como fábricas de chocolates, produção de óleo de dendê, óleo de coco, pimenta-do-reino e café.

Cerca de 24% da produção agrícola de STP é certificada como biológica. Dos desafios da prática agroecológica no país estão a pouca quantidade de pesquisadores em Agroecologia (cenário: universidade/CIAT); elevado uso de pesticidas e adubos químicos nas hortícolas (campo); pouca coordenação entre os diversos atores do mundo agrícola (campo); pouco acesso a água de qualidade (zona rural); falta de água para irrigação no período crítico (campo); insegurança Alimentar (campo/cidade); elevada taxa de desflorestação (zonas rurais/protegidas); consumo de álcool (reduz o rendimento da família) na zona rural; pouco empoderamento das mulheres rurais; e a excessiva importação das sementes hortícolas.

- Em relação ao quadro legal destacam-se alguns pontos como a candidatura de STP para reconhecimento de seu território como Sistema Importante de Património de Agrícola Mundial (SIPAM); certificação participativa (IFOAM) em curso; Protocolo de STP 100% bio com MAPDR-CIAT para importação e teste de Biopesticida (OM4D-IFOAM); Centro de Competência de Agricultura Familiar Sustentável e Agroecologia da CPLP; reforço de capacitação da RESCSAN em SAN e Agroecologia (MU-CONSANS/STP); Programa Bamu Ximiá, pá nón bê kuá

cumé (vamos plantar para temos o que comer) (SAN/Agroecologia; Certificação IGP em curso; existência de marca STP para os produtos produzidos localmente (SENAPIQ).

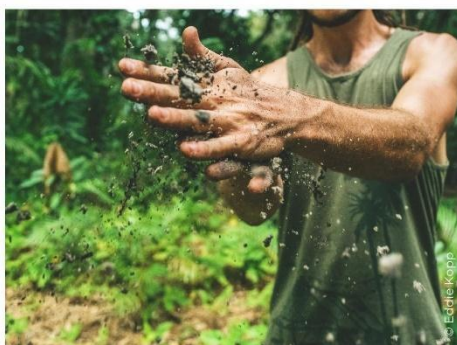
- No ramo das boas práticas agroecológicas, destacam-se o estudo e recomendação sobre agroecologia (PAS); a campanha pública de sensibilização na luta biológica contra a tuta absoluta (PAS); o Diagnóstico Territorial (SAS) (PAS/Governo); a Formação sobre Direito das Mulheres Rurais e introdução de cadernetas agroecológica (PAS, RESCSAN, INPG); as micro iniciativas para jovens e mulheres rurais empreendedoras (PAS); e o movimento biológico em STP (OM4D-IFOAM).

- Como conclusão, STP possui um contexto bastante favorável no que tange a articulação entre a Sociedade Civil, Universidades, Centro de Investigação e o Governo; há falta de legislação que regula a produção integrada, orgânica ou Agroecológica. Há de ser feito um plano estratégico e de ação para a conversão de STP em 100% bio.

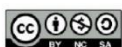


Leia os relatos de Experiências Agroecológicas dos membros da Rede ➔

Assista às sessões do webinar na íntegra ➔



Tem informação que queira partilhar sobre políticas públicas e legislação, iniciativas e projetos agroecológicos nos países da CPLP? Então contribua para o levantamento em curso e submeta aqui a sua colaboração ➔



Alguns direitos reservados. Este trabalho está sob licença de [CC BY-NC-SA 3.0 IGO](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/)



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

A oferta formativa do CCAFS

ORGANIZAÇÃO
aCtuar CCAFS

PARCEIROS
CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

   **MSC**
COSAN - CPLP

A oferta formativa do CCAFS

Formação MISTA de média duração (5 a 7 semanas de duração)

1. Uma formação de formadores em Agroecologia, com um total de 7 módulos incluindo educação ambiental, florestal, de produção animal, produção vegetal e partilha de conhecimentos.

Formação MISTA ou PRESENCIAL de curta duração (2 a 5 dias de duração)

1. Gestão agroecológica do ciclo de produção.
2. Hortas agroecológicas e segurança alimentar.
3. Utilização de adubos agroecológicos.
4. Tratamento de pragas e doenças.
5. Irrigação em sistemas agroecológicos.
6. Sistemas agroflorestais.
7. Gestão dos solos.

A oferta formativa do CCAFS

Áreas para as quais o CCAFS pode responder às necessidades dos países (2 a 5 dias de duração)

1. Gestão da água
2. Gestão de sementes agroecológicas e melhoramento participativo
3. Empreendedorismo
4. Economia solidária e cooperativismo
5. Gênero e diversidade no campo
6. Produção de bovinos
7. Produção de suínos
8. Produção de caprinos
9. Produção de ovinos
10. Produção de abelhas
11. Produção de aves
12. Transformação alimentar sustentável
13. Sistemas participativos de gestão da qualidade
14. Circuitos curtos agro-alimentares
15. Comércio internacional de produtos biológicos
16. Turismo e paisagens alimentares

Outras ações

1. Divulgação das ações
2. Bolsa de formadores
3. Participação nas reuniões do Conselho consultivo (1 pessoa por país)

CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL



Plano de Comunicação

Novembro, 2021

aCtuar

Índice

CCAFS: APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO

- 1) Introdução
- 2) Mapeamento de stakeholders e análise SWOT
- 3) Objetivos, missão, visão e valores
- 4) Inclusão digital na CPLP e atuação nas redes sociais
- 5) Agenda prioritária e plano de ação

Introdução - Ponto de situação

- 4 webinários
- inauguração
- situação agroecologia na CPLP
- parcerias estratégicas
 - 2 formações em Agroecologia
 - 3 newsletters
 - Hub ConectAgroecologia
 - Formação presencial em STP

Próximos passos

- Lançamento do estudo
- Realização do último webinar
- Lançamento do vídeo

Introdução - Oferta formativa

Formação MISTA de média duração (5 a 7 semanas de duração)

1. Uma formação de formadores em Agroecologia, com um total de 7 módulos incluindo educação ambiental, florestal, de produção animal, produção vegetal e partilha de conhecimentos.

Formação MISTA ou PRESENCIAL de curta duração (2 a 5 dias de duração)

1. Gestão agroecológica do ciclo de produção.
2. Hortas agroecológicas e segurança alimentar.
3. Utilização de adubos agroecológicos.
4. Tratamento de pragas e doenças.
5. Irrigação em sistemas agroecológicos.
6. Sistemas agroflorestais.
7. Gestão dos solos.

Stakeholders e Análise SWOT



Stakeholder é definido como qualquer indivíduo ou organização que, de alguma forma, é impactado pelas ações de uma determinada empresa ou organização (Freeman, 1983).

Stakeholders locais (STP)

Governamentais

- Governo de STP, Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural de STP;
- Autarquias Locais.

Sociedade Civil

- Produtores/as de alimentos locais, organizações de agricultores/as, formadores/as em Agroecologia;
- Cooperativas de produtores/as de alimentos,
- Sindicatos de trabalhadores/as do setor primário, comunidade do entorno geográfico do CCAFS.

Academia

- Universidades públicas e privadas e cursos técnicos ligados ao setor agrícola.

Media

- Veículos impressos de STP (jornais e revistas), rádio e TV, formadores de opinião nas áreas de interesse.

Organizações não-governamentais

- Organizações ligadas à produção de alimentos e o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

Setor privado

- Empresas e microempresas ligadas ao setor alimentício;
- Ramos empresariais que vendem
- insumos (máquinas, sementes) para o setor agrícola local,
- empresas locais com interesse em Agroecologia e sustentabilidade.

Stakeholders internacionais e regionais

Internacionais

- FAO;
- FIDA;
- PNUD;
- União Europeia;
- Organizações internacionais ligadas à Agroecologia, à Agricultura Familiar Sustentável, às Mulheres Rurais, entre outros temas tangentes ao CCAFS;
- Pesquisadores/as do tema da Agroecologia no âmbito internacional;
- Media internacional: agências internacionais de notícias.

Regionais (CPLP)

- CONSAN-CPLP;
- MSC CONSAN-CPLP;
- Secretariado-executivo da CPLP;
- Ministérios da Agricultura dos países da CPLP.

Análise SWOT - cenário interno

FORÇAS

- Projeto pioneiro para o desenvolvimento da Agroecologia na CPLP;
- Sede já estruturada com capacidade de acomodação de pessoas;
- Localização estratégica da sede em STP;
- Centro fundado no seio das relações em redes de SAN da CPLP;
- Experiência já adquirida no primeiro ano de atividades;
- Formadores capacitados pelo Centro em todos os países da CPLP exceto Guiné Equatorial;
- Conhecimento adquirido sobre as necessidades de formação dos países da CPLP.

FRAQUEZAS

- Dependência de investidores;
- Instabilidade dos recursos para a continuação das atividades;
- Dificuldade em manter uma equipa fixa constante;
- Alcance limitado a comunidades sem acesso à internet;
- Necessidade de manter o Centro ativo nas redes e realizar a manutenção do hub digital.

Análise SWOT - cenário externo

AMEAÇAS

- Cenário de pandemia (Covid-19) tem impossibilitado as ações presenciais;
- Greenwashing afeta a reputação da Agroecologia e da produção orgânica / biológica;
- *Path-dependency* dos governos da CPLP com a produção convencional e com *commodities*;
- Políticas públicas e legislações que apoiam a produção convencional em detrimento da produção familiar sustentável;
- Dificuldade de acesso à internet e de energia em alguns países da CPLP;
- Períodos sem recursos em função de possibilidade de alcançar investidores.

OPORTUNIDADES

- Crescimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica/Biológica na agenda global;
- Expansão da área de investigação acadêmica em Agroecologia;
- Interesse de investidores em colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas à Agroecologia;
- Cenário da pandemia acelerou o modelo de cursos virtuais, o que permite alcançar mais pessoas da CPLP pela via digital;
- Alta demanda de formação em Agroecologia na CPLP.
- Engajamento do Governo são-tomense;
- Avaliação positiva dos formandos que já concluíram o primeiro curso.

Objetivos, missão, visão e valores



Objetivos

Objetivos gerais

- Colaborar para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis;
- Promover a soberania alimentar na CPLP através da Agroecologia;
- Capacitar formadores/as que atuem como multiplicares de conhecimentos;
- Criar uma rede de intercâmbio de conhecimentos e cooperação em Agroecologia na CPLP.

Objetivos específicos

- Garantir fonte de renda digna e diversificada para quem vive da produção de alimentos na CPLP;
- Mobilizar decisores políticos a nível local, nacional e da CPLP para a centralidade da Agroecologia na soberania alimentar e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis nos países comunidade;
- Possibilitar o contato contínuo entre atores da Agroecologia na CPLP;
- Contribuir para a consolidação da agricultura sustentável em São Tomé e Príncipe e o seu reconhecimento internacional como exemplo de pilotagem de boas práticas.

Mensagens-chave

Missão

PROMOVER A SOBERANIA ALIMENTAR NA CPLP POR MEIO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DIÁLOGO COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA.

Objetivo principal da instituição

Mensagens-chave

Visão

- TORNAR-SE REFERÊNCIA EM CAPACITAÇÃO DE FORMADORES/AS EM AGROECOLOGIA NA CPLP;
- CONSOLIDAR UMA REDE MULTIATORES PARA PROMOVER A AGROECOLOGIA NA CPLP;
- TORNAR O HUB DIGITAL UMA REFERÊNCIA GLOBAL EM TROCA DE EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS;
- ALCANÇAR AVANÇOS EM TERMOS DE LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS PAÍSES DA CPLP PARA GARANTIR UMA MAIOR EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E FONTE DE RENDA DIGNA E DIVERSIFICADA PARA QUEM VIVE DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NESTES PAÍSES.

O que pretende alcançar no futuro

Mensagens-chave

Valores

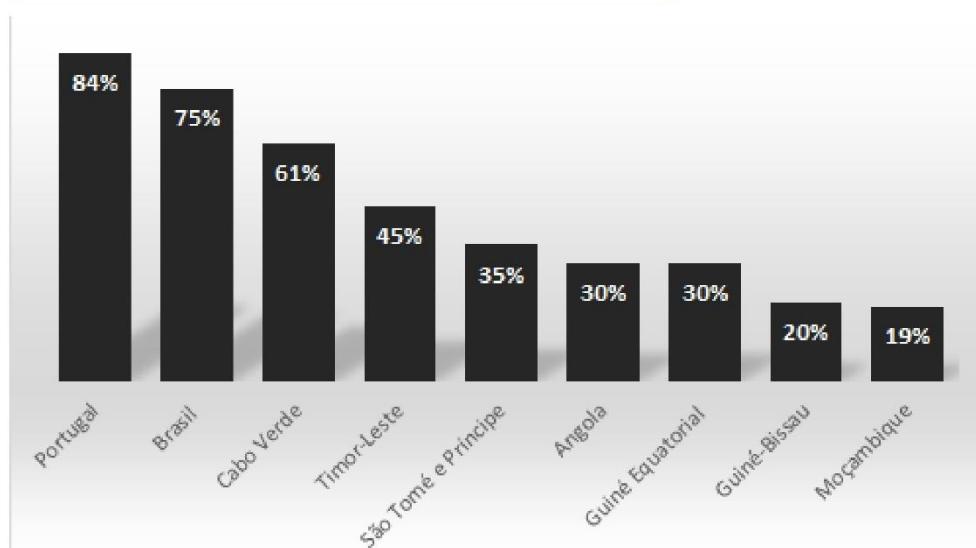
AGROECOLOGIA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO, INCLUSÃO, JUSTIÇA SOCIAL, COOPERAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, TRABALHO EM REDE, INTERCÂMBIO, QUALIDADE DE VIDA.

Valores que sustentam esta instituição

Inclusão digital na CPLP e atuação nas redes sociais



Utilizadores de internet na CPLP



Fonte: Agência We are Social

JANEIRO 2021

Utilizadores ativos por rede social



FONTE: WE ARE SOCIAL (2021).

Redes sociais na CPLP

O **Facebook** ainda é a rede social predominante em todos os países da CPLP, o que faz desta rede social uma opção relevante para a divulgação das ações do CCAFS. No entanto, é preciso observar qual o **público-alvo** pretendido para cada ação e fazer um estudo prévio de qual a rede social em que este público está mais ativo.

No caso do **Brasil e de Portugal**, em que o acesso à internet é mais abrangente para a população, ações de comunicação nas redes social têm potencial de grande alcance.

Porém, em países como **Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Angola e São Tomé e Príncipe** é preciso levar em consideração que o acesso à internet está abaixo dos 40%, portanto, uma ação voltada somente para as redes sociais pode não surtir o efeito desejado.

Recomendações de visibilidade

- ➔ Em alguns casos, para ser efetivo em sua comunicação e visibilidade, o Centro terá que avaliar a divulgação das principais atividades em veículos de imprensa mais tradicionais como jornais locais e rádio além de trabalhar com informativos institucionais impressos.
- ➔ A depender da importância da divulgação de uma determinada atividade ou evento, recomenda-se um trabalho de assessoria de imprensa para aumentar a visibilidade nos media e também a divulgação de material impresso no terreno, principalmente quando o público-alvo for agricultores/as e demais pessoas localizadas nas áreas rurais.
- ➔ Realizar inquéritos com o público engajado nas atividades do CCAFS.

Formulário "Como busca informação?"

Aplicado à turma do primeiro Curso de Formação de Formadores em Agroecologia - maio de 2021



- **19 respondentes**
- **Interesse** em ler e **participar de formações no tempo livre**;
- Buscam **informação diária** (acontecimentos) pela **TV** e **site de notícias**;
- **Facebook** é a rede social onde mais buscam **informação e formação**;
- **Youtube** é relevante para cursos de **formação e entretenimento**;
- **Whatsapp** é uma relevante ferramenta de **trabalho e entretenimento**;
- **E-mail** é a principal **ferramenta de trabalho**;
- **Internet** é utilizada em grau "elevado" e muito elevado" para **fins laborais**;
- **Sites de organizações**, empresas e universidades são importantes ferramentas para **desenvolvimento de competências**;
- Buscam **informações** sobre o tema **Agroecologia** pelo **Youtube**, **sites institucionais (FAO)** e **revistas científicas**.

Agenda prioritária e plano de ação



Tendências e ações prioritárias

1) Capacitação e crise pandêmica

- Trânsito entre países e as atividades presenciais limitadas;
- Tendência de cursos on-line;
- Investimento constante em digitalização e melhoria sistemática das ferramentas de *e-learning*;
- Considerar o acesso limitado à internet e aos dispositivos móveis em alguns países da CPLP - importância das atividades e cursos presenciais para maior inclusão de todos os países - organização a nível local;
- Projetos que invistam na criação de centros físicos digitais com computadores e acesso à internet em determinados pontos rurais dos países para fortalecer o acesso à informação e construção da rede Agroecologia na CPLP.

Tendências e ações prioritárias

2) Recursos financeiros

- Prioridade central: captar recursos financeiros para investir nas atividades de capacitação, na digitalização das suas ferramentas assim como criar possibilidades para a realização presencial de cursos de formação;
- A inauguração do CCAFS, assim como a realização concluída do primeiro curso de formação e início previsto do segundo curso, já dão sinais para possíveis financiadores de que o projeto foi concretizado e está em plena atividade;
- É preciso um trabalho de comunicação e visibilidade constante para dar conhecimento ao público, incluindo possíveis financiadores, da missão e valores do Centro assim como os benefícios das suas atividades para a comunidade onde atua;
- Recomenda-se um levantamento dos potenciais financiadores para que seja trabalhada uma estratégia de comunicação voltada para este público-alvo.

Tendências e ações prioritárias

3) Potencial da Agroecologia

- Desenvolver estratégias de comunicação para avançar no debate sobre a importância da Agroecologia e da Agricultura Familiar para a definição de políticas públicas diferenciadas mostrando o seu papel fundamental na promoção de uma transição alimentar nos países da CPLP, principalmente nos países africanos;
- Criar conteúdo e estratégias para mobilizar a opinião pública sobre o que é a Agroecologia, de modo que tanto o público em geral como os financiadores e decisores políticos se sensibilizem pelo tema e o tenham em consideração na tomada de decisão;
- Desenvolver o potencial do hub digital ConectAgroecologia como uma plataforma on-line que se propõe em fomentar uma rede de troca de experiências e conhecimento sobre o papel da Agroecologia para a soberania alimentar na CPLP com conteúdo de formação, de reflexão e espaços de interação.

Recomendações finais

- ➔ O trabalho de assessoria de imprensa é altamente recomendado para construir uma relação com jornalistas especializados nos temas que tangem o CCAFS e ocupar espaços em veículos com credibilidade de forma a apoiar na construção da imagem e reputação do CCAFS.
- ➔ No âmbito das redes sociais, recomenda-se um trabalho constante de divulgação e monitoramento de forma a construir um diálogo com stakeholders e parceiros estratégicos.
- ➔ É recomendado que seja desenhada uma estrutura organizacional de Comunicação Integrada para que sejam desenvolvidas atividades de comunicação interna de forma a fortalecer a rede de colaboradores do CCAFS.
- ➔ É importante que este Plano de Comunicação seja revisto periodicamente e que se faça um estudo de inclusão digital a cada ano para embasar as decisões estratégicas de visibilidade nas redes sociais e demais veículos de comunicação.